

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
FACULDADE DE ECONOMIA  
MESTRADO EM AGRONEGÓCIO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

**Análise Econômica da Divisão de Mato Grosso (1970 – 2000)**

Orientando: **Max Nunes Murtinho**

Orientador: **Prof. Dr. Fernando Tadeu de Miranda Borges**

**Cuiabá/MT**

**2009**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

## **Análise Econômica da Divisão de Mato Grosso (1970 – 2000)**

Dissertação de Mestrado em Agronegócio e Desenvolvimento Regional apresentada à Faculdade de Economia da Universidade Federal de Mato Grosso, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientando: **Max Nunes Murtinho**

Orientador: **Prof. Dr. Fernando Tadeu de Miranda Borges**

Murtinho, Max Nunes, 1982 -

Análise Econômica da Divisão de Mato Grosso (1970 – 2000) / Max Nunes Murtinho. Cuiabá. UFMT, 2009

Orientador: Prof. Dr. Fernando Tadeu de Miranda Borges

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso. Faculdade de Economia. Mestrado em Agronegócio e Desenvolvimento Regional. Cuiabá, 2009.

1. Divisão de Mato Grosso 2. Desenvolvimento Econômico

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO**  
**FACULDADE DE ECONOMIA**  
**MESTRADO EM AGRONEGÓCIO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

**TERMO DE APROVAÇÃO**

**ANÁLISE ECONÔMICA DA DIVISÃO DE MATO GROSSO**

Por

MAX NUNES MURTINHO

Dissertação apresentada às . . . horas . . . min. do dia . . . de . . . . . de 2009 como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Agronegócio e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal de Mato Grosso. O candidato foi argüido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho . . . . .

Banca examinadora:

---

**Prof. Dr. Fernando Tadeu de Miranda Borges**

Orientador (UFMT)

---

**Prof. Dr. Cícero Antônio de Oliveira Tredezini**

Membro Externo (UFMS)

---

**Prof. Dr. Lázaro Camilo**

UFMT

Membro Interno (UFMT)

## AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado forças para prosseguir com a pesquisa e poder concluir a dissertação.

À Coordenação do Programa de Pós-Graduação, Mestrado em Agronegócios e Desenvolvimento Regional da UFMT pela atenção dispensada.

Aos professores e servidores técnico-administrativos do Programa do Mestrado pela dedicação e profissionalismo.

A Capes pelo apoio na concessão de bolsa de estudos durante todo o período de realização do trabalho.

À minha querida esposa Azinete Amorim Murtinho que tão pacientemente esteve ao meu lado, apoiando, sustentando e acalmando nos momentos difíceis, demonstrando qualidades de uma esposa amorosa e virtuosa.

Ao empenho, a cooperação e a ajuda que me foi dedicada pelo orientador Prof. Dr. Fernando Tadeu de Miranda Borges, e que acabou se tornando com o passar do tempo, um grande amigo e conselheiro pessoal. Cabe registrar que ele foi muito útil no desenvolvimento e correção desta dissertação, sem falar da paciência que Deus lhe concedeu para aturar as limitações do seu orientando.

Por fim, agradeço também ao meu pai Elísio Santana Murtinho e minha mãe Emilia Margareth Nunes Murtinho que contribuíram de todas as formas para que eu pudesse concluir o mestrado, tendo inclusive contribuído diversas vezes com ajuda financeira para possibilitar a pesquisa realizada para esta dissertação.

[...] o Estado, com toda a potencialidade que tinha, não devia ser dividido.

José Garcia Neto

## RESUMO

MURTINHO, Max Nunes. Análise Econômica da Divisão de Mato grosso (1970 – 2000). Dissertação (Mestrado em Agronegócio e Desenvolvimento Regional) – Faculdade de Economia, Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2009.

Este trabalho realiza uma releitura dos resultados da divisão de Mato Grosso, com a intenção de mostrar a situação econômica de ambas as regiões antes e depois da divisão, e também, de forma concomitante, verifica se o crescimento econômico, ocorrido no Estado remanescente no período pós-divisão resultou em melhoria no bem-estar da população. A análise constata que a região Norte possuía uma economia menos dinâmica que a região Sul no período pré-divisão, e no período pós-divisão a situação se altera. Na contextualização fica explícito que o crescimento econômico ocorrido em Mato Grosso superou Mato Grosso do Sul em quase todas as variáveis econômicas. A pesquisa faz algumas observações a respeito das iniciativas que mais contribuíram para o crescimento, e destaca de forma especial a colonização, com todos os seus pontos críticos, e as políticas federais POLAMAZÔNIA, POLOCENTRO, POLONOROESTE e PODREGRAN como fortes impulsionadores para a conquista do crescimento. O trabalho aponta também haver uma baixa correlação entre os indicadores de crescimento e desenvolvimento econômico no período pós-divisão.

Palavras-Chave: Divisão de Mato Grosso, Desenvolvimento Econômico.

## **ABSTRACT**

This paper makes a rereading of the results of the division of Mato Grosso, with the intention to show the economic situation in both regions before and after the division, and also in concurrent, there is economic growth, which occurred in the state remaining in the period post-division has resulted in improving the welfare of the population. The analysis notes that the Northern region had a less dynamic economy than the southern region in the pre-division, and the post-split if the situation changes. In the context is clear that economic growth occurred in Mato Grosso, Mato Grosso do Sul surpassed in almost all economic variables. The study makes some observation about the initiatives that contributed most to growth, and highlights in particular the settlement, with all its critical points, and federal policies POLAMAZÔNIA, POLOCENTRO, POLONOROESTE and PODREGRAN as strong advocates for the achievement of growth. The work also suggests there is a low correlation between the indicators of growth and economic development in post-division.

Keywords: Division of Mato Grosso, Economic Development.

## LISTA DE TABELAS

TABELA	PÁG
1 – Censo, taxa de crescimento populacional e percentual da população de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul em relação à Região Centro-Oeste (1970 – 2000).....	32
2 – PIB da Agropecuária e números índices de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul no período de 1975 a 2000 (Unidade: R\$ do ano 2000).....	41
3 – Rebanho (cabeças), porcentagem do total e índice relativo ao gado bovino do norte e do sul de Mato Grosso no período de 1970 a 1977.....	46
4 – Rebanho bovino e números índices de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul no período de 1970 a 2007.....	48
5 – Arrecadação, porcentagem do total e índice relativo ao norte e ao sul de Mato Grosso no período de 1970 a 1977 (Unidade: 1,00 Cr\$).....	49
6 – PIB de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, percentual de participação do PIB de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul da Região Centro-Oeste e números índices no período de 1980 a 2000.....	50
7 – PIB per capita de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Região Centro-Oeste e Brasil no período de 1986 a 2000.....	51
8 – PIB da indústria de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, percentual de participação em relação ao Centro-Oeste e números índices no período de 1980 a 2000.....	52
9 – Aplicação de recursos no exercício de 1979 da POLAMAZÔNIA.....	61
10 – Aplicação de recursos no exercício de 1979 do POLOCENTRO de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.....	62
11 – Aplicação de recursos no exercício de 1979 do PRODEPAN de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.....	63
12 – IDH de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Brasil no período de 1970 a 2000. Unidade (%).....	79
13 – Proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a linha de pobreza de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul no período de 1982 a 1998. Unidade (%)..	81
14 – Índice de Gini de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul no período de 1982 a 1998.....	82
15 – Percentual de analfabetismo entre as pessoas com mais de 15 anos de idade em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul no período de 1982 a 1998.....	87
16 – Percentual de pessoas com domicílios instalados com rede de esgoto com fossa séptica em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul no período de 1982 a 1998.....	89
17 – Percentual de pessoas ocupadas na semana de entrevista em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul no período de 1982 a 1998.....	90
18 – Correlação entre o indicador de crescimento econômico (PIB per capita Estadual) e os indicadores de desenvolvimento econômico (Renda, desigualdade, analfabetismo, saneamento) de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul no período de 1980 a 2000...91	

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
Estrutura de trabalho.....	27
<b>Capítulo I – Observações sobre os principais indicadores econômicos de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul nos períodos pré e pós-divisão</b> .....	29
1.1 População.....	31
1.2 Agropecuária mato-grossense.....	35
1.2.1 A soja.....	42
1.2.2 O algodão.....	43
1.3 Gado Bovino (pecuária).....	45
1.4 PIB e PIB per capita estadual (1980 – 2000).....	49
1.5 Indústria.....	51
1.6 Reflexões Parciais.....	52
<b>Capítulo II – Análise das iniciativas responsáveis pelo crescimento econômico de Mato Grosso no período pós-divisão</b> .....	54
2.1 A colonização.....	54
2.2 Programas do Governo Federal.....	59
2.2.1 POLAMAZÔNIA.....	60
2.2.2 POLOCENTRO.....	61
2.2.3 PRODEGRAN.....	63
2.2.4 POLONOROESTE.....	64
2.3 A divisão de Mato Grosso.....	65
2.3.1 Relatório da divisão de Mato Grosso.....	66
2.3.2 Opinião dos ex-governadores.....	67
2.4 Reflexões Parciais.....	73
<b>CAPITULO III – Desenvolvimento Econômico no período pós-divisão e sua relação com o crescimento econômico</b> .....	75
3.1 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).....	78
3.2 Outros indicadores sociais.....	79
3.2.1 Renda.....	79

3.2.2 Desigualdade.....	81
3.2.3 Emprego.....	89
3.3 Correlação entre o PIB <i>per capita</i> estadual e os indicadores de desenvolvimento econômico.....	90
3.4 Reflexões Parciais.....	91
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>93</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>95</b>

## INTRODUÇÃO

A data de 11 de outubro de 1977 se tornou um marco na história regional, quando o então presidente da República, General Ernesto Geisel, assinou a lei complementar que determinou a divisão de Mato Grosso, criando o Estado de Mato Grosso do Sul<sup>1</sup>. Essa data finalizou uma luta que se estendeu por quase um século, travada de um lado, pelos sulistas favoráveis a causa divisionista e do outro pelos nortistas que se esforçavam em impedir a consumação desse ato.

A primeira ocorrência de cunho divisionista registrada na história de Mato Grosso foi em 1892 quando o coronel João da Silva Barbosa pretendeu instituir o Estado Livre de Mato Grosso ou República Transatlântica com a proposta de hipotecar o Estado à Inglaterra<sup>2</sup>. Após isso, ainda em Corumbá em 1889, alguns políticos corumbaenses propuseram a transferência da capital de Cuiabá para Corumbá. Para WEINGARTNER (1995, p. 37),

O motivo dessa proposta foi a alegação de que Corumbá estava economicamente e estrategicamente em melhores condições de ser a capital do que Cuiabá, isso porque Corumbá era o porto fluvial mais importante da Província e estava mais próxima dos principais centros econômicos e políticos da América do Sul e da Corte brasileira, no entanto, tais argumentos foram repelidos pelos argumentos cuiabanos ao afirmarem que Cuiabá situava-se numa posição central privilegiada para dirigir a Província e que Corumbá era vulnerável por localizar-se nos limites da fronteira, além disso, Cuiabá argumentava que em breve seria servida de linha férrea, a qual ligaria o Brasil à Bolívia, o que infelizmente não chegou a acontecer.

Tal manifestação não possuía caráter divisionista, mas demonstrava a insatisfação dos sulistas pelo fato de Cuiabá ainda ser a capital do Estado, mesmo sem encontrar-se inserida na região economicamente mais ativa. Aliás, a argumentação de transferência da capital para o sul era rebatida pelos nortistas com a afirmação de que só

---

<sup>1</sup> A lei que estabeleceu bases e diretrizes para o desmembramento territorial do Estado de Mato Grosso foi a Lei Complementar nº 31/77, (Documentos Avulsos sobre a Divisão do Estado, APMT).

<sup>2</sup> SILVA, Jovam Vilela da Silva, A divisão do Estado de Mato Grosso: (uma visão histórica – 1892 – 1977) Cuiabá: Ed. UFMT, 1996, p. 48 e 49, destaca que a proposta separatista nasceu em função da deposição de Manoel José Murtinho que foi eleito pela Constituinte que elaborou a primeira Constituição do Estado. O autor ainda acrescenta que ele foi deposto de seu cargo após a renúncia do Presidente da República, Marechal Deodoro da Fonseca, e a ascensão de Floriano Peixoto. Instalou-se um governo paralelo, presidido por Pinheiro Guedes, e aproveitando-se da difícil e conturbada transição e do isolamento em que se encontrava o Estado, conseguiu o apoio de tropas para colocar no governo Benedito Pereira Leite.

iria inverter o problema, devido ao fato de Cuiabá se situar estrategicamente mais ao centro do Estado e, portanto, mais equidistante territorialmente das áreas da região do que Campo Grande, considerando-se também de vital importância para a ocupação das áreas desabitadas, como ponto de apoio e sustentação.

Em 1932, o prefeito de Campo Grande, Vespasiano Barbosa Martins, em apoio a “Revolução de São Paulo”, se aliou aos paulistas contra o governo de Getúlio Vargas e aproveitou o momento para instalar um governo autônomo na região Sul do Estado, sendo que o Norte permaneceu fiel a Vargas e contra a “Revolução”. Em pouco mais de oitenta dias Vespasiano pretendeu governar não só a região Sul, mas, todo o Estado, no entanto, seu plano não foi à frente e, por fim, Cuiabá acabou permanecendo como a capital e sede do governo de Mato Grosso<sup>3</sup>. Ainda no ano de 1932 foi criada a Liga Sul-Mato-Grossense por universitários que residiam no Rio de Janeiro com a intenção de pleitear a divisão de Mato Grosso.<sup>4</sup> Em 1934 a resposta nortista veio através do general Cândido Mariano da Silva Rondon em uma entrevista concedida ao jornal “Diário de São Paulo”. Nessa entrevista ele contestou o divisionismo, ao alegar que o movimento era fruto de interesse dos “filhos de outros Estados” e que não possuíam “verdadeiro amor” por Mato Grosso, que o “norte era mais próspero e não tinha intenção de retardar o progresso do sul”, e também que o “sul não tinha elementos suficientes para se tornarem um Estado”, pois, também não possuíam recursos econômicos suficientes estando ainda na fase pastoril e que os sulistas não estavam apoiados em “razão de ordem moral nem material”.<sup>5</sup> No mesmo ano a Liga Sul-Mato-Grossense preparou um documento intitulado “A Divisão de Mato Grosso, resposta ao General Rondon”, onde, ali foram rebatidos de forma incisiva todos os argumentos proferidos por Rondon em uma entrevista ao jornal Diário de São Paulo,<sup>6</sup> e que serão apresentados no decorrer do desenvolvimento da presente dissertação.

---

<sup>3</sup> Silva Jovam Vilela (1996) *A divisão do Estado de Mato Grosso, uma visão histórica*. Op. Cit., p. 146 a 151.

<sup>4</sup> A Liga Sul-Mato-Grossense preparou o primeiro documento que resulta de uma tentativa de organizar um movimento divisionista, sendo também, o primeiro que registra a intenção de dividir Mato Grosso. (Bittar 1999, p. 72 e 73).

<sup>5</sup> BITTAR, Marisa. *Geopolítica e Separatismo na Elevação de Campo Grande a capital*. Campo Grande, Ed. UFMS, 1999, p. 73.

<sup>6</sup> Entre tantas argumentações incisivas do documento destaca-se a afirmação de que o norte era estático e o sul era dinâmico, que a população sul mato-grossense tinha muito mais mato-grossenses (170 mil) do que estrangeiros (30 mil) e afirmavam que muito mais de dois terços da renda do estado era provinda do sul. (LIGA SUL-MATO-GROSSENSE, *A Divisão de Mato Grosso, resposta ao General Rondon*, Maracajú, 1934).

Em 1946, foi levantada outra proposta de transferência da capital do Estado, só que desta vez para Campo Grande, mas foi rejeitada pela Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso.<sup>7</sup> Porém, o ex-governador José Manoel Fontanillas Fragelli, no livro “Prosas com Governadores de Mato Grosso (1966-2006)”, afirmou que a idéia principal dos políticos do sul foi buscar motivos que posteriormente pudessem servir de justificativa para reforçar a divisão de Mato Grosso. A seguir, suas palavras:

[...] Campo Grande cresceu de tal maneira que conseguiu chegar a ser a primeira cidade do Estado. Mais importante do que a própria cidade de Cuiabá. E, por isso mesmo, cresceu aqui no sul do Estado o chamado movimento separatista. [...] eu era relator da nova constituição do Estado de 1946, então eu pus lá, no corpo do anteprojeto, eu pus o seguinte: a capital do Estado poderá ser mudada por simples maioria, maioria de votos, contrariando a constituição anterior do Estado que, antes de 1950, dizia que a capital do Estado poderia ser mudada com dois terços dos votos da Assembléia. Vocês, cuiabanos, que são mestres em política, acharam que nós, os do sul, queríamos era mudar a capital. Não era isso, absolutamente, [...] nós queríamos com aquilo forçar a divisão do Estado; esse era o motivo de todos os deputados do sul, quando nós estávamos votando a constituição do Estado. [...] Então, veio a votação e aquele dispositivo do anteprojeto caiu por um voto. Nós discutimos o assunto, depois todos os deputados do sul se retiraram e começou uma verdadeira festa na Assembléia, do povo e dos deputados de Cuiabá, o que felizmente aconteceu, mas sem a intenção de nenhum, o que eu quero ressaltar, não tinha nenhum deputado do sul que votasse pela mudança da capital. Nós queríamos ter era um trunfo na mão para fazer a divisão do Estado, porque todos eram pela divisão do Estado (BORGES, 2007, p. 45 e 46).

Portanto, segundo as palavras do ex-governador José Manoel Fontanillas Fragelli, os ideais políticos dos deputados da região sul em 1946 não eram mais de busca pela transferência da capital de Cuiabá para Campo Grande, mas, sim, de luta pela divisão territorial de Mato Grosso.

Na década de 50 foram apresentados vários manifestos à Câmara de Deputados de caráter divisionista. Em 1959, as campanhas divisionistas foram motivadas pela presença de Jânio Quadros na Presidência da República, por ter nascido no sul de Mato Grosso. Os sulistas esperavam que Jânio Quadros fosse dividir o Estado para efetivar o sonho do povo de sua terra natal, mas o mesmo não aconteceu, pois Jânio Quadros era contra a divisão. Segundo, NEVES (2001, p.326),

---

<sup>7</sup> “Campo Grande se tornou o centro político-econômico mais importante do sul de Mato Grosso, a ponto de pretender destituir Cuiabá de sua posição de capital”. (BITTAR, Marisa. *Geopolítica e Separatismo na Elevação de Campo Grande a capital*. (1999) Op. Cit., p. 70).

Mesmo quando Jânio Quadro, na campanha para a presidência, esteve em Campo Grande, falou-se em separação. Ele teve uma resposta decisiva. Havia um cartaz em que o estado era dividido por uma tesoura – Mato Grosso do Norte e Mato Grosso do Sul. Ele disse: “mas eu tenho a impressão que esta tesoura não está atravessando nada de Mato Grosso, está atravessando o meu coração e eu sou totalmente contrário à divisão do meu estado”.

“No ano de 1963 circulou no Estado o “Manifesto Pró-divisão do Estado de Mato Grosso”, assinado por personalidades de ambas as regiões, e ainda em 1975, com a Liga Sul-Mato-Grossense já enfraquecida por sucessivas derrotas, ainda promoveu suas idéias por ocasião da discussão dos limites de Mato Grosso com o Estado de Goiás.<sup>8</sup>

Dentro do contexto da luta pela divisão esteve inserido um debate com prós e contras. Um dos argumentos pró-divisão, utilizados pelos sulistas era a afirmação de que o Estado vivia do que arrecadava o sul. Passou-se também a justificar a divisão afirmando que o sul além de sustentar o Estado com uma porção maior de renda, era desprezado politicamente pelos administradores do governo que residiam em Cuiabá<sup>9</sup>. Por fim, os divisionistas afirmavam que o Estado dividido teria melhores condições para se desenvolver regionalmente.

Do lado dos nortistas é importante destacar as afirmações do ex-governador do Estado, à época em que o mesmo foi dividido, José Garcia Neto. Em uma das entrevistas realizadas sobre a divisão de Mato Grosso, José Garcia Neto deixa claro sua posição contrária à divisão, e ainda chega a afirmar que Mato Grosso cresceria mesmo se não tivesse sido dividido<sup>10</sup>. Sua afirmação se fundamenta na premissa de que o crescimento econômico registrado em Mato Grosso no período pós-divisão não se deveu a influência da divisão, mas, a outros instrumentos de política econômica. Destacou, por exemplo, a colonização e os programas governamentais implantados na década de 70 no Estado, referindo-se ao POLAMAZÔNIA, POLOCENTRO e POLONOROESTE, como os responsáveis.

Em seguida, cabe observar que existem várias obras sobre a divisão de Mato Grosso do ponto de vista histórico e político, no entanto, muito pouco se analisou

---

<sup>8</sup> Essa seqüência de acontecimentos referentes a divisão foram organizadas por MADUREIRA, Elisabeth. *História de Mato Grosso – Da ancestralidade aos dias atuais*. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

<sup>9</sup> LIGA SUL-MATO-GROSSENSE, *A Divisão de Mato Grosso, resposta ao General Rondon*. 1934.

<sup>10</sup> BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. *Prosas com Governadores de Mato Grosso (1966 – 2006)*. Cuiabá: Carlini e Caniatto. 2007.

quanto aos aspectos econômicos que circundaram alguns fatos e argumentos levantados na trajetória do processo de divisão do Estado. Tendo isso em mente, tornou-se importante e inadiável a realização de uma análise econômica sobre os argumentos divisionistas alardeados.

O primeiro aspecto que mereceu análise refere-se à situação da economia das regiões norte e sul do Estado nos anos que antecederam a divisão de Mato Grosso. Isso porque, na primeira metade do século XX, a região sul, além de arrecadar mais que o norte, possuía uma população maior e uma economia mais dinâmica. E, assim, são analisadas as variáveis econômicas e sociais de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul no período pós-divisão com a intenção de apurar a forte argumentação divisionista de que um Estado menor tende a se desenvolver mais. Por fim, também uma reflexão atenta a respeito dos motivos que fizeram com que Mato Grosso crescesse no período pós-divisão passou a ser objeto de consideração.

Este tema deve contribuir com a discussão acerca de novas divisões territoriais e político-administrativas que poderão vir a ocorrer no Brasil e em Mato Grosso. Também se deve levar em conta que não há possibilidade de compreensão do presente sem o devido conhecimento do passado, função essa, exercida principalmente pelos economistas e historiadores econômicos.

Após o levantamento das referidas questões, a seguir, a indagação que parece ser a mais provocativa: Os principais indicadores econômicos e sociais de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul no período de 1970 a 2000 corresponderam às argumentações divisionistas?

Dos trabalhos que podem contribuir com esta pesquisa, e que discutem e conceituam as variáveis que norteiam a presente dissertação são destacados inicialmente os trabalhos que abordam a divisão de Mato Grosso, e na seqüência trabalhos sobre desenvolvimento, focalizando a definição dos autores quanto aos indicadores que melhor consegue definir o que representa o desenvolvimento econômico para uma determinada região.

SILVA (1996)<sup>11</sup>, no livro intitulado “A Divisão do Estado de Mato Grosso, uma visão histórica”, discorre sobre os aspectos históricos e políticos que circundaram este

---

<sup>11</sup> SILVA, Jovam Vilela. Op. Cit., 1996.

tema desde o seu início, que ocorreu por volta do final do século XIX. Sua análise se estende por todo o período em que a luta se iniciou até a sua conclusão em 1977, num período de aproximadamente 85 anos. Trabalha de forma científica e objetiva os encaminhamentos políticos, econômicos, sociais e culturais que circundam o debate e a luta pela divisão territorial de Mato Grosso. Sua preocupação centra-se em primeiramente identificar os fatores que motivaram o processo histórico da divisão territorial; a participação da “Empresa Mate Laranjeira” como desintegradora do sul e do norte; os aspectos sócio-culturais e econômicos que separavam o centro e o sul, bem como a herança histórica político-administrativa do centralismo de Cuiabá em prejuízo da periferia; e as conseqüências das tentativas de divisão bem como as justificativas dos divisionistas para defender a divisão territorial.

WEINGARTNER (1995)<sup>12</sup>, com o livro, “Movimento divisionista em Mato Grosso do Sul (1889 – 1930)”, trata do tema numa perspectiva histórica, dando ênfase às primeiras intenções dos sulistas que era a de transferir a capital do Estado para Campo Grande. Após várias tentativas, os sulistas foram percebendo que a possibilidade de transferência da capital era cada vez mais difícil e aos poucos foi surgindo, então, a idéia de dividir o Estado. Ela aborda também o papel das oligarquias no movimento divisionista, levando em conta as “revoluções” promovidas pelos “coronéis” em busca do poder. A grande contribuição deste trabalho está em relatar que na primeira fase do movimento divisionista, os interesses particulares das oligarquias confundiam-se com as disputas políticas, tendo como exemplo, o envolvimento da Companhia Mate Laranjeira na disputa eleitoral e a conseqüente perseguição aos coronéis correligionários de Mascarenhas e Ponce.

BITTAR (1999)<sup>13</sup>, em “Geopolítica e separatismo na elevação de Campo Grande a capital”, enfatiza também os aspectos históricos da divisão, principalmente com relação aos antigos projetos sulistas que tinham como proposta transferir a capital de Mato Grosso, que era Cuiabá, desde 1835, para Campo Grande. Ela dá um destaque nas argumentações e refutações que circundavam o debate acerca da divisão. Mostra números que comprovam a superioridade econômica dos municípios do sul do Estado e afirma que essa era a principal justificativa para a divisão. Seu trabalho mostra o

---

<sup>12</sup> WEINGARTNER, E. A. dos S. *Movimento divisionista em Mato Grosso do Sul (1889 – 1930)*. Porto Alegre: edições Est. 1995.

<sup>13</sup> BITTAR, Marisa. Op. Cit., 1999.

aspecto político da divisão em todos os seus meandros, especificando e indo a fundo nos personagens envolvidos.

BORGES (2001)<sup>14</sup>, em “Do Extrativismo à pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso. 1870 a 1930”, apresenta aspectos relevantes da economia mato-grossense nesse período, evidenciando fatores que “condicionaram o seu desenvolvimento”. Sua contribuição ímpar reside no fato de ter desbravado uma área do conhecimento acadêmico até então muito pouco explorada, a história econômica de Mato Grosso. O livro mostra de que maneira Cuiabá persistiu, mantendo-se firme e intacta em meio a tantas adversidades que sua economia e principalmente sua sociedade sofreram ao longo do tempo. Entre eles, as dificuldades com transporte, comunicações, emprego, saneamento básico, doenças etc. As características da economia mato-grossense no período entre 1970 a 2000 são diretamente influenciadas pelos acontecimentos econômicos do período em que este livro abordou: 1870 a 1930.

NEVES (2001)<sup>15</sup>, em “Relatos políticos (entrevistas: memória divisionista – MT) apresenta em forma de entrevistas o tema divisionismo. Ela busca retomar o debate sobre os fatos que circundaram a divisão de Mato Grosso. Sua entrevista aborda o tema divisão, dá prioridade para os fatos pré-divisão, ou seja, aos anseios, interesses e episódios anteriores ao marco, ocorrido em 1977. Dentre os personagens entrevistados, vinte e seis fizeram ou fazem parte da política de Mato Grosso e nove fizeram ou fazem parte da política de Mato Grosso do Sul. Entre eles há ex-governadores, ex-prefeitos, ex-deputados, fundadores de partidos etc.

BORGES (2007)<sup>16</sup> no livro “Prosas com governadores de Mato Grosso, (1966 – 2006)”, realiza entrevistas com quase todos os governadores do Estado, dentro desse período, com exceção de Cássio Veiga de Sá, que à época, segundo informou, encontrava-se doente. A contribuição deste livro para a dissertação está na intenção do autor em buscar informações e opiniões dos ex-governadores acerca de diversos assuntos de interesse dos mato-grossenses, entre elas a divisão de 1977. Nesse trabalho, está inserido, observações do governador de Mato Grosso à época em que o estado foi dividido, José Garcia Neto, que declarou ter sido contra a divisão, e ali insere sua

---

<sup>14</sup> BORGES, Fernando Tadeu de Miranda *Do extrativismo a pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso: 1870 a 1930*. São Paulo: Scortecci, 2001.

<sup>15</sup> NEVES, Maria Manuela Renha de Novis. *Relatos políticos (entrevistas: memória divisionista – MT)*. Rio de Janeiro: Mariela Editora, 2001.

<sup>16</sup> BORGES, Fernando Tadeu de Miranda Op. Cit., 2007.

argumentação, rebatendo algumas idéias divisionistas. Com relação aos outros governadores entrevistados, entre os que mostram crer que a divisão trouxe resultados satisfatórios, destacam-se: José Manoel Fontanillas Fragelli, Frederico Carlos Soares de Campos, Julio José de Campos, Wilmar Peres de Farias, Roberto Cruz, Carlos Gomes Bezerra, Moisés Feltrin e Dante Martins de Oliveira, Jayme Veríssimo de Campos. Entre os governadores que fizeram questão de registrar uma posição desfavorável a divisão, além de José Garcia Neto, já citado, Pedro Pedrossian e Edison Freitas de Oliveira. Por fim, o ex-governador Rogério Salles, que não se posicionou nem contra, nem a favor.

CAMPOS (1977)<sup>17</sup>, em um documento que intitulou “Considerações sobre a possível divisão territorial do estado de Mato Grosso”, realiza um breve estudo sobre a viabilidade de uma divisão sobre o Estado e o que poderia ser feito para que ambos os Estados, principalmente o Estado remanescente, se desenvolvesse, e não sofresse danos e perdas com essa divisão. Chegou a concluir que a divisão seria viável caso fossem adotadas soluções aos problemas levantados por ele. A principal solução seria o custeamento do Governo Federal dos déficits iniciais que por ele verificados e constatados. Os investimentos são indispensáveis para acelerar o processo de desenvolvimento para fazer com que a população aumente, mas também, aumentando a produtividade das produções ali existentes, conseqüentemente, aumenta a arrecadação per capita. Ele afirma que dividir não é sinônimo de desenvolver, no entanto, dividir com consciência dos problemas que devem e serão resolvidos será ação legal e concomitante a tarefa do desenvolvimento.

BORGES (2005)<sup>18</sup>, em “Esperando o trem, Sonhos e esperanças de Cuiabá”, também realiza algumas entrevistas onde ali ele aborda o tema da divisão tentando levantar qual a opinião dos entrevistados acerca do tema e porque essas pessoas pensavam dessa maneira. Obviamente sua ênfase está nos meandros que circundam os projetos de viabilização para a vinda do trem para Cuiabá. O sonho do trem é uma tentativa de conquistar uma elevação na modernização e no desenvolvimento da região. No entanto, o autor aproveitou para abordar em suas entrevistas, algumas questões que se tornaram marcos para a história de Mato Grosso. Um deles é o tema do crescimento e

---

<sup>17</sup> CAMPOS, Frederico. *Considerações sobre a possível divisão territorial do Estado de Mato Grosso*. 1977.

<sup>18</sup> BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. *Esperando o trem: sonhos e esperanças de Cuiabá*. São Paulo: Scortecci, 2005.

desenvolvimento do Estado, e o outro uma revisão atualizada da divisão, inédita e oportuna. Destaco as opiniões levantadas pelo autor com economistas. Segundo Benedito Dias Pereira, foi custoso aceitar a divisão de imediato, mas acredita, hoje, que ela tenha influenciado beneficentemente a economia do Estado. Sobre a questão crescimento versus desenvolvimento, Benedito Dias Pereira considera desenvolvimento muito mais que o simples crescimento do produto, e discute várias questões interconectadas e relacionadas. Já João Eduardo Resende afirma que o desenvolvimento é uma realidade em Cuiabá, e Dirceu Grasel destaca que com a chegada do trem a Cuiabá, “tanto o crescimento quanto o desenvolvimento deveriam vir juntos”. Sobre essas questões, BORGES se posiciona apoiado em Celso Furtado, que

[...] a *idéia de desenvolvimento econômico* nos países periféricos sugere ser irrealizável, uma vez que as necessidades essenciais da população acabam sendo concentradas em outros objetivos que visam apenas a atender a estrutura do capitalismo mundial, levando com isso a ampliação da dominação ao impor cada vez mais sacrifícios ao povo”. (BORGES, 2005, p. 122).

RONDON (1920)<sup>19</sup> é uma relíquia literária de grande importância histórica para a recuperação do imaginário da época norte do Estado, tendo como título “Conferências”. Trata-se de um texto onde ele aborda três aspectos de cunho político e social no Estado. A primeira parte é intitulada “Mato Grosso, o que ele nos oferece e o que espera de nós”, a segunda parte, “Influência de Cuiabá na evolução política e histórica de Mato Grosso, desde a entrada dos bandeirantes até hoje”, e a terceira parte, “Rumo ao Sertão”. A maior contribuição deste livro está na disposição em apresentar a “posição dos nortistas” com relação à divisão. O seu trabalho repercutiu de tal maneira que ao apresentar suas idéias no jornal “Diário de São Paulo”, foi alvo de um revide por parte dos sulistas que defendiam a divisão. Há de se notar que as opiniões expressas nesse trabalho revelam os juízos de valor da época abordada.

SOUZA (2007)<sup>20</sup>, no livro intitulado “Desenvolvimento Econômico”, traz em pauta uma análise das origens do subdesenvolvimento como fruto de acontecimentos históricos que remontam desde antes, mas que se consolidam após o término da Segunda Guerra Mundial. Suas teorias sobre desenvolvimento derivam de análises de crises que a Europa e os Estados Unidos passaram no início do século XX. Não apenas

---

<sup>19</sup> RONDON, Cândido Mariano da Silva *Conferências realizadas pelo Exmo. Snr. General Cândido Mariano da Silva Rondon: perante a sociedade rural brasileira*. São Paulo, 1920.

<sup>20</sup> SOUZA, Nali Jesus *Desenvolvimento Econômico*. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

a caracterização de crescimento e desenvolvimento é salientada no livro, pois, também é dada uma atenção especial as características dos países subdesenvolvidos. Inicialmente o autor aborda a evolução do tema desenvolvimento e de que forma os autores clássicos se aproximaram desse conceito tendo em vista que o termo e a preocupação quando ao desenvolvimento econômico é algo que remonta pouco menos de um século. O autor também aborda a questão no âmbito nacional, citando e interpretando as idéias dos principais economistas, na qual estão Raul Prebisch, Paul Singer, Eugênio Gudin, Roberto Simonsen, João Paulo de Almeida Magalhães, Celso Furtado, Roberto Campos e Inácio Rangel. Sua maior contribuição para esta dissertação são as considerações feitas quanto à relação existente entre agricultura e desenvolvimento como forma de promover a elevação do bem-estar da sociedade e como maior fonte de arrecadação de uma economia, caso este de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

FURTADO (1974)<sup>21</sup>, em “O mito do desenvolvimento econômico”, contribui de forma singular para a análise do fenômeno desenvolvimento econômico, provoca os pesquisadores, chama a todos para o desafio de buscar uma interpretação interna para a sua conquista e não importada, como tem sido feita na maior parte das vezes. Suas considerações também levam em conta os aspectos políticos e culturais de determinada sociedade, o que enriquece a interpretação econômica. Na abordagem do autor, “o subdesenvolvimento não é uma etapa pela qual essas economias tenham que passar, mas, um processo histórico autônomo, de características marcantes em cada país em função de suas diferenças históricas e culturais”.

Outro livro de FURTADO (2000)<sup>22</sup> de grande relevância para o tema do desenvolvimento econômico é “Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico”. Segundo sua consideração, o que promoveria de fato uma elevação no bem-estar da sociedade, combatendo assim o subdesenvolvimento, seria a promoção de políticas de intensificação da distribuição de renda. Porém, historicamente é exatamente o contrário que acontece. Suas conceituações em relação às nações podem ser aplicadas, com algumas ressalvas, no processo de desenvolvimento econômico ocorrido em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

---

<sup>21</sup> FURTADO, Celso *O Mito do desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

<sup>22</sup> FURTADO, Celso *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CAIO PRADO JUNIOR (1972)<sup>23</sup>, em “História e Desenvolvimento”, aborda o tema partindo da idéia de que não se deve priorizar o comércio externo, pois, isso proporciona uma redução no bem-estar da população devido ao fato da população acabar ficando em segundo plano em se tratando de necessidades básicas. Ou seja, o autor promove o exógeno como forma de sairmos do subdesenvolvimento. Primordialmente, o autor realiza uma crítica ética e moral à maneira como as políticas e as produções econômicas dos países subdesenvolvidos focalizam apenas o comércio externo em detrimento do consumo de sua população.

PEREIRA (1995)<sup>24</sup>, no livro denominado “Desenvolvimento e Crise no Brasil 1930 – 1983” destaca que o desenvolvimento não é um tema que pertence apenas ao âmbito econômico, político ou social, pois abrange muito mais que isso, o que acaba dificultando a sua mensuração econômica com respeito aos indicadores de desenvolvimento adotados. Mesmo assim o autor apóia a utilização do termo “desenvolvimento econômico” como sinônimo de desenvolvimento já que, mesmo não pertencendo apenas ao âmbito da economia, considera que o padrão de vida da população de uma região se modifica conforme as transformações e evoluções da economia de uma determinada região, o que justifica o termo “desenvolvimento econômico”. Benedito Dias Pereira defende que a elevação no bem-estar da população só será possível quando o governo do país, o modo de produção e por fim os valores da sociedade não forem mais regidos por “critérios tradicionais” e sim se enquadrarem num “perfil mais racionalista”.

KINDLEBERGER (1976)<sup>25</sup>, no livro “Desenvolvimento Econômico”, oferece uma visão acerca do processo de desenvolvimento econômico buscando em suas análises exemplificar e comparar os diferentes níveis de desenvolvimento entre os países. O autor diferencia os conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico, e ressalta que o crescimento nada mais é do que o resultado de aumentos da renda, por sua vez, cabe lembrar que o desenvolvimento envolve “mudanças estruturais e funcionais”. O autor destaca que em se tratando de desenvolvimento econômico, não há como mensurar de forma homogênea, sendo que o mais próximo que se pode chegar é analisá-lo de forma abrangente, trazendo todos os indicadores de “níveis de renda”,

---

<sup>23</sup> PRADO JUNIOR, Caio. *História e Desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1972.

<sup>24</sup> PEREIRA, L. C. B. *Desenvolvimento e Crise no Brasil 1930 – 1983*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

<sup>25</sup> KINDLEBERGER, C. P. *Desenvolvimento Econômico*. tradução de Sônia Schwartz; revisão técnica de Luiz Roberto Azevedo Cunha. São Paulo, Mcgraw-Hill do Brasil, 1976.

tendo em vista, que devem ser comparados com as bases per capita, para enfim se aproximar ao máximo das “medidas de eficiência e bem-estar.

DAEMON (1974)<sup>26</sup>, com o livro intitulado “Desenvolvimento das áreas marginais latino-americanas”, sugere diversas prováveis soluções para a situação econômica e social dos países da América Latina. Segundo o autor, as soluções propostas atualmente baseadas em “reformas estruturais”, ou em “políticas tributárias, salariais ou de crédito” se tornaram precárias e não bem administradas pelos respectivos governos dos países da América Latina. Outro fator salientado pelo autor é o desgaste do principal objetivo do auxílio internacional que vem tendo posições de divergências desnecessárias como se o auxílio internacional concedido pelo FMI, por exemplo, fosse algo necessariamente ruim. Segundo o autor, os países da América Latina, poderiam se aproveitar das “crises mundiais” para compensarem o atraso econômico em relação aos países desenvolvidos, bem como a sua dependência desses países. São sugeridas algumas “metas e roteiros” para que essa região possa inserir-se de maneira mais competitiva no mercado internacional. Esse seria um fator que colaboraria com o fim do atraso econômico desses países.

VIANA (1968), em “A Dinâmica do Desenvolvimento Econômico”, considera o desenvolvimento econômico como um conceito muito mais próximo do crescimento econômico do que das conceituações que os especialistas em desenvolvimento econômico costumam refutar. Sua contribuição básica está em demonstrar o valor de algumas variáveis para a concretização desse processo em determinada sociedade. Entre elas, destaca a elevação da força de trabalho via elevação do nível do conhecimento do trabalhador e o aumento dos meios de produção através do aumento da tecnologia. Vê no investimento, a solução mais plausível para sociedades de características subdesenvolvidas e tudo feito por meio de um planejamento que tenha o único objetivo de financiar o desenvolvimento dessas regiões. É algo que se aproxima do que ocorreu no período pós-divisão com a implantação de vários projetos que visaram um desenvolvimento econômico mais acelerado, para se contrapor a estagnação econômica verificada à época em Mato Grosso.

---

<sup>26</sup> DAEMON, D. *Desenvolvimento das áreas marginais latino-americanas*. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Marka Internacional, 1974.

Feitas estas passagens pelos autores que observam os temas da divisão de Mato Grosso e do desenvolvimento econômico, são agora levantadas três hipóteses, que serão verificadas ao longo desta dissertação, sendo elas as seguintes:

- Os principais indicadores econômicos de Mato Grosso do Sul foram sobrepujados pelos indicadores econômicos de Mato Grosso no período pós-divisão;

- As iniciativas mais relevantes que propiciaram o crescimento econômico de Mato Grosso no período pós-divisão não foi a divisão de 1977, mas o processo de colonização ocorrido no estado e os programas implantados pelo Governo Federal.

- O crescimento econômico ocorrido no período pós-divisão em Mato Grosso não resultou em melhoria do bem-estar da população mato-grossense.

O objetivo geral desta dissertação está em realizar uma análise econômica da divisão de Mato Grosso que permita esclarecer as condições econômicas de ambas às regiões antes e depois da divisão, e também, de forma concomitante, verificar se o crescimento econômico, ocorrido no Estado remanescente no período pós-divisão, resultou em melhoria no bem-estar da população. Quanto aos outros objetivos específicos, destacam-se os seguintes:

- Analisar os principais indicadores econômicos das regiões norte e sul de Mato Grosso no período pré-divisão (1970 a 1977), e Mato Grosso e Mato Grosso do Sul no período pós-divisão (1980 a 2000) para verificar como se transformou a economia das regiões nos períodos em análise, tendo como marco a divisão de 1977;

- Descrever quais as iniciativas mais relevantes que contribuíram para o crescimento econômico de Mato Grosso no período pós-divisão.

- Verificar se o crescimento econômico de Mato Grosso no período pós-divisão implicou em melhoria do bem-estar da população mato-grossense.

Neste trabalho, são utilizados dados secundários oriundos de fontes oficiais como o IBGE (Instituto de Geografia e Estatística), a SEPLAN/MT (Secretaria de Planejamento de Mato Grosso), e o IPEADATA e dados primários oriundos do Arquivo Público de Mato Grosso. Os dados recolhidos para a análise do período pré-divisão terão a delimitação de tempo de sete anos, de 1970 a 1977, e no período pós-divisão terá uma delimitação de tempo de trinta anos, de 1980 a 2000, sendo que esse intervalo de

tempo parece ser a que melhor caracteriza esse período, sendo suficiente para descrever a respeito da situação da economia mato-grossense.

Para analisar e comparar o desempenho econômico de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul nos períodos pré e pós-divisão serão utilizados indicadores que melhor descrevem a economia de ambas as regiões nesses períodos em análise. No período pré-divisão serão analisadas questões como: população, produção agropecuária e arrecadação estadual; e no período pós-divisão, serão analisados: população, produção agropecuária e PIB estadual. Para análise do desenvolvimento regional de Mato Grosso no período pós-divisão será utilizado o IDH, indicadores de renda, desigualdade, educação e saneamento.

Nesta dissertação encontram-se combinados os métodos descritivos, bibliográficos e o levantamento empírico. A análise descritiva, conforme Martins (2000, p. 28) “[...] tem como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno, bem como o estabelecimento de relações entre variáveis e fatos”. Ainda segundo o mesmo autor, o método bibliográfico “[...] trata-se de um estudo para conhecer as contribuições científicas sobre determinado assunto. Tem como objetivo recolher, selecionar, analisar e interpretar as contribuições teóricas já existentes sobre determinado assunto”<sup>27</sup>. Já o método da pesquisa histórica “[...] trata-se de uma investigação crítica dos fatos, desenvolvimentos e experiências do passado, com cuidadosa consideração sobre as validades interna e externa das fontes de informação, e interpretação das evidências obtidas”<sup>28</sup>.

Para discutir as proposições formuladas, a presente dissertação foi dividida em três capítulos. O capítulo I analisa a população mato-grossense baseado nos censos de 1970, 1980, 1991 e 2000. Em seqüência, através da análise do PIB agropecuário de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, aborda a evolução do setor também nos períodos pré e pós-divisão tendo como espaço de tempo (1975-2000)<sup>29</sup> em ambas as regiões, por se tratar de um dos principais indicadores econômicos dos estados. Após essa análise divide-se o período em questão da seguinte forma: de 1970 a 1977 com os dados acerca

---

<sup>27</sup> MARTINS, G. A. *Manual para elaboração de monografias e dissertações*. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2000.

<sup>28</sup> *Idem*, 12.

<sup>29</sup> Os dados do Ipeadata, onde foram recolhidos os dados sobre o PIB agropecuário mato-grossense, não dispõe de dados anteriores a 1975.

da arrecadação estadual total do norte e sul de Mato Grosso antes da divisão. De 1980 a 2000 com um outro indicador, o PIB estadual e o PIB *per capita* dos estados. Além disso, enfoca a respeito do setor industrial, que embora não seja tão relevante quanto à agropecuária nesses estados, vem crescendo em importância com o passar dos anos e nesse aspecto se torna um importante indicador de análise econômica. Com isso pretendeu-se responder a quatro questões importantes: i. O Sul permanecia com sua população e sua economia maior e mais dinâmica que o Norte antes da divisão de 1977? ii. Mato Grosso (o norte) teve um crescimento econômico significativo? iii. O crescimento de MT sobrepujou o crescimento de MS? iv. Se isso é verdade, quais os fatores que contribuíram para essa inversão da economia do norte frente à economia do sul dentro desses trinta anos em análise? Nesse período, a maioria dos dados foi recolhida do IPEADATA e do IBGE.

No capítulo II, são abordados os fatores de relevância para o crescimento econômico de Mato Grosso, como a questão da colonização, dos programas implantados pelo Governo Federal: POLAMAZÔNIA, POLOCENTRO, PRODEPAN e POLONOROESTE. Além disso, a divisão de Mato Grosso volta a ser abordada, tendo em vista observar fatos que ligam de alguma forma a divisão ao desempenho econômico de Mato Grosso depois da ocorrência da divisão. Por fim, analisa-se a opinião dos ex-governadores de Mato Grosso acerca da importância da divisão para o Estado, levantada no livro de BORGES, “Prosas com Governadores de Mato Grosso 1966-2006”.

O capítulo III discute os indicadores de desenvolvimento econômico mais importantes para a descrição das condições do bem-estar da sociedade mato-grossense, dos quais destacamos: o IDH, renda, desigualdade, educação e domicílios. Em acréscimo a análise será feito uso de instrumentos econométricos para correlacionar os dados de crescimento enfatizados no capítulo I com os dados de desenvolvimento econômico enfatizados neste capítulo, e com o intuito de responder se o crescimento econômico ocorrido em Mato Grosso no período pós-divisão resultou em desenvolvimento econômico.

O instrumento utilizado é o da correlação. Quanto à correlação, VIERA e HOFFMAN (1986, p. 107), afirmam que se trata de um instrumento para verificar se “o crescimento de uma variável é acompanhado pelo crescimento de outra variável”. Contudo, cabe frisar que nem sempre uma variável acompanha a outra, significa

exatamente que a mesma seja função da outra, por isso a necessidade de uma análise descritiva mais profunda que ligue de alguma forma ou não uma variável a outra. O coeficiente de correlação<sup>30</sup> é expresso da seguinte maneira:

$$\sqrt{\left[ n \sum [x^2] - \left( \sum [x] \right)^2 \right] \left[ n \sum y^2 - \left( \sum \left( \sum [y] \right) \right)^2 \right]}$$

A variável n representa o número de observações. Os valores de r não podem ultrapassar -1 e +1, pois, esses são os números limites para r. Quanto mais próximo de +1 maior a correlação positiva, ou seja, os dados são diretamente proporcionais, quanto mais próximos de -1, maior a correlação negativa, ou seja, os dados são inversamente proporcionais e quanto mais próximos de zero significa que não há correlação entre as variáveis, ou a relação que porventura exista não é linear<sup>31</sup>.

## ESTRUTURA DO TRABALHO

No capítulo I pretende-se analisar e comparar os principais indicadores econômicos das regiões norte e sul de Mato Grosso no período pré-divisão (1970 a 1977), e Mato Grosso e Mato Grosso do Sul no período pós-divisão (1980 a 2000) para verificar como projetou-se a economia das regiões nos períodos em análise tendo como marco a divisão de 1977.

Quanto ao capítulo II realiza-se uma pesquisa bibliográfica para evidenciar quais as iniciativas relevantes que contribuíram para o crescimento econômico do estado no período pós-divisão.

Já no capítulo III, utilizando métodos econométricos, faz-se uma correlação entre o crescimento econômico de Mato Grosso e os indicadores que descrevem o

---

<sup>30</sup> Neste caso utilizaremos o Coeficiente de Correlação de Pearson, que é o mais conhecido e também o mais utilizado.

<sup>31</sup> Conforme CRESPO (1999, p. 152), “para que uma relação possa ser descrita por meio do coeficiente de correlação de Pearson é imprescindível que ela se aproxime de uma função linear. Uma maneira prática de verificarmos a linearidade da relação é a inspeção do diagrama de dispersão: se a elipse apresenta saliência ou reentrâncias muito acentuadas, provavelmente trata-se de correlação curvilínea. Para podermos tirar algumas conclusões significativas sobre o comportamento simultâneo das variáveis analisadas, é necessário que:  $0,6 \leq |r| \leq 1$ .

desenvolvimento econômico da região para analisar se o crescimento econômico resultou em elevação do bem-estar da população mato-grossense.

Por fim as nossas considerações finais e recomendações.

## **CAPÍTULO I - Observações sobre os principais indicadores econômicos de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul nos períodos pré e pós-divisão**

Tendo em vista que a divisão de 1977 foi um acontecimento repentino e autoritário, muito provavelmente não foram levados em conta os aspectos econômicos das regiões sul e norte de Mato Grosso na decisão de dividir as regiões. Para MADUREIRA (2002, p. 208), “A divisão do Estado de Mato Grosso, mesmo tendo sido fruto de contendas que remontam a quase um século, somente se concretizou no ano de 1977, fruto de uma decisão do presidente Ernesto Geisel, imposta ao conjunto da população”. O presidente justificou seu ato com a idéia de que Mato Grosso poderia se transformar numa potência e poderia levantar um movimento separatista com São Paulo ameaçando a soberania da nação.<sup>32</sup> Com isso, é razoável afirmar que pouco se levou em conta as condições econômicas das regiões sul e norte de Mato Grosso como justificativa para a divisão. Portanto, tornou-se necessária uma análise econômica dos anos que antecederam a divisão de 1977 para averiguar se as condições econômicas das regiões sul e norte de Mato Grosso confirmavam as argumentações divisionistas. O principal argumento levantado por eles era o fato do sul arrecadar mais de dois terços da arrecadação estadual total. Acerca disso, BITTAR (1999, p. 72), acrescenta que,

Oclécio Barbosa Martins, numa obra que se tornou uma espécie de livro de cabeceira dos divisionistas, afirmava: “O sul possui tudo, menos administração”<sup>33</sup>. Essa crítica, aliada à idéia de que “o estado vive hoje do que rende o sul”, passou a ser, a partir dos anos 30, o mais forte argumento do separatismo, que teve na Liga Sul-Mato-Grossense seu momento de atuação mais eloqüente.

De fato, há estudos e obras literárias que descrevem a realidade econômica das regiões mato-grossenses na década de 30. Emílio Garcia Barbosa afirmou que “a arrecadação no sul, somava mais de dois terços da totalidade.”<sup>34</sup> E Arlindo de Andrade acrescentou dizendo que “já em 1925, os Municípios do Sul, arrecadavam um total de

---

<sup>32</sup> Lenine Póvoas relata que a divisão ocorreu em virtude dos estudos da Escola Superior de Guerra, e lá chegaram a conclusão que MT se tornaria um potência junto com SP e isso poderia permitir que ambos os estados encabeçassem um movimento separatista no Brasil. (NEVES 2001, p. 234).

<sup>33</sup> MARTINS, Oclécio Barbosa. *Pela defesa nacional: estudos sobre redivisão territorial do Brasil*. Rio de Janeiro, 1944. Pág. 84 *apud* BITTAR, Marisa. Op. Cit., 1999, p. 72.

<sup>34</sup> BARBOSA, Emílio Garcia. *Os Barbosas em Mato Grosso, estudo histórico*. Campo Grande, 1961. Pág. 56. *apud* Bittar, Marisa. Op. Cit., 1999, p. 71.

1.348:965\$249rs, limitando-se a arrecadação do Centro e Norte à 561:630\$400rs.”<sup>35</sup> Esses estudos se limitam a primeira metade do século XX. Nesta dissertação pretende-se realizar uma análise econômica da década de 1970, período na qual uma análise salientando as diferenças econômicas do sul e norte de Mato Grosso continua tímida e pouco divulgada.

No entanto, a alegação de que a região sul arrecadava mais de dois terços do total da arrecadação do estado, por si só, não justificava a divisão em si, porém, os sulistas vinham reclamando que os políticos do norte constantemente administravam a renda do estado contra os interesses e as necessidades da região sul.<sup>36</sup> Uma região que possuía uma população maior e uma economia mais intensa, naturalmente deveria ter uma arrecadação maior, assim como um gasto maior também, portanto, suas destinações também deveriam ser elevadas, e proporcionais a sua arrecadação.

Tendo isso em conta, alguns questionamentos precisam ser apreciados, dos quais destacam-se os seguintes: A região sul ainda continuou com uma economia tão forte quanto a que foi registrada na primeira metade do século XX no período de 1970 a 1977? A arrecadação do sul permaneceu registrando mais de dois terços da arrecadação total do estado? E o norte? Como estava a situação da sua economia? Crescendo ou estagnada? A situação econômica das regiões sul e norte de Mato Grosso entre 1970 e 1977 justificava ou contestava a divisão? E como as variáveis econômicas de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul se comportaram após a divisão? Quem cresceu mais nesse período, Mato Grosso ou Mato Grosso do Sul? Este capítulo pretende responder esses questionamentos e, além disso, o diagnóstico comparativo entre as economias de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul servirão de fundamento para a posterior análise dos indicadores de desenvolvimento econômico de Mato Grosso no período pós-divisão.

Optou-se por iniciar essa análise dando um foco especial nas características populacionais do estado. A importância desta discussão reside no fato da população ser uma variável importante na compreensão do crescimento econômico. Também se

---

<sup>35</sup> ANDRADE, Arlindo. *Erros da federação*, São Paulo, 1934. Pág. 186 *apud* Bittar, Marisa. *Geopolítica e separatismo na elevação de Campo Grande a capital*. Campo Grande, 1999. Pág. 71

<sup>36</sup> CAVALCANTE e RODRIGUES (1999, p. 127) em seu livro “*Mato Grosso e sua história*” também concordam acrescentando o termo “controle burocrático do norte” como um dos motivos da insatisfação dos sulistas por arrecadarem tanta renda e não serem beneficiados diretamente pela mesma devido a essa burocracia do norte. Tal revolta fez com que fosse criado um documento intitulado “Representação dos sulistas ao Congresso Nacional Constituinte” contendo um abaixo assinado solicitando a divisão do estado tendo como motivo principal essa gerência dos cuiabanos do norte.

pretende realizar uma interpretação dos indicadores de produção agropecuária por ser de vital importância para a economia mato-grossense. De acordo com MENDES (2006, p. 181)<sup>37</sup> “O agronegócio é o setor mais dinâmico da economia mato-grossense. Historicamente Mato Grosso sempre teve sua economia baseada na agropecuária”.

No intuito de encontrar respostas que possam respaldar os questionamentos apresentados acerca das argumentações divisionistas na área econômica, tornou-se necessário conhecer a arrecadação estadual<sup>38</sup> das regiões norte e sul de Mato Grosso no período de 1970 a 1977. Para o período pós-divisão (1980 – 2000) ao invés do indicador arrecadação estadual, utilizar-se-á o PIB estadual. Além disso, também será dado um foco especial à indústria de ambas as regiões por considerar também um indicador da economia das regiões em análise.

### **1.1. População**

Baseado nos censos realizados nos anos 1970, 1980, 1991 e 2000 (tabela 1), percebe-se que Mato Grosso e Mato Grosso do Sul obtiveram aumentos significativos em sua população. Em 1970 a região norte do estado, que hoje corresponde ao atual Estado de Mato Grosso, possuía uma população de 598.879 habitantes e a região sul que corresponde ao atual Estado de Mato Grosso do Sul 998.211 habitantes. Em 1980 a população mato-grossense reduziu a diferença significativa de dez anos atrás e passou a contar com uma população de 1.138.691 contra 1.369.567 dos sul-mato-grossenses. O cenário populacional nos anos noventa se inverte e Mato Grosso passa a ter uma população maior que a de Mato Grosso do Sul. O censo de 2000 registrou 2.504.353 habitantes para Mato Grosso e 2.078.001 habitantes para Mato Grosso do Sul.

Além disso, o percentual de participação da população do Estado de Mato Grosso em relação à Região Centro-Oeste tem aumentado também de forma significativa, pois, enquanto em 1970 equivalia a apenas 13,15%, em 2000 passou a representar 21,52%, e em contrapartida, Mato Grosso do Sul apesar de também ter crescido de forma absoluta, viu o percentual de participação de sua população em relação ao Centro-Oeste cair de 21,91% em 1970 para 17,85% em 2000.

---

<sup>37</sup> MENDES, Marcos Amaral. *História e Geografia de Mato Grosso*. 2. Ed. Cuiabá: ABDR, 2006.

<sup>38</sup> A arrecadação estadual não descreve a economia de uma região em sua totalidade, no entanto, a arrecadação é o conceito central utilizado pelos divisionistas como um dos motivos para justificar a divisão.

Outro fator digno de nota diz respeito ao fato da taxa de crescimento populacional ser decrescente no decorrer desses trinta anos de análise. Veja que tanto Mato Grosso, quanto Mato Grosso do Sul apresentaram taxas decrescentes. No período 1970-80, Mato Grosso apresentou 6,64% e Mato Grosso do Sul 3,21% e na década 1991-2000, Mato Grosso reduziu para 2,38% e Mato Grosso do Sul para 1,73.

**Tabela 1 – Censo, taxa de crescimento populacional e percentual da população Mato Grosso e Mato Grosso do Sul em relação à Região Centro-Oeste (1970 – 2000)**

<b>Anos (Censos)</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>
<b>Mato Grosso</b>	598879	1138691	2027231	2504353
<b>Crescimento Populacional de Mato Grosso (% a.a.)</b>	-	6.64	5.38	2.38
<b>% da população de MT em relação à Região Centro-Oeste</b>	13.15	16.74	21.52	21.52
<b>Mato Grosso do Sul</b>	998211	1369567	1780373	2078001
<b>Crescimento Populacional de Mato Grosso do Sul (% a.a.)</b>	-	3.21	2.41	1.73
<b>% da população de MS em relação à Região Centro-Oeste</b>	21.91	20.14	18.9	17.85

Fonte: IBGE. Censos demográficos de 1970 a 2000, apud BAENINGER (2002, p. 136 e 137), elaboração própria.

Um dos motivos da taxa de crescimento de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul apresentar uma evolução decrescente seria resultado de transformações estruturais na sociedade que resultou em declínio da taxa de natalidade ocorrida nesse período. Essa tendência não era apenas um fenômeno registrado no Estado de Mato Grosso, pois, na época, não só no Brasil, mas também na América Latina já havia uma busca pela conscientização da sociedade quanto à necessidade da redução da taxa de natalidade como meio para elevação do desenvolvimento da sociedade como um todo. Essa política há algum tempo, vem sendo adotada de forma radical em países super habitados como China, Índia e Japão. Sobre a questão, PIAIA (1999, p. 155) acrescenta:

No Brasil, não existe oficialmente uma política de controle de natalidade, mas, sim, a orientação de nossos governantes, para que a família faça o planejamento familiar... Em Mato Grosso, no ano de 1995, um projeto que previa o controle de natalidade no Estado tramitou na Assembléia Legislativa, provocando muita polêmica e protestos por parte das organizações de mulheres. Segundo essas organizações, não é o poder público que deve decidir quantos filhos a mulher deve ter.

Mesmo que em Mato Grosso não tenha ocorrido uma política de controle de natalidade efetiva, a redução da taxa de crescimento populacional vem declinando no Estado. Esse fenômeno que ocorre em todo o Brasil demonstra que de alguma forma

existe uma conscientização por parte da população sobre a necessidade de redução da taxa de natalidade, não para conter o povoamento da região, pois, Mato Grosso não é um Estado populoso, mas, como um meio de reduzir o custo familiar, proporcionando um melhor padrão de vida para os familiares como um todo. O controle de natalidade tem sido facilitado devido a um maior acesso das famílias à métodos contraceptivos ou mesmo em função da própria evolução da “estrutura produtiva”<sup>39</sup>.

Em se tratando da diferença populacional da região sul em relação à região norte, a história econômica nos mostra que existem diferenças no processo de ocupação da parte norte e da parte sul do território mato-grossense. Esse processo se inicia com a descoberta de ouro pelos bandeirantes que aqui se instalaram por volta do século XVIII. Aliado a mineração, estava a atividade agropecuária que tinha inicialmente o objetivo de abastecer a população que ali se instalou em busca de enriquecimento através do ouro. Foi então que, deduziu SILVA (1996, p. 201), “[...] enquanto a agropecuária se estabeleceu principalmente na região adjacente a Cuiabá, a criação de gado espalhou-se rapidamente pelo pantanal superior, principalmente no vale do rio Cuiabá”.

Com o aparente esgotamento<sup>40</sup> do ouro na região norte, houve um deslocamento da população em busca de outras atividades, no entanto, com muita dificuldade encontravam essas atividades às quais pudessem se dedicar. No século XIX a economia da região sul já crescia em ritmo mais forte que a da região norte, graças à expansão da agropecuária no sudeste brasileiro, principalmente de São Paulo. Soma-se a isso, o significativo fluxo migratório que se deslocava do norte de Mato Grosso para as terras de São Paulo, Paraná e para a região sul. Quanto a isso, SILVA (1996, p. 202) acrescenta que,

---

<sup>39</sup> Segundo PIAIA (1999, p. 155), “é a estrutura política que necessita contar sempre com um excedente populacional. Para manter os baixos salários, é necessário ter sempre disponível um número de pessoas superior à oferta de empregos. É o que Marx chamou de “exército de reserva”. Porém, quando esse número é excessivo, ele passa a incomodar a “ordem” estabelecida pelo próprio sistema produtivo (principalmente se essas pessoas são esclarecidas, conscientes de seus direitos e exigem maior participação na vida econômica; política e social do país) e ameaçar o próprio processo de acumulação capitalista, centrado na exploração do homem pelo homem. Rapidamente são tomadas medidas para conter o “exagerado” crescimento da população. Poderosos grupos econômicos como a Ford, o Rockefeller e Benfam (ligado ao Banco Mundial) oferecem a solução para o problema – o controle da natalidade. Não se cogita melhorar as condições de vida, para que as pessoas possam escolher o tamanho ideal de suas famílias”.

<sup>40</sup> Assim como ocorre com o petróleo, os filões auríferos não estavam exatamente se esgotando, mas, o que se esgotava era o denominado ouro de aluvião, espécie encontrada na superfície que não necessitava de tecnologia avançada para a sua extração. A mineração mato-grossense carecia de instrumentos tecnológicos que pudessem extrair o ouro que se encontrava no subsolo e, portanto, com a ausência de tecnologia, as pessoas que se ocupavam da extração do ouro, abandonavam essa atividade para se dedicar a outras, caso não encontrassem outros lugares para novamente extraírem o ouro da superfície.

Limitada em sua base econômica pela evolução demasiadamente lenta da pecuária de corte extensiva, da agricultura de baixo nível tecnológico e da pouca dinâmica econômica de trocas propiciadas pelo setor público e comércio, a porção norte de Mato Grosso cresceu lentamente.

Quanto à taxa de crescimento populacional de Mato Grosso ser pouco maior que o de Mato Grosso do Sul no período em análise, um dos motivos foi a inversão do processo migratório,<sup>41</sup> a partir dos anos 70, em função de alguns projetos do Governo Federal, e do processo de colonização do estado, motivado pela busca do governo em povoar a região, projeto esse, implementado no governo de Getúlio Vargas, com a “Marcha para o Oeste”. Em apoio, MENDES (2006, p. 205), comenta que:

As políticas adotadas pelo Estado através de programas como Proterra, Polocentro e Poloamazônia, a partir de então, provocaram várias mudanças no estado, alterando o padrão de povoamento juntamente com a colonização efetivada por empresas privadas.

Essas políticas adotadas no período pré-divisão (colonização e projetos do Governo) vão apresentar resultados no período pós-divisão, quando a população da região sul, agora Estado do Mato Grosso do Sul, acaba sendo ultrapassada pela população do Estado remanescente: Mato Grosso. Aliás, os divisionistas costumavam afirmar sua superioridade populacional como justificativa para defender a divisão, uma vez que, na primeira metade do século XX, a população do sul era maior que a população do norte. No entanto, devido ao Estado de Mato Grosso ter registrado taxas de crescimento levemente superiores a de Mato Grosso do Sul, ainda no período pré-divisão (década de 1970), pode-se afirmar que o norte de Mato Grosso mais cedo ou mais tarde ultrapassaria o sul de Mato Grosso em população, caso a tendência de crescimento perdurasse nos anos seguintes. Para PIAIA (1999, p. 33), alguns dos fatores que atraíram os fluxos migratórios de várias regiões para Mato Grosso, foram os seguintes:

1º - O nordeste vivia uma situação de estagnação econômica; os solos encontravam-se exauridos e desgastados pela intensa utilização da terra o que diminuía a produtividade... Os camponeses empobrecidos fundaram as ligas camponesas, exigindo a Reforma Agrária e a repartição do latifúndio. O golpe militar de 1964 prendeu e/ou matou

---

<sup>41</sup> O Fluxo que era do norte para o sul devido ao esgotamento do “ouro de aluvião”, agora se invertia em função do processo migratório verificado nesse período.

os líderes das ligas camponesas, dando fim ao sonho dos agricultores, restando a estes apenas a alternativa de migrarem para novas áreas de fronteira agrícola. 2º Em São Paulo e estados do Sul, os fatores de expulsão dos agricultores estão relacionados ao processo de modernização da agricultura, que supervaloriza a terra, restringindo o acesso apenas aos que podem pagá-la, diminui a necessidade de braços n lavoura e promove a concentração de terras... 3º - Outros elementos como a construção de Brasília e a abertura de rodovias que atravessam o Centro-Oeste na direção da Amazônia.

Além do processo de colonização e da migração ocorrida em Mato Grosso, outro fator digno de nota que contribuiu para que o seu crescimento populacional fosse maior que o crescimento de Mato Grosso do Sul foi a implantação de rodovias, que após a década de 50, acabou se tornando um dos principais determinantes para a ocupação do Estado.<sup>42</sup> Além disso, o potencial econômico da região sul tinha como principal força a sua produção pecuária, que, ao longo do tempo, viria a contribuir negativamente para o crescimento da população de Mato Grosso do Sul. Isso porque, segundo SILVA, José (1997, p. 3 e 4),

[...] a pecuária caracteriza-se como uma atividade de baixíssimo emprego de mão-de-obra, notadamente quando, como a mato-grossense, utiliza tecnologia rudimentar, o seu desenvolvimento não contribui para o povoamento. Antes, pelo contrário, quando essa atividade substitui a agricultura... produz o despovoamento do território.

Apesar do seu crescimento populacional significativo, Mato Grosso possui ainda uma das densidades populacionais mais baixas do país, ou seja, não só a região mato-grossense, mas grande parte do território brasileiro ainda está por ser ocupado, e o que ficou para trás cobra mudanças significativas.<sup>43</sup>

### **1.3. Agropecuária mato-grossense**

Em análises sobre o desempenho econômico de uma região, necessariamente deve-se averiguar as variáveis que mais influenciam ou dinamizam a economia. No caso do Estado mato-grossense, com características rurais e desempenho agropecuário com destaque em todo o país, é indispensável que a agropecuária mato-grossense participe da análise proposta. A importância da agropecuária para a economia tem sido uma preocupação dos principais teóricos econômicos nas mais variadas épocas de existência

---

<sup>42</sup> SILVA, José A. *Crescimento populacional e ocupação recente em Mato Grosso*. In: CADERNO DE ESTUDOS SOCIAIS; Recife, 1997.

<sup>43</sup> SILVA, Jovam Vilela. Op. Cit., 1996.

da ciência econômica. Nessa direção, Margarida Garcia de Figueiredo (2003) faz a seguinte afirmação:

A importância da agricultura para o crescimento econômico de um país sempre foi um tópico de grande relevância dentro da teoria econômica. Os economistas clássicos já estudavam os diversos papéis a serem desempenhados pela agricultura no curso do processo de desenvolvimento econômico; e os contemporâneos o fazem nos dias atuais.<sup>44</sup>

É por isso que são destacados na pesquisa alguns aspectos da agropecuária mato-grossense com seus principais indicadores, tanto no Estado de Mato Grosso quanto em Mato Grosso do Sul no período de 1970 a 2000. O primeiro fato digno de destaque na agropecuária mato-grossense é o fato dela ter sido, conforme FIGUEIREDO (2003, p. 21) beneficiada pela “[...] política de interiorização do desenvolvimento dos anos 40 e 50 e da política de integração dos anos 70”. Isso permitiu que no início dos anos 70, houvesse uma maior integração entre a agropecuária e a indústria, de tal maneira que a partir desses anos a metodologia de estudo começou a considerá-la fundamental. Quanto a essa característica, HECK (2006, p. 71 e 72), explica que,

A agricultura deixa de ser estudada por seus “complexos rurais” e passa a ser vista a partir de “Complexos Agroindustriais – CAIs”. Isto representa a passagem de uma agricultura estritamente voltada para a produção de alimentos e fibras para uma integração agricultura-indústria, onde a indústria fornece os elementos necessários à produção e a agricultura fornece matéria-prima para a industrialização.

Não há como negar também que a agropecuária mato-grossense no período pré-divisão sofreu influências externas tanto nacionais como internacionais. Entre as principais, podem-se destacar as crises do petróleo ocorridas na década de 70 na qual segundo HECK (2006, p. 72 e 73) “os preços dos barris de petróleo quadruplicaram, passando de US\$ 3,00 para US\$ 12,00 afetando... toda a economia brasileira a medida que os investimentos internacionais se reduz... A produção agrícola torna-se um mecanismo de controle de preços”. Em prosseguimento aos acontecimentos mais relevantes no desenvolvimento da agropecuária, destaca-se na década de 1990, três acontecimentos relevantes:

O primeiro é o processo cada vez maior de abertura das economias nacionais a outros mercados... é o chamado liberalismo econômico... a agricultura brasileira patrocinada em grande parte pela iniciativa privada se vê obrigada a competir com outros países que apesar de não

---

<sup>44</sup> FIGUEIREDO, M. G. de. *Agricultura e Estrutura produtiva do Estado de Mato Grosso: Uma análise insumo-produto*. Dissertação (mestrado). Piracicaba, 2003.

possuírem tarifas incidentes diretamente sobre os produtos ainda subsidiam indiretamente grande parte do setor primário. O segundo é a formação do bloco econômico do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, em 1991... O Brasil conquistou muitos mercados nos países vizinhos, porém, para a agricultura, e alguns produtos em particular como é o caso do trigo, foi posta em xeque à medida que estes países possuem uma forte vocação agrícola. Por fim, o terceiro evento que se deve considerar é a implantação do Plano Real, em 1994, trouxe consigo uma nova política cambial de paridade da moeda brasileira com a moeda estadunidense. A adoção desta política trás dois reflexos sobre a agricultura brasileira. De um lado, permite a incorporação de novas tecnologias importadas que se tornam mais acessíveis aos produtores nacionais e, de outro lado, torna os produtos agrícolas brasileiros menos competitivos no mercado internacional. (HECK, 2006, p. 73 e 74)

Voltando ao contexto estadual, ainda no início do século XX, a produção agrícola mato-grossense não tinha características de exportação como o é atualmente no período pós-divisão. A proposta inicial dos produtores agrícolas era de acordo com BORGES (2001, p. 50) “[...] de explorar certas ‘vantagens absolutas’ de Mato Grosso por meio da extração de produtos nativos ou da utilização de vastíssimas pastagens naturais.”<sup>45</sup> Mas, a partir de 1970, o cenário se modifica, pois, segundo MENDES (2006, p. 178),

O Governo Federal decidiu incentivar a ocupação da Amazônia Legal, da qual Mato Grosso faz parte. Essa região tornou-se a nova fronteira econômica do País, iniciando-se um processo de intensificação da agricultura em larga escala, principalmente com a chegada de migrantes sulistas. Esse fato representou um grande marco na mudança econômica, social e agrícola em Mato Grosso nas últimas décadas. O crescimento econômico do estado passou a ser centrado em commodities agrícolas voltadas para a exportação.

Segundo afirmação do autor, a característica de produção voltada para a exportação tem como fator dinamizador os incentivos do Governo Federal. É fato que um dos primeiros projetos do Governo Federal de incentivo à ocupação da fronteira do país, a “Marcha para o Oeste”, de Getúlio Vargas, tenha contribuído para a colonização do Estado. No entanto, tais mudanças acabaram não sendo tão significativas, como mostra HECK (2006, p. 78), ao afirmar que “[...] na prática não teve muitos efeitos, apenas contribuindo para o surgimento de algumas colônias”.

Para HECK (2006, p. 74 e 75), as políticas agrícolas implementadas “[...] representam um conjunto de ações econômicas voltadas para o setor primário que visam a ampliação da produção de alimentos através da concessão de créditos, subsídios, seguros entre outros”. Entre as principais políticas a se destacar estão o Crédito Rural,

---

<sup>45</sup> BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. Op. Cit., 2001, p. 50.

principal instrumento utilizado pelo Governo desde 1937 em todo o Brasil, Fundo Nacional da Agricultura (FUNAGRI), Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), Fundo de Democratização do Capital das Empresas (FUNDECE), Crédito Rural Supervisionado<sup>46</sup> e a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) utilizada a partir da década de 80. Porém, a existência dessas políticas agrícolas não foram suficiente para a efetivação do desenvolvimento que redundou em “crescimento desigual”. Conforme PIAIA (1999, p.45),

Boa parte dos agricultores (geralmente mini-fundiários) não conseguem os créditos agrícolas, ou quando conseguem não têm condições de acompanhar as altas taxas de juros cobradas pelos bancos. A maioria desses agricultores acaba perdendo suas terras que foram hipotecadas aos bancos, ou, então, vendidas a outros agricultores “bem sucedidos”. Abandonam o campo e vão morar nas periferias das cidades.

Acreditava-se à época que o setor agropecuário de Mato Grosso, mesmo enfrentando os problemas referentes à dificuldade de obtenção de crédito, acabou sendo um dos maiores beneficiados com a vinda dos imigrantes motivada pela implantação dos programas do Governo Federal, sem destacar, obviamente, os problemas trazidos pelo “Mito do Eldorado” que não foram poucos. Segundo OLIVEIRA (2001, p. 144) “[...] Mato Grosso ocupou posição privilegiada nesse processo, pois, foi contemplado com recursos de todos esses programas governamentais. Por isso, constituiu-se em área preferencial para a implantação de projetos de colonização privada no país”<sup>47</sup>. Ainda, conforme OLIVEIRA,

As políticas de apoio à ocupação e desenvolvimento da Amazônia e Centro-Oeste, a partir da década de 1970, principalmente através do crédito agrícola, levaram a um novo surto de progresso no Mato Grosso. As condições para o desenvolvimento da região já no final do século XX ainda eram bastante precárias, a falta de rodovias, de energia elétrica, de mão-de-obra, somada a baixa qualidade do solo exigia que a agricultura implantada na região fosse desenvolvida em larga escala e totalmente mecanizada.<sup>48</sup>

---

<sup>46</sup> Sobreviveu por pouco tempo, sendo adotado a partir de 1965 e acabando em 1968, a característica fundamental era o fato de a propriedade ser assistida como um todo em suas necessidades. (HECK, 2006, p. 75).

<sup>47</sup> O autor afirma que aproximadamente 90% dos projetos particulares de colonização foram implantados em Mato Grosso na década de 70. (OLIVEIRA, A. de. *Agricultura Camponesa no Brasil*. 4. Ed. São Paulo: Contexto, 2001.)

<sup>48</sup> HECK, C. R. *A Relação agricultura e desenvolvimento sob a ótica da geração de renda: o caso do município de Sorriso/MT*. Dissertação de Mestrado, UNIJUI, Rio Grande do Sul, 2006. Disponível em: <www.dominiopublico.com.br>. Acesso em: 10/01/2009.

Pelo exposto, parece que esses programas do Governo Federal, permitiram o desenvolvimento da produção em larga escala e da mecanização da agricultura, por vir ao encontro das necessidades da região devido a condições precárias em infra-estrutura, má qualidade do solo, ausência de meios de transportes adequados e ausência de energia elétrica. Na opinião de FERREIRA (2001, p. 316)<sup>49</sup> o que realmente levou a uma efetiva ocupação do território mato-grossense foi,

O interesse específico de fazer crescer o setor agrícola e a necessidade de atender as pressões demográficas e sociais, absorvendo os excedentes populacionais e os grupos de pequenos e médios proprietários, que foram deslocados de suas respectivas áreas agrícolas em detrimento de um processo de modernização na agricultura.

Quanto à questão da modernização da produção agrícola PEREIRA ET ALL (2008, p. 44 e 45), relata o seguinte:

Paralelamente ao recente e elevado crescimento vivenciado nos últimos anos, apesar de responder por parcela reduzida da produção nacional, a economia de MT vem experimentando diversas mudanças na sua estrutura interna e nas suas relações econômicas: dentre elas, podem ser destacadas relações comerciais, econômicas e tecnológicas inusitadas. Nesse panorama, também se constata a modernização da economia mato-grossense e, mais acentuadamente, da agropecuária do Estado. A partir do final do decênio dos anos setenta, acompanhando a tendência do agro nacional, o contínuo avanço do capital industrial no ambiente agropecuário implicou em acentuada transformação e diferenciação das características básicas do agro mato-grossense.

No entanto, cabe ressaltar que conforme PEREIRA (2008, p. 47), “[...] nem tudo é maravilha quando se fala em modernização da agricultura. Pelo contrário, esse processo de desenvolvimento capitalista... vem trazendo uma série de problemas que, no conjunto, define o que se tem chamado de questão agrária no Brasil”.<sup>50</sup> Para auxiliar na resolução dos problemas sociais acarretados pela modernização “conservadora e dolorosa” do setor, e com o intuito de dar suporte ao desenvolvimento de uma fronteira agrícola de grande potencial econômico que surgia no sul do estado, é que acabou tendo de ser criado em 13 de junho de 1975, a Unidade de Execução de Pesquisa de Âmbito

---

<sup>49</sup> FERREIRA, J. C. V. *Mato Grosso e seus municípios*. Cuiabá: Secretaria de Educação, 2001. Pág. 316, apud HECK, C. R. *A Relação agricultura e desenvolvimento sob a ótica da geração de renda: o caso do município de Sorriso/MT*. Dissertação de Mestrado, UNIJUI, Rio Grande do Sul, 2006.

<sup>50</sup> GRAZIANO NETO, F. *Questão agrária e ecologia: crítica à moderna agricultura*. São Paulo, 1986, p. 44 apud PIAIA, I. I. *Geografia de Mato Grosso*, Cuiabá, 1999, p. 43.

Estadual de Dourados (UEPAE de Dourados), da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária)<sup>51</sup>.

Sobre o desenvolvimento da agropecuária mato-grossense, pode-se afirmar que Mato Grosso, um Estado que já foi extrativista mineral nos primórdios da sua história econômica e que já teve auge como extrativista vegetal, hoje consolidasse como agropecuário. A industrialização ainda encontra-se incipiente, no sentido de passar a ser o motor dinâmico da sua economia. Aliás, ela aparece aos poucos, em apoio ao agronegócio, geralmente denominada de agroindústria. A agroindústria, responsável pela modernização, e, pela elevação nas produções agropecuárias em todo o mundo. Conforme PEREIRA ET ALL

O progresso técnico gestado na agropecuária vem sendo o ente mais dinâmico do conjunto das forças produtivas do presente capitalismo mato-grossense, visto que as forças produtivas centradas nessa atividade estão se constituindo nos elementos determinantes das principais mutações... vivenciadas pela economia do estado.<sup>52</sup>

Na tabela 2 são apresentados o PIB da agropecuária de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul nos períodos pré e pós-divisão (1975 – 2000). Note que os números absolutos demonstram a superioridade do setor de Mato Grosso do Sul em relação à Mato Grosso. Em 1975, na agropecuária de Mato Grosso o sul apresentava um montante de R\$ 1.393.198 enquanto que o norte apresentava R\$ 519.795. Mato Grosso continuou apresentando um PIB agropecuário menor que Mato Grosso do Sul durante o período pós-divisão até o ano 2000, quando pela primeira vez conseguiu superá-lo arrecadando uma quantia de R\$ 3.282.926 frente à quantia de R\$ 3.113.524 de Mato Grosso do Sul. Essa evolução consegue ser melhor visualizada no gráfico 1.

Pode-se observar que essa inversão é consequência de um maior incremento que a agropecuária mato-grossense obteve no período de 1986 a 2000, revelada pelos números índices demonstrados na tabela 2. Percebe-se ainda que, tendo como base o ano de 1975, os incrementos de Mato Grosso passaram a ser maiores que o de Mato Grosso do Sul, a partir de 1986, sendo que em 2000, Mato Grosso apresentou um incremento representado na tabela 2 pelo número índice 632 contra 223 de Mato Grosso

---

<sup>51</sup> EMBRAPA. *Agropecuária de Mato Grosso*. Disponível em: [www.cpao.embrapa.br/unidade/historico](http://www.cpao.embrapa.br/unidade/historico). Acesso: 05/01/2008.

<sup>52</sup> PEREIRA, ET. ALL. *Reflexões sobre efeitos sociais da modernização da agricultura de Mato Grosso*. Revista de Estudos Sociais / Universidade Federal de Mato Grosso, Faculdade de Administração, Economia e Ciências Contábeis. – Ano 8, n. 1 e 2 (2006). Cuiabá: Ed. UFMT, 2008, p. 47.

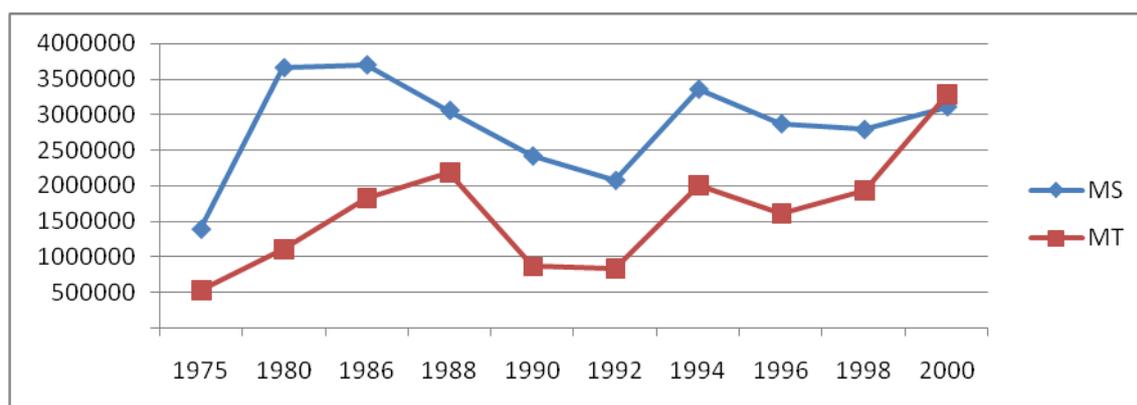
do Sul. Aliás, o crescimento de Mato Grosso do Sul, nem foi absoluto, pois alterna com quedas e alavancadas entre os anos (1990-92) e (1996-98), e vê a sua participação percentual em relação à Região Centro-Oeste cair de um pico de 44% em 1980 para 31% em 2000. Por sua vez Mato Grosso que também andou alternando com quedas e alavancadas em seus dados nominais, pode considerar o setor como em crescimento, devido a uma maior participação do setor em relação à Região Centro-Oeste. Enquanto equivalia a apenas 11% em 1975, cresceu para 33% em 2000.

**Tabela 2 – PIB da Agropecuária e números índices de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul no período de 1975 a 2000. (Unidade: R\$ do ano 2000)**

Anos	MT (mil R\$)	% de MT no Centro-Oeste	Índice base: 1975	MS (mil R\$)	% de MS no Centro-Oeste	Índice base: 1975
1975	519795	11.0	100	1393198	29.6	100
1980	1104554	13.3	212	3665700	44.2	263
1986	1817987	20.2	350	3704481	41.1	266
1988	2178250	26.5	419	3063373	37.3	220
1990	860409	15.4	166	2422086	43.3	174
1992	825142	16.0	159	2079865	40.2	149
1994	1995770	21.8	384	3361424	36.8	241
1996	1602468	21.7	308	2875964	39.0	206
1998	1927029	24.3	371	2795485	35.2	201
2000	3282926	33.0	632	3113524	31.3	223

Fonte: IBGE. Elaboração própria.

**Gráfico 1 – Evolução do PIB da Agropecuária de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul no período de 1975 a 2000**



Fonte: Tabela 2.

A agropecuária mato-grossense tem como proeminentes a soja e o algodão como produções agrícolas e o gado bovino como principal rebanho pecuário. É importante destacar alguns aspectos da evolução dessas variáveis, por se tratar de variáveis de substancial influência para a agropecuária mato-grossense.

### 1.3.1. A soja

A soja mato-grossense, por exemplo, foi uma das culturas que se consolidou na região apenas no período pós-divisão. Trata-se de uma cultura até certo ponto planejada como mostra MENDES (2006, p. 182),

No final da década de 1960, o Governo Federal começou a perceber que a soja poderia se tornar um produto de grande valor comercial. Nesta época, era incentivado no Brasil a produção de suínos e aves, o que gerou forte demanda por farelo de soja. Em meados dos anos 1970, houve grande alta do preço da soja no mercado internacional, o que acabou contribuindo para aumentar ainda mais o interesse dos agricultores e das autoridades para esta leguminosa... Os investimentos em pesquisa de melhoramento genético possibilitaram que a soja fosse plantada com sucesso em regiões de baixas latitudes, caso de Mato Grosso. Ela chegou ao estado no fim dos anos 1970 e foi inicialmente cultivada em áreas desmatadas no cerrado perto de Cuiabá.

O valor protéico da soja era interessante para o consumo, pois um kg do produto equivale aproximadamente a dois kg de carne bovina. Na primeira década da produção de soja em Mato Grosso, nos anos 80, havia no Estado uma produção crescente, mas tal crescimento, com o passar do tempo, segundo FIGUEIREDO e MARTA (2007),<sup>53</sup> não teve um crescimento constante, pois na fase inicial, o crescimento de 1981 em relação a 1980 foi de 90%, sendo que essa tendência foi se reduzindo com o passar do tempo em função da instabilidade dos preços, e também devido a deficiente infra-estrutura, que dificultavam os agricultores com custo de transporte elevado.

Mesmo com tantas dificuldades devido às condições de infra-estrutura e de instabilidade de preços da soja, é interessante salientar que após o período de 1970 a 2000, no ano de 2001, o Brasil acabou se tornando o maior produtor mundial, e Mato Grosso o maior produtor brasileiro. Sua consolidação frente às dificuldades de infra-estrutura e instabilidade de preços se deve ao fato do produto ter sido produzido nas regiões onde se concentram as melhores infra-estruturas de transportes. É por isso que não tem como não concordar com VASCONCELLOS (2008)<sup>54</sup>, quando diz que a soja tem se expandido em direção ao norte do estado em função das grandes possibilidades

---

<sup>53</sup> FIGUEIREDO, A. M. R. e MARTA, J. M. C. *Uma interpretação política de introdução da soja no cerrado de Mato Grosso*. Núcleo de Pesquisas Econômicas e Sociais (NUPES), Cuiabá, 2007.

<sup>54</sup> VASCONCELLOS, L. C. de S. ET ALL. *A produção Agrícola do Estado de Mato Grosso: Um levantamento Estatístico da produção regional, Norte e Sul, dentro da proposta de Divisão do Estado*. Disponível em: <[www.geografia.ufmt.br](http://www.geografia.ufmt.br)>. Acesso em: 02/10/2008.

de elevação rápida no seu cultivo, já que possui uma fronteira agrícola ainda em expansão. No entanto, conforme, FIGUEIREDO e MARTA (2007, p. 14),

Mato Grosso atravessou em 2006, certamente, uma das piores crises do setor. Em decorrência do aumento dos custos de insumos e equipamentos agrícolas, o agricultor tem cada vez mais se tornado refém de seu próprio negócio, pois, são poucas as alternativas para se desfazer ou alterar o uso do equipamento em curto prazo. O endividamento está baseado nos custos anteriores, dentro de um processo histórico no qual ficou sem saída.

De fato, as dificuldades não foram o suficiente para impedir que Mato Grosso se consolidasse como maior produtor nacional, mesmo encarando a ferrugem asiática e as chuvas excessivas. MENDES (2006) levanta os principais fatores que beneficiaram a produção de soja no período pós-divisão, assim destacados: topografia plana do relevo, propícia a mecanização; melhoramento genético das sementes e aplicação de técnicas inovadoras que permitiram aumentar a qualidade e a produtividade; altos preços da soja no mercado internacional; presença de grandes empresas especializadas no seu processamento.

### **1.3.2. O algodão**

Outra cultura de grande relevância para o Estado de Mato Grosso é o algodão. Atualmente o algodão é o segundo em importância no setor agrícola, perdendo apenas para a soja. Para MENDES (2006, p. 184) “[...] o algodão é outra cultura agrícola que se destaca no setor produtivo de Mato Grosso. Contando com um programa especial de incentivos (PROALMAT), ele é cultivado nas regiões de cerrado, de forma mecanizada e em escala empresarial”. BUAINAIN e BATALHA (2007)<sup>55</sup> afirmam que a produção de algodão no Brasil se desenvolveu nos cerrados em função de três aspectos importantes. São eles: a topografia plana que facilita a mecanização das atividades; clima com duas estações bem definidas de seca e de chuvas, dando uma qualidade maior para suas fibras; e por fim a ocupação anterior pela sojicultura que redundou em uma produção agrícola intensa tecnologicamente, em capital e em formação de capacidade de gestão empresarial. SOUSA ET. ALL (2008, p. 74), acrescenta:

A produtividade do algodão em Mato Grosso é superior à média brasileira em virtude das condições de clima favoráveis à produção, tipo de solo, escalas de produção favoráveis ao desenvolvimento da

---

<sup>55</sup> BUAINAIN, A. M. e BATALHA, M. O. *Cadeia Produtiva do Algodão* (vol. 4), Brasília: IICA: MAPA/ SPA, 2007.

cultura, com o uso correto de tecnologias e, principalmente, variedades mais produtivas e tolerantes a doenças.

No caso de Mato Grosso, FREIRE (2007)<sup>56</sup> sugere que a produção de algodão voltada para o comércio começou a partir de 1930, na cidade de Três lagoas, onde ali foi introduzido por Liberato Barrozo com aproximadamente 1.200 kg de sementes da espécie denominada Texas 7111. Após um bom desenvolvimento das lavouras situadas em municípios como São José do Povo, Nova Galiléia, Jaciara, Pedra Preta e Jucimeira, foi implantada uma beneficiadora de algodão em 1966 denominada de “Algodoeira Palmeirense”, e, em 1986, inaugurada em Cuiabá, o primeiro laboratório de classificação de algodão do Estado.

O crescimento da produção mato-grossense no período pós-divisão é um reflexo da situação nacional, pois, “[...] percebe-se que as exportações brasileiras de algodão tiveram um crescimento ascendente no período de 1999 a 2005, o que tem contribuído para o aumento das exportações brasileiras totais e para o crescimento do agronegócio como um todo”. (SOUSA, ET ALL, 2008, p. 72).<sup>57</sup>

Ainda sobre a produção de algodão, dados dos últimos anos no Brasil demonstram um desenvolvimento acelerado desse produto. Atualmente, o Estado de Mato Grosso é responsável por 42% da produção nacional, ocupando o primeiro lugar no ranking de produtividade. No entanto, a elevação da exportação nacional não é o único motivo para o desenvolvimento do algodão mato-grossense.

No final dos anos 90, há uma grande elevação na quantidade produzida do produto. Isso ocorreu porque houve na segunda metade dos anos 90 um desestímulo à produção da soja em função da queda nos preços, e também pela carência de melhores condições de transporte na região. A partir daí, com a elevação do valor do algodão a principalmente de 1995 em diante, aliado ao custo baixo de transporte, a cultura tornou-se uma alternativa altamente viável para o Estado. (BUAINAIN e BATALHA, 2007)

Dos anos 80 para frente, o avanço constante do capital industrial no ambiente agrícola e pecuário acarretou em acentuada transformação e diferenciação dos aspectos

---

<sup>56</sup> FREIRE, E. C. *História do algodão no cerrado*. In: E. C. FREIRE, *Algodão no cerrado do Brasil* (PP. 21-52) Brasília: Associação Brasileira dos produtores de algodão, 2007.

<sup>57</sup> SOUSA, S. S. S. ET ALL. *Análise da competitividade do algodão mato-grossense no cenário internacional: 1999 a 2005*. Revista de Estudos Sociais/ Universidade Federal de Mato Grosso, Faculdade de Administração, Economia e Ciências Contábeis – Ano 08 n. 01 e 02 (2006). Cuiabá: Ed. UFMT, 2008.

básicos do agro mato-grossense. Além de surgir grande número de latifúndios capitalizados, grande parte dos estabelecimentos então existentes se transformou em modernas empresas capitalistas, diferenciando-se dos antigos latifúndios tradicionais. Tais empresas produzem bens dotados de alto valor comercial, como a soja, o algodão e o arroz. (VASCONCELLOS ET ALL, 2008)

### **1.3.3. Gado Bovino (pecuária)**

Quanto à pecuária, pode-se considerá-la como uma das atividades mais antigas do Estado, “[...] tendo sido introduzida nos primeiros tempos da colonização, e foi a principal atividade econômica de Mato Grosso até meados dos anos 1970”<sup>58</sup>. Isso faz da atividade, uma importante variável a ser analisada e comparada ao desempenho das outras atividades da região no período pré e pós-divisão.

Além disso, entre os argumentos anti-divisionistas está a afirmação de que o sul do Estado encontrava-se na fase pastoril, não tendo assim condições para se tornar um estado. Em resposta a esse argumento, os divisionistas sustentavam que quase tudo que se exportava e os poucos recursos financeiros do Estado vinham do sul. Além disso, conforme BITTAR (1999, p. 85), “[...] possuir grande pecuária e viver principalmente dela não significava estar “em fase pastoril”, pois essa atividade equiparava-se à do Triângulo Mineiro em métodos de seleção e de melhoria do rebanho”.

Esse debate pertenceu à primeira metade do século XX. O argumento contra a divisão do Estado foi apresentado por Rondon em 1934 na qual em uma entrevista concedida ao Diário de São Paulo contesta a reivindicação separatista. A resposta divisionista por sua vez foi publicada num opúsculo intitulado “A divisão de Mato Grosso: Resposta ao general Rondon”. Ainda segundo BITTAR (1999, p. 74), “Nesse documento aparecem detalhadamente, talvez pela primeira vez, os elementos constitutivos das especificidades econômicas, políticas e culturais que distinguem as duas regiões de Mato Grosso”. Assim, a presente análise sobre a produção pecuária do norte e do sul de Mato Grosso no período anterior a divisão tem a intenção de averiguar a evolução do setor no período pré-divisão.

Observe na tabela 3 que o efetivo em cabeças do sul é significativamente maior que o rebanho do norte. Veja que em 1970, o efetivo do sul equivalia a quase 80% do

---

<sup>58</sup> MENDES, Marcos Amaral . Op. Cit., 2006, p. 186.

total do Estado e em 1977 houve uma leve queda para 70%. Apesar disso, nos últimos dois anos, 1976 e 1977, os números índices do norte são mais significativos que os do sul, permitindo que a diferença tão substancial no gado bovino das regiões se reduzisse a ponto do norte subir de apenas 20% para 30% do total do Estado, o que significa dizer que de 4/5 o rebanho do sul reduziu para dois terços. De fato, a pecuária é o que há de mais forte em termos econômicos na região sul nesse período.

**Tabela 3 – Rebanho (cabeças), porcentagem do total e índice relativo ao gado bovino do norte e do sul de Mato Grosso no período de 1970 a 1977**

Anos	Rebanho do norte	% do total	Índice: Base: 1970	Rebanho do sul	% do total	Índice Base: 1970
1970	1952937	20.8	100	7440959	79.2	100
1971	2261263	22.4	116	7823846	77.6	105
1972	2378256	21.4	122	8754876	78.6	118
1973	2217757	20.8	114	8454813	79.2	114
1974	2334180	20.2	120	9217702	79.8	124
1975	2461097	20.8	126	9382599	79.2	126
1976	3430988	27.0	176	9267967	73.0	125
1977	3582371	30	183	8303146	69.9	112

Fonte: SEPLAN/MT anuário estatístico de 1968 a 1990. Elaboração própria.

O motivo pela qual nos últimos dois anos, o rebanho do norte parece iniciar sua alavancada frente ao rebanho do sul é que, segundo SILVA (1996, p. 215), “[...] a atividade pecuária, no sul, tornou-se vegetativa, estática no tempo”. SILVA (1996) ainda sustenta que outros motivos influenciam essa leve queda no período final da década de 70, destacando as constantes enchentes no pantanal mato-grossense, os problemas de adaptação em relação ao convívio com a enchente, o aproveitamento melhor da agricultura, procurando manter o rebanho sem ampliá-lo, e por fim, a espera de mercados mais convidativos e de uma política pecuarista mais dinâmica e ousada por parte dos órgãos competentes, no mercado interno e externo. Além disso, Neves, (1994, p. 179 e 180), afirma que “[...] a ausência de frigoríficos junto aos centros produtores prejudica o esforço da engorda pantaneira vez que o gado, em qualquer daqueles meios, sofre perda considerável de peso”.

A proeminência do gado bovino em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul iniciou-se conforme BORGES (2001, p. 78) a partir da “[...] inauguração da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, em 1914, foi que ocorreu em Mato Grosso a demonstração da real

importância assumida pela pecuária, quando em 1920, o Estado chegou a ser considerado o quarto maior rebanho bovino brasileiro”.

A elevação da produção pecuária bovina no período pós-divisão foi influenciada diretamente por investimentos realizados pelos criadores de gado em função das exigências do mercado externo, entre elas, conforme MENDES (2006, p. 186), pode-se destacar as seguintes: “Confinamento dos rebanhos, depuração genética dos animais e das pastagens, controle e combate de doenças, como a aftosa, e métodos modernos de inseminação.”

Soma-se a isso, o fato de Mato Grosso ter recebido o certificado de zona livre de febre aftosa com vacinação no ano 2000, e desde então, encontrar-se habilitado a exportar carne até para a Europa. Esse certificado é de vital importância para o sucesso das importações do gado bovino do Estado já que qualquer foco isolado descoberto poderia travar todo o processo de exportação em andamento, tanto de carne, quanto de leite e seus derivados. Isso até chegou a ocorrer no Estado de Mato Grosso do Sul em 2005, quando foram detectados junto com o Estado do Paraná, aproximadamente 29 casos. Com a confirmação do caso, o governo mato-grossense determinou o fechamento da fronteira na região sul, mas mesmo assim não impediu o embargo de alguns países à carne brasileira.<sup>59</sup>

Em se tratando de comparação entre Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, pode-se verificar que no período pré-divisão (1970), a pecuária de Mato Grosso do Sul era no mínimo três vezes maior que a de Mato Grosso. Essa proeminência da pecuária sul-mato-grossense permaneceu por quase todo o período pós-divisão. No entanto, pouco antes do ano de 2007, o Estado de Mato Grosso ultrapassou Mato Grosso do Sul e dados recentes levantados pelo IBGE, citados na tabela 4, demonstram que Mato Grosso passou a deter 25.683.031 cabeças de boi e Mato Grosso do Sul 21.832.001.

---

<sup>59</sup> Entre os países que restringiram as importações da carne do Brasil estavam a Rússia e o Chile, principais compradores da carne mato-grossense.

**Tabela 4**

**Rebanho Bovino e números índices de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul no período de 1970 a 2007.**

<b>Anos</b>	<b>Mato Grosso</b>	<b>Índice base: 1970</b>	<b>Mato Grosso do Sul</b>	<b>Índice base: 1980</b>
<b>1970</b>	1.957.674	100	7.471.166	100
<b>1975</b>	3.110.119	159	8.871.154	119
<b>1980</b>	5.243.044	268	11.862.907	159
<b>1985</b>	6.545.956	334	15.017.906	201
<b>1996</b>	14.438.135	738	19.754.356	264
<b>2007</b>	25.683.031	1.312	21.832.001	292

Fonte: IPEADATA. Elaboração própria.

**1.4. Arrecadação Estadual (1970 – 1977)**

A tabela 5 apresenta dados da arrecadação das partes norte e sul do Estado no período de 1970 a 1977. Os dados apresentam certo equilíbrio entre as arrecadações até o ano de 1973. Nos anos anteriores há uma leve superioridade do sul no biênio 1970/71, mas o norte arrecadou mais no biênio 1972/1973. Os dados são apenas nominais, portanto, recorre-se aos números índices para a averiguação do montante de acréscimo que cada região obteve no período em análise. Portanto, tendo como base o ano de 1970, os números índices indicam que em apenas dois anos o montante de incremento do norte foi maior que o do sul (1972 e 1973), sendo que nos outros anos o sul teve proeminência não só absoluta, mas também relativa, pois, o incremento dos últimos anos foi incrivelmente maior que os do norte. Em consequência, o sul obteve em 1977 aproximadamente 71% de toda a arrecadação total do Estado. Tal superioridade econômica do sul já foi maior, já que, em 1974, arrecadou 74% do total, confirmando o seu dinamismo econômico frente ao norte. De fato, a tão alardeada superioridade econômica que o sul esbanjava como justificativa para defender a divisão se verificou também nesse período.

**Tabela 5 – Arrecadação, porcentagem do total e índice relativo ao norte e ao sul de Mato Grosso no período de 1970 a 1977 (Unidade: 1,00 Cr\$)**

Anos	Norte	% do total	Índice: Base: 1970	Sul	% do total	Índice Base: 1970
1970	51.914.852	41.0	100	74.841.643	59.0	100
1971	62.035.460	36.7	119	107.013.495	63.3	143
1972	167.010.276	50.8	322	161.464.002	49.2	216
1973	229.740.183	53.6	443	199.028.054	46.4	266
1974	105.461.212	25.9	203	301.938.744	74.1	403
1975	152.410.559	27.6	294	399.102.815	72.4	533
1976	281.460.761	29.4	542	676.263.896	70.6	904
1977	505.618.200	29	974	1.226.808.600	70.8	1639

Fonte: SEPLAN/MT anuário estatístico de 1968 a 1990. Elaboração própria.

### 1.5. PIB e PIB *per capita* Estadual (1980 – 2000)

Para a averiguação do crescimento da economia mato-grossense, serão utilizados os dados do PIB de Mato Grosso. Isso porque, segundo WONNACOTT (1982, p. 128) “[...] uma das maneiras de se avaliar o desempenho da economia é através da medição da produção agregada de bens e serviços”. Ampliando a conceituação do PIB, PEREIRA (2001, p.76) relata que:

Por definição, o Produto Interno Bruto (PIB)... Expressa a estimativa do fluxo total de bens e serviços finais produzidos por dado sistema econômico, em determinado período. Uma das maneiras amplamente utilizada para se efetuar a estimativa do PIB é denominada: método dos valores adicionados. O uso desse método, contrastado com outros, evita problemas operacionais que surgem no cálculo do PIB, dentre os quais, a múltipla contagem dos produtos intermediários usados no processo produtivo.

Portanto, a maneira mais clássica e tradicional de se examinar o crescimento econômico de uma região específica é avaliando o crescimento do seu PIB.

Conforme a tabela 6, até o início da década de 90 o PIB estadual de Mato Grosso do Sul ainda superava a de Mato Grosso, mas a partir de 2000, com uma soma de Rio Grande do Sul 13.428.352,58, Mato Grosso vê o seu PIB estadual superar o de Mato Grosso do Sul, que no mesmo ano arrecadou R\$ 11.861,42. Mato Grosso já tinha conseguido superar Mato Grosso do Sul no ano de 1992 e 1994, voltando a ser superado em 1996 e 1998, mas a partir de 2000 o PIB estadual de Mato Grosso voltou a ultrapassar o de Mato Grosso do Sul.

As porcentagens de participação percentual do PIB Estadual de Mato Grosso em relação à Região Centro-Oeste e ao Brasil também só cresceram no período pós-divisão.

A tabela 6 mostra que em 1975, o PIB estadual de Mato Grosso equivalia a 10,4% do Centro-Oeste e Mato Grosso do Sul 19,2%, mas em 2000, a porcentagem sobe para 17,5% e o de Mato Grosso do Sul caiu para 15,5% respectivamente. Os números índices descrevem Mato Grosso como tendo um montante maior de incremento durante o período em análise, sendo que em 2000, o incremento de Mato Grosso em relação a ano base (1975) é praticamente o dobro do montante incrementado em Mato Grosso do Sul.

**Tabela 6**

**PIB de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, percentual de participação do PIB de MT e MS no PIB da Região Centro-Oeste e números índices no período de 1980 a 2000**

Anos	PIB de MT	% de MT no CO	Índice base: 1980	PIB de MS	% de MS no CO	Índice base: 1980
<b>1975</b>	2072807	10.4	100	3823331	19.2	100
<b>1980</b>	4600512	11.2	222	8294408	20.2	217
<b>1986</b>	7148043	15.1	345	9507046	20.1	249
<b>1988</b>	8339396	17.2	402	9359462	19.3	245
<b>1990</b>	7700032	16.2	371	8852275	18.6	232
<b>1992</b>	8840071	16.8	426	8743852	16.6	229
<b>1994</b>	11306067	18.1	545	11266737	18.1	295
<b>1996</b>	10268808	16.8	495	10748953	17.5	281
<b>1998</b>	11404352	15.8	550	11574939	16.1	303
<b>2000</b>	13428289	17.5	648	11861168	15.5	310

Fonte: Ipeadata. Elaboração própria.

O PIB per capita em Mato Grosso tem crescido nos últimos anos, e chegou a alcançar em 2000 a taxa de 5,30, mas o de Mato Grosso do sul obteve 5,66. Ambos ainda possuem um PIB *per capita* menor que os registrados no mesmo período da Região Centro-Oeste e Brasil.

**Tabela 7**

**PIB *per capita* de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Região Centro-Oeste e Brasil no período de 1986 a 2004**

<b>Anos</b>	<b>MT</b>	<b>MS</b>	<b>CENTRO OESTE</b>	<b>BRASIL</b>
<b>1986</b>	4.40	5.96	5.20	6.54
<b>1988</b>	4.67	5.61	5.05	6.95
<b>1990</b>	3.75	4.94	5.01	6.25
<b>1992</b>	4.13	4.73	5.29	6.09
<b>1994</b>	5.06	5.90	6.01	6.52
<b>1996</b>	4.41	5.46	5.66	6.09
<b>1998</b>	4.71	5.72	6.40	6.52
<b>2000</b>	5.30	5.66	6.50	6.24

Fonte: Ipeadata. Elaboração própria.

### **1.6. Indústria**

A tendência da indústria mato-grossense no período pós-divisão é de servir como apoio para o agronegócio, bem como auxiliar no processo de modernização do setor agropecuário no decorrer dos anos. PEREIRA ET AL (2008, p. 46), afirma que “A partir do final do decênio dos anos setenta, acompanhando a tendência do agro nacional, o contínuo avanço do capital industrial no ambiente agropecuário implicou em acentuada transformação e diferenciação das características básicas do agro mato-grossense”.

É fato que durante todo o período pré-divisão, a indústria mato-grossense permaneceu sempre tímida, não apresentando números significativos comparando-se com os números apresentados pela produção agropecuária de Mato Grosso. Para BORGES (2001, p. 95), “Embora não se tenha desenvolvido, no período 1870 a 1930, um processo de industrialização em Mato Grosso, pode-se notar que várias fábricas foram instaladas tendo em vista atender ao mercado interno”.

No período pós-divisão, nota-se ao visualizar a tabela 8, que Mato Grosso do Sul apresenta em todo o período números absolutos pouco maiores que os de Mato Grosso. Em relação à porcentagem na Região Centro-Oeste, Mato Grosso apresentou uma leve elevação durante os anos 1980 a 1996, subindo de 13% para 19%, já Mato Grosso do Sul se manteve na maior parte dos anos no patamar dos 19%, subindo até 21% em 1998, caindo para 19% em 2000, e quase se igualando a Mato Grosso.

Os números apresentados pela indústria mato-grossense estão entre os poucos que no período pós-divisão apresentam superioridade de Mato Grosso do Sul em relação à Mato Grosso em todos os anos apresentados na tabela. Essa tendência demonstra o quão tímida ainda se encontra a indústria mato-grossense. Tendo em vista a força que o agronegócio exerce sobre a economia mato-grossense, é natural e razoável considerar que essa tendência ainda permaneça por um bom período de tempo.

**Tabela 8 - PIB da indústria de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, percentual de participação em relação ao Centro-Oeste e números índices no período de 1980 a 2000**

anos	MT	% de MT no Centro-Oeste	Índice base: 1980	MS	% de MS no Centro-Oeste	Índice base: 1980
<b>1980</b>	945.598	13.8	100	1.305.204	19.1	100
<b>1986</b>	1.273.219	13.3	135	1.663.795	17.4	127
<b>1988</b>	1.518.846	15.7	161	1.594.176	16.5	96
<b>1990</b>	1.390.794	17.0	147	1.416.949	17.3	89
<b>1992</b>	1.802.438	18.9	191	1.872.364	19.6	132
<b>1994</b>	2.219.538	18.5	235	2.368.424	19.8	126
<b>1996</b>	2.143.066	19.5	227	2.269.217	20.7	96
<b>1998</b>	2.349.583	18.9	248	2.636.673	21.2	116
<b>2000</b>	2.620.808	19.1	277	2.624.278	19.1	100

Fonte: Ipeadata. Elaboração própria.

### 1.7. Reflexões Parciais

Com a apresentação de alguns indicadores acerca da população, produção agropecuária, arrecadação estadual, PIB, PIB per capita e indústria pode-se levantar algumas questões importantes quanto à economia mato-grossense no período pré-divisão. Quanto à população, percebe-se que antes da divisão, a região sul (agora Mato Grosso do Sul), tinha uma população maior que a região norte no período pré-divisão, mas, a situação se inverte no período pós-divisão (1980, 1991 e 2000) com a elevação da população mato-grossense a ponto de ultrapassar o crescimento do Estado irmão se tornando maior demograficamente no período pós-divisão.

Em se tratando de produção agropecuária, Mato Grosso teve um incremento em sua produção, bem maior que o incremento de Mato Grosso do Sul. Tendo como produções principais, a soja e o algodão, Mato Grosso, vê a sua produção, ultrapassar a produção do Estado irmão, do mesmo modo como ocorreu com a população. O investimento em tecnologia e genética favoreceu a instalação da soja em Mato Grosso e esses incrementos tecnológicos deram início a um processo de modernização da

agricultura que favoreceu o crescimento acelerado do setor considerando que Mato Grosso tem ainda um vasto território e recursos naturais em substancial abundância, precisando apenas de infra-estrutura e mão-de-obra qualificada para que sua produção se efetive como a maior no setor agropecuário no Brasil. Ao menos até 2000, conseguiu tal feito em relação à Mato Grosso do Sul, por ter praticamente quase todas as variáveis econômicas sendo mais dinamizadas que as variáveis econômicas de Mato Grosso do Sul. Tendo em vista que o setor agropecuário apresenta-se tendo cada vez mais participação no PIB do Estado, é razoável considerar que houve crescimento econômico em Mato Grosso no período pós-divisão.

A arrecadação estadual verificada apenas no período pré-divisão (1970 a 1977) demonstra a incrível superioridade econômica que a região Sul de Mato Grosso possuía em relação à região Norte. Nos anos que antecedem o marco histórico da divisão, o Sul chegou a arrecadar aproximadamente 70% de toda a renda do Estado e mesmo assim, muito provavelmente isso não foi o motivo pela qual Geisel resolveu dividir Mato Grosso. No entanto, cabe observar que os dados de renda agregada no período pós-divisão, refletem que o PIB estadual denota uma nova inversão de Mato Grosso frente Mato Grosso do Sul. Essa inversão não significa que Mato Grosso tenha o dobro de Mato Grosso do Sul em PIB estadual, mas, ao menos, demonstra que Mato Grosso, teve um crescimento econômico maior que o crescimento de Mato Grosso do Sul.

Porém, a maneira mais conceitual de caracterizar o crescimento econômico é demonstrar quando o crescimento do PIB apresenta-se maior que o crescimento populacional, ou seja, quando o indicador do PIB *per capita* obtém evolução em seus números. Como Mato Grosso obteve um crescimento populacional significativo em função da migração motivada pelo processo de colonização da região, contudo, o PIB *per capita* de Mato Grosso apresentou irregularidades, alternando-se com anos de crescimento e queda, e Mato Grosso do Sul que teve um crescimento populacional mais baixo, contribuiu para uma maior constância do seu PIB *per capita*, o que demonstra que o crescimento foi mais proporcional ao crescimento populacional de Mato Grosso.

## **CAPÍTULO II - Análise das iniciativas responsáveis pelo crescimento econômico de Mato Grosso no período pós-divisão**

O primeiro capítulo demonstrou que houve crescimento da economia mato-grossense no período pós-divisão e que foi significativo ao ponto de sobrepujar os principais indicadores econômicos do Estado de Mato Grosso do Sul, região, até então, mais dinâmica economicamente no período pré-divisão.

É fato que o cenário econômico de Mato Grosso antes de ser dividido em 1977 não era tão promissor quanto ao do período pós-divisão. Surge então as questões: se Mato Grosso cresceu, o que levou o Estado a estar hoje num cenário mais promissor do que demonstrado no período pré-divisão? Teria sido a divisão o principal responsável por esse crescimento? Ou existem outras variáveis que influenciaram nesse crescimento?

Antes de responder as questões formuladas, cabe destacar que há uma grande dificuldade em se atribuir à divisão de 1977 o crescimento econômico ocorrido em Mato Grosso entre 1980 e 2000. Isso porque, mesmo que os indicadores econômicos de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul demonstrem mudanças em seu comportamento a partir da divisão, não significa que a mesma tenha exercido influência nessa mudança, mesmo porque, poderia haver outras variáveis que coincidentemente influenciaram a economia de ambas as regiões no período em que ocorreu a divisão, e consolidaram-se no período pós-divisão em análise (1980 – 2000).

De fato, ocorreram nesse período outros acontecimentos dignos de mais relevância para a economia mato-grossense do que a divisão em si. Um desses acontecimentos foi o processo de colonização no Estado desde o fim da primeira metade do século XX e, o outro, a implantação de programas pelo governo federal para o desenvolvimento da região, como forma de contrabalancear qualquer perda que a divisão pudesse ter acarretado para o Estado remanescente. Portanto, este capítulo tem o objetivo de descrever e analisar quais as iniciativas que efetivamente vieram a contribuir para que o Estado crescesse economicamente no período pós-divisão.

### **2.1. A Colonização**

Para uma compreensão mais ampla de como se efetuou o processo de colonização na região norte de Mato Grosso (antes da divisão) é importante destacar as

condições econômicas e políticas do Brasil no período em que esse processo se iniciou. Entre as décadas de 1920 e 1930, o Brasil constantemente entrava em crise devido à dependência quase que exclusiva de um só produto que era destinado para exportação em função de sua característica monocultora, característica enraizada nos primórdios coloniais. Entre esses produtos, destaca-se o café. PIAIA (1999, p. 27) acrescenta o seguinte:

Toda vez que o principal produto de exportação entrava em declínio, a economia do país entrava em crise, diminuindo imediatamente a capacidade de importação de mercadorias essenciais ao abastecimento do mercado interno. O crescimento econômico era totalmente dependente do desempenho verificado no setor que produzia para o mercado externo.

A crise do café ocorrida na década de 30 deve-se principalmente à característica da economia brasileira (monocultura) que a tornou frágil diante das crises externas. O abalo da economia brasileira nesse caso foi acarretado pela crise da quebra da bolsa de Nova York em 1929. Acerca dessa questão BANDEIRA e SODRÉ (1993, p. 86), afirmam que “[...] apesar do empenho das ações governamentais, os chamados planos de valorização envolvendo práticas para manter precária e artificialmente os preços do café e a estabilidade do mercado, já não são suficientes para manter o equilíbrio econômico brasileiro.”<sup>60</sup>

Antes da crise de 1930, ainda por volta do início dos anos 20, se iniciou um processo de formação de uma classe social específica que, conforme PIAIA (1999, p. 27 e 28), “[...] aos poucos ia acumulando capitais através da comercialização de produtos ligados ao mundo do café. Isso contribuiu para a formação (nas cidades) de um mercado interno com poder de consumo considerável”.

Com a crise do café, formou-se uma classe social constituída por pessoas que já estavam prejudicadas pelas constantes crises, abandonando as produções, e migrando para as cidades em busca de outras oportunidades. Foi nesse contexto que Getúlio

---

<sup>60</sup> É a partir daí que entra em cena a busca pela industrialização, principalmente focando-se no setor da construção civil, que desempenha papel significativo na reprodução do capital interno. A economia urbana em desenvolvimento oferece melhores remunerações ao capital, vai aos poucos dissolvendo os valores da sociedade brasileira da época, criando uma ideologia urbana que abre novas possibilidades de mercado, especialmente para o setor imobiliário. BARBOSA, M de L. SODRÉ, T de V. *O Estado Novo, a reorganização espacial de Mato Grosso e a expropriação de terras de negros (o caso Mata-Cavalos)*. CADERNO DE NERU/Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos – ICHS – UFMT, n. 2 Cuiabá: Ed. UFMT, 1993, p. 87.

Vargas assumiu a Presidência da República com um golpe de Estado na qual recebeu apoio político da burguesia urbana para a implantação de projetos que visavam expandir as indústrias nacionais e internacionais e romper com o isolamento dos espaços regionais<sup>61</sup> para formar um mercado consumidor para os bens industriais que deveriam ser produzidos pelas indústrias recém-criadas. (PIAIA 1999).

Essa política ficou conhecida como “Marcha para o Oeste”, anunciada no final de 1937.<sup>62</sup> Conforme BANDEIRA e SODRÉ (1993, p. 88), “[...] assim a Marcha para o Oeste constitui-se em projeto político estratégico de reordenamento social do espaço criando novas esperanças, canalizando sonhos e expectativas sociais, ao mesmo tempo que as articulava aos interesses dominantes”. Para a efetivação do desbravamento das partes desconhecidas e desabitadas do país, PIAIA (1999, p. 29) afirma que:

O Governo Federal lançou mão de leis e decretos, criando uma série de órgãos públicos (Institutos, Departamentos, Conselhos...) que passaram a coordenar e dirigir o funcionamento da economia... Também foi criada a legislação trabalhista que regulamentou as relações entre capital e trabalho através da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, instituindo o salário mínimo, o pagamento de férias, o FGTS, entre outros. Essas medidas, na verdade, foram tomadas para que houvesse um bom “relacionamento” entre exploradores (capital) e explorados (trabalhadores), facilitando assim a expansão do capitalismo industrial no Brasil.

A região norte de Mato Grosso viu o contingente populacional se elevar com a ocupação de suas fronteiras. Essa política foi realizada em sua maioria por colonizadores particulares que repassavam terras devolutas do governo para os migrantes que ali se dirigiam, mas, durante a sua história, a estrutura fundiária dessa região encontrou-se, quase toda ela, assentada em propriedades latifundiárias ilegais. Para piorar, segundo CAVALCANTE (1999, p. 129), “[...] desde o período colonial, a questão das terras, no Brasil privilegiou as classes dominantes, com acesso para quem tinha ou tem poder político, econômico e jurídico”. A Lei de Terras implantada em 1850 pode ser considerado um bom exemplo de como os que possuíam um poder aquisitivo

---

<sup>61</sup> Quanto aos objetivos traçados pelo Governo Federal, destaca-se o fato de considerarem também a economia da Região Centro-Oeste como isolado do restante do país, por isso, além da intenção de povoar a região, e, conseqüentemente, provocar uma elevação na demanda por consumo de produtos industriais, buscava-se também uma integração econômica ao restante do país.

<sup>62</sup> Segundo a descrição do próprio projeto “A Marcha para o Oeste é a expansão do Brasil dentro de suas próprias fronteiras, é o cultivo do solo, é a civilização penetrando no sertão, é o homem dominando a natureza, é o brasileiro conhecendo sua terra e ficando cada vez mais integrado nela” (MARCHA PARA O OESTE (Serviço de documentação municipal da agricultura) R. J. BRASIL (1939 – 1943) I V, p. 161).

maior eram beneficiados por terem mais condições de comprá-las e registrá-las em cartório, dificultando assim o acesso das pessoas de baixa renda no processo.

No período pós-guerra, em função da situação precária das políticas agrárias e agrícolas e as limitadas medidas econômicas e sociais destinadas aos segmentos sociais pobres do campo, os produtores familiares, ribeirinhos, extrativistas, nativos e sociedades indígenas acabaram sendo lançados no mais profundo abandono. Isso permitiu a intensificação da dívida social do Estado para com a educação, a saúde, a moradia, a fixação e a produção no campo. Tal realidade foi se intensificando com o passar dos anos e no governo militar acabou agravando-se, com seqüelas que até hoje continuam sendo sentidas. A tentativa de reorientação da colonização com o intuito de reorganizar esse processo de ocupação a partir de 1964, trouxe amargas decepções (latifúndios, desmatamento do cerrado e da Amazônia). Sobre essa época, PIAIA (1999, p. 31), deixa entrever uma certa decepção com a situação instalada, ao afirmar que:

O Governo Federal, através de incentivos fiscais e crédito facilitado, privilegia a instalação de amplos latifúndios, cujos proprietários são na maioria das vezes empresários do Centro-Sul. Esses latifúndios necessitavam de infra-estrutura básica para se desenvolver. Entra em cena novamente o poder público, criando órgãos específicos para apoiar essas atividades, como é o caso do Banco da Amazônia S/A – BASA; Superintendência para o Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO; Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM. Desmatam-se o Cerrado e a Floresta Amazônica, abrem-se estradas, melhoram as comunicações, crescem as cidades do Centro-Oeste e Mato Grosso entra na era da modernização da agricultura, consolidando seu papel de periferia da indústria nacional.

Cabe observar que os empresários e banqueiros urbanos que vieram para o Estado nesse período, buscaram e conseguiram crédito subsidiado, e isso possibilitou a consolidação da exploração capitalista da região, com problemas para o pequeno agricultor e a agricultura familiar.

Um dos principais motivos pela qual a exploração capitalista e a elevação da população do norte mato-grossense se efetivaram, mesmo enfrentando problemas que permearam toda a trajetória da colonização, foi algo que teve início a partir da década de 1970, com “a modernização do campo”, e que levou a uma agricultura voltada para a exportação, mantendo um modelo de desenvolvimento exógeno que veio com toda força desde 1870, quando Mato Grosso entrou na fase do extrativismo (BORGES, 2001).

Esse diferencial acabou trazendo um contingente significativo de agricultores de outras regiões do país para Mato Grosso. Inclusive, MENDES (2006, p. 159) afirma que “[...] foi ao longo de rodovias (BR 364)... que foram instalados os projetos de colonização (para atender os pequenos e médios produtores) e os projetos agropecuários (para atender os grandes empresários)”.

Considerando que o fator “modernização do campo” contribuiu para que a década de 1970 fosse considerada o auge da colonização “conservadora” e “dolorosa”, também há de se destacar que paralelo a isso houve uma significativa elevação de sem terras em Mato Grosso. Nessa época, chegou a 44% do contingente rural e a 17,5% da população do Estado. Isso influenciou no surgimento e criação de cidades de pequeno e médio porte, do mesmo jeito que se formaram as periferias urbanas. “Em 1973, o governo de Mato Grosso colocou a venda dois milhões de hectares de terras públicas, com preço abaixo dos praticados no mercado, para empresas de colonização”. (MENDES 2006, p. 160).

Ainda segundo MENDES, 2006, p. 160,

Com a descoberta do ouro, muitos assentamentos acabaram se desviando do projeto original, que era a agricultura. Com isso, a fisionomia desses núcleos acabou se modificando com a chegada de milhares de garimpeiros provenientes de outras regiões do País e com o abandono das práticas agrícolas por parte dos colonos que também passaram a se dedicar à mineração. Esse foi o caso de Peixoto de Azevedo, que recebeu milhares de garimpeiros por volta de 1980, tornando-se conhecida como a capital do ouro em Mato Grosso. No auge da garimpagem, 120 empresas compravam ouro na cidade.

Portanto, um dos motivos que levou ao crescimento populacional no Estado no período pós-divisão foram os projetos de colonizações ocorridos ao longo dos anos 70, mas iniciado no Governo Vargas. NETO GUIMARÃES (2002, p. 84) observa que:

Como no Estado Novo, os projetos de colonização planejados após a década de 1960, sob o regime militar, ainda que sob condições históricas diferentes, visavam como estratégia o controle dos conflitos no campo. Se para Getúlio o *coronelismo* era um problema político a enfrentar, para o governo militar os grandes proprietários rurais eram “aliados naturais”, desde que não se interpusessem em sua política centralizadora. Porém, tanto para Getúlio como para os militares, o controle político sobre os trabalhadores rurais era questão de primeira ordem.

SILVA (1996, p. 139) reforça afirmando que “ao norte de Mato Grosso, mais especificamente à região de Cuiabá e cercanias, afluíram um grande contingente de migrantes vindos, em épocas diferentes, dos Estados de Goiás, norte de Minas, Nordeste e, mais recentemente, do Paraná e Rio Grande do Sul”. Essa migração foi o principal motivo que propiciou o crescimento populacional de Mato Grosso no período pós-divisão, e em sua maioria eram pequenos fazendeiros ou lavradores sem terra que vinham a esta terra em busca de aventura e de terra barata. Para NETTO PANOSSO (2002, p. 21), “[...] compreender a colonização do norte de Mato Grosso a partir de 1970 é necessário entender a maneira como a Amazônia foi vista pelos governos militares que assumiram o poder em 1964”. Segundo NETO GUIMARÃES (2002, p. 87), o controle do espaço teve na mira “a modernização capitalista”.

Mas, o processo de colonização por si só, não foi o responsável por esse surto de crescimento no Estado de Mato Grosso no período pós-divisão, pois, o mesmo também foi auxiliado pelos programas implantados pelo Governo Federal principalmente na década da divisão em 1970, que tinha interesse na consolidação desse processo de desenvolvimento do capitalismo. Dos programas implementados destacaram-se: POLAMAZÔNIA, POLOCENTRO, PRODEPAN e POLONOROESTE que serão descritas com mais detalhes a seguir:

## **2.2. Programas do Governo Federal**

Segundo documentos avulsos que abordam a divisão de 1977 pesquisados no APMT (Arquivo Público de Mato Grosso), os principais programas do Governo Federal que atuavam de forma efetiva em Mato Grosso seriam as seguintes: POLAMAZÔNIA, POLOCENTRO, PRODEPAN e POLONOROESTE. Nesse relatório é sugerida a continuidade dos referidos programas como “apoio complementar”, por parte do Governo Federal para o desenvolvimento do Estado de Mato Grosso.

A criação e continuidade desses programas, implantados na década de 70 em Mato Grosso, contribuíram para a “modernização agrícola” do Estado nesse período o que acabou por promover o crescimento econômico de Mato Grosso no período pós-divisão. BRANDÃO E LIMA (2003, p. 41), afirmam que “invariavelmente por sobre regiões predominam imensas propriedades ocupadas de “ponta a ponta” pelo que há de mais moderno nos sistemas de cultivos agrícolas no país”. Porém, há de se destacar que o processo de modernização agrícola ocorrido, também trouxe sérias conseqüências

para as classes sociais excluídas. Acerca disso, BRANDÃO E LIMA (2003, p. 41), destacam o seguinte:

Essa paisagem representada pelos cultivos quilométricos altamente mecanizados, com tecnologia de última geração, tanto no que diz respeito ao uso de insumos químicos, quanto de maquinários e equipamentos agrícolas, revela também, de um lado o perfil e “imagem” do país de “ricos”, de agricultores bem sucedidos, sendo que de outro lado, nem sempre revela o custo social provocado pela implantação de um modelo de desenvolvimento que custou a exclusão de milhares de pequenos agricultores, posseiros, arrendatários.

Faremos uma breve descrição dos principais programas implantados pelo Governo Federal, buscando evidenciar seus principais objetivos, os focos abordados e os resultados alcançados.

### **2.2.1. POLAMAZÔNIA**

O Programa de Pólos Agropecuários e Minerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA) foi implantado em 1975 pelo governo Geisel, e coordenado pela SUDAM. Conforme RABELLO E FERREIRA (2009, p. 3), “O POLAMAZÔNIA previa uma ampla pesquisa e utilização dos recursos minerais da região”. Para efetivar essa previsão, foram instalados 15 pólos em áreas selecionadas dentro da Amazônia Legal. Esse projeto foi implantado, segundo CAMARGO (1986, p. 144), devido “[...] o PIN não ter cumprido plenamente os seus maiores objetivos de ocupação da área, através de projetos de colonização implantados nas margens das grandes estradas, o Governo Federal resolveu ocupá-la através do desenvolvimento de pólos já existentes”.

Os 15 pólos priorizados foram os seguintes: Xingu-Araguaia, Carajás, Araguaia-Tocantins, Trombetas, Altamira, Pré-Amazônia Maranhense, Rondônia, Acre, Roraima, Tapajós, Juruá-Solimões, Amapá, Juruema, Aripuanã e Marajó.

Em relação aos objetivos do programa destacavam-se: i. Proporcionar incentivos e créditos fiscais para empresas do Centro Sul e estrangeiras; ii. Concentrar recursos e circulação de capital, implantar infra-estrutura, gerar circulação de capital e estimular migrações para formação do exército de reserva; iii. O Estado passa a apostar somente no grande capital para a ocupação da região; iv. Grupos descapitalizados (posseiros,

pequenos proprietários, castanheiros, etc.) seriam removidos da política da SUDAM. (Verificar se é citação)

Em Mato Grosso, este programa deveria atingir o norte, em função dos pólos Aripuanã, Juruema e Xingu-Araguaia. Isso foi instituído pelo decreto nº 74.607, de 25.09.1974, com o objetivo de continuar o processo de integração espacial e de ocupação da Amazônia. Após três anos de sua implantação, o POLAMAZÔNIA apresentou algumas realizações interessantes que envolviam principalmente os setores de infra-estrutura econômica e de desenvolvimento urbano. Em 1978, as aplicações programadas atingiram Cr\$ 193 milhões.<sup>63</sup>

Dentro dessa proposta, a aplicação de recursos no exercício de 1979 da ordem de Cr\$ 300 milhões, foram distribuídos conforme a tabela 9 a seguir:

**Tabela 9**  
**Aplicação de Recursos no exercício de 1979 do Programa Federal**  
**POLAMAZÔNIA**

Subprogramas	Cr\$ milhões
Transportes	158,0
Energia	20,0
Desenvolvimento urbano	18,0
Educação	10,0
Saúde	10,0
Indústria e comércio	5,0
Agricultura	54,0
Recursos humanos	13,0
Ciência e tecnologia	12,0

Fonte: Documentos Avulsos acerca da divisão pesquisados no APMT (1978).

### **2.2.2. POLOCENTRO**

O Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) foi criado pelo decreto nº 75.320, de 21.01.1975. Conforme RABELLO E FERREIRA (2009, p. 3), “[...] tinha como objetivo a instalação de estradas e locais de armazenagem. Entretanto, uma das metas básicas do programa estava vinculada ao estudo da viabilidade do plantio da soja na região”. Sua área de atuação era a região dos cerrados. Nos dois anos de execução do programa, apresentou índices de desempenho satisfatórios, tornando-se um elemento importante para o desenvolvimento regional de ambos os Estados. Graças

<sup>63</sup> Documentos Avulsos acerca da divisão pesquisados no APMT (1978, p. 8)

a esse programa, foram incorporados aproximadamente 383 mil hectares para produção agrícola.<sup>64</sup> Acerca da viabilidade do plantio de soja, RABELLO E FERREIRA (2009, p. 3), ainda acrescenta que

[...] tal empreendimento fazia parte de uma cooperação estabelecida entre o governo brasileiro e o japonês, através do programa como o PROCEDER (Programa Nipo-Brasileiro de Cooperação para o Desenvolvimento Agrícola da Região do Cerrado), cujo intuito era possibilitar a colonização da região do Cerrado e produzir arroz e soja em larga escala, destinados à exportação, sobretudo para o Japão.

A princípio este programa buscou o desenvolvimento e a modernização do agronegócio da Região Centro-Oeste incorporando também a região oeste de Minas Gerais, através da ocupação racional de áreas com características dos cerrados e seu aproveitamento em escala empresarial. O POLOCENTRO procurou realizar uma seleção das áreas específicas de atuação para, posteriormente, prover com crédito altamente subsidiado todos os produtores que quisessem realizar algum investimento em exploração agropecuária empresarial.<sup>65</sup>

Foi proposto para 1979 um investimento de Cr\$ 239 milhões para Mato Grosso e Cr\$ 155 milhões para Mato Grosso do Sul, discriminados na tabela 10:

**Tabela 10**

**Aplicação de Recursos no exercício de 1979 do Programa Federal POLOCENTRO de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul**

<b>Subprogramas</b>	<b>MT Cr\$ milhões</b>	<b>MS Cr\$ milhões</b>
<b>Armazenamento</b>	70,0	40,0
<b>Transportes</b>	60,0	40,0
<b>Energia</b>	80,0	40,0
<b>Pesquisa</b>	9,0	9,0
<b>Assistência técnica</b>	20,0	26,0

Fonte: Documentos Avulsos acerca da divisão pesquisados no APMT (1978)

<sup>64</sup> Documentos Avulsos sobre a divisão de MT pesquisados no APMT.

<sup>65</sup> GOBBI (2008)

### 2.2.3. PRODEPAN

O Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal (PRODEPAN) foi o primeiro dos programas especiais instituídos para a região Centro-Oeste. Conforme ABREU (2009, p. 3),

O Programa de Desenvolvimento do Pantanal (PRODEPAN), criado pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) funcionou de 1974 a 1978, se constituindo em um conjunto de medidas destinadas a dotar o Pantanal mato-grossense de condições para uma melhor utilização de seus amplos recursos, visando a sua definitiva integração ao desenvolvimento nacional.

Buscou o fortalecimento de atividades como a pecuária bovina, e o aproveitamento das matérias-primas na região do pantanal mato-grossense. Focalizado não só em Mato Grosso como também em Mato Grosso do Sul, teve em Mato Grosso do Sul a sua maior área de atuação. Após quatro anos de execução, empreendeu um conjunto de realizações voltadas, principalmente, para dotar o pantanal de infraestrutura física, em termos de rede viária, saneamento ambiental, energia e navegação fluvial, bem como de apoio as atividades produtivas através da pesquisa agropecuária, assistência técnica e construção de distritos industriais.<sup>66</sup>

Para este programa, acabou sendo proposta uma aplicação de 240 milhões, programados da maneira como estão mostrados na tabela 11:

**Tabela 11**

**Aplicação de Recursos no exercício de 1979 do Programa Federal PRODEPAN de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul**

Subprogramas	MT Cr\$ milhões	MS Cr\$ milhões
Transportes	20,0	55,0
Energia	10,0	10,0
Saneamento	6,5	60,0
Industrialização	3,0	13,5
Desenvolvimento da pecuária	11,0	15,0
Desenvolvimento da pesca	2,5	-
Preservação da flora e fauna	2,0	1,0
Desenvolvimento de recursos humanos	0,5	1,2
EDIBAP	-	17,5
Desenvolvimento urbano (Cáceres)	3,0	-
Apoio logístico	1,5	6,8
Total	60,0	180,0

Fonte: Documentos Avulsos acerca da divisão pesquisados no APMT (1978)

<sup>66</sup> Documentos Avulsos acerca da divisão pesquisados no APMT (1978).

No entanto, o PRODEPAN, acabou apresentando um rendimento aquém do planejado pelo governo. O baixo rendimento foi motivado por diversos fatores. Entre os principais, ABREU (2009, p. 5 a 7) cita os seguintes,

[...] no Pantanal haveria demanda de outras participações institucionais além da SUDECO, o que dificultava a agilização e implementação da programação, [...] as cheias que incidiram no Pantanal, desde 1974, coincidentemente no ano de criação do Programa, foram consideradas como uma dificuldade para a realização do planejamento, [...] o trecho Poconé – Porto Jofre (140 km), foi concluído, mas não asfaltado, em final de 1977, estabelecendo a ligação entre Cuiabá e Porto Jofre. Contudo, em janeiro de 1978, já apresentava problemas de danificação causada pelas chuvas; sem falar que, desde o início, ocorreram sucessivos arrombamentos do leito-estrada, inundações e falta de material adequado de revestimento da pista de rolamento.

#### **2.2.4. POLONOROESTE**

O relatório da divisão de Mato Grosso não cita este programa por ter sido implantado numa data posterior ao documento. Em 27 de maio de 1981 o Governo Figueiredo aprovou o Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE), que atingiu toda a área de influência da Cuiabá-Porto Velho, cerca de 410.000 km<sup>2</sup> com uma população de 980.000 habitantes.<sup>67</sup> Segundo RABELLO E FERREIRA (2009, p. 3),

O POLONOROESTE tinha como principal finalidade o atendimento à região do entorno da rodovia Cuiabá-Porto Velho (BR 364). Tal programa visava criar condições para a efetiva colonização da região, através da pavimentação da rodovia, como também pelo apoio aos projetos de colonização iniciados na década de 70.

A aplicação desse projeto foi de aproximadamente 77.3 bilhões de cruzeiros, divididos nos seguintes projetos: i. Reconstrução e asfaltamento da rodovia Cuiabá-Porto Velho com extensão de 1500 km; ii. Construção e consolidação de estradas vicinais; iii. Colonização de novas áreas em Mato Grosso e Rondônia, com o intuito de assentar trinta mil famílias, demarcar três milhões de hectares, construção de 10500 km de estradas nas áreas de colonização, construir 250 escolas e 250 ambulatórios, dotar a área de saneamento básico e energia elétrica; iv. Regularização fundiária numa área de 1,1 milhões de habitantes; v. desenvolvimento rural integrado em Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal, Cáceres, Mirassol do Oeste, Tangará da Serra e Barra do Bugres, com

---

<sup>67</sup> Camargo (1986).

benefícios indiretos a mais de 600.000 pessoas; vi. Preservação do sistema ecológico; vii. Apoio às comunidades indígenas.<sup>68</sup>

### **2.3. A Divisão de Mato Grosso**

Mesmo que haja certa dificuldade em atribuir o crescimento econômico do Estado dos últimos trinta anos à divisão de 1977, uma pesquisa bibliográfica mais acurada revela alguns aspectos interessantes que refletem de alguma forma na condição social e econômica do Estado no período futuro. Com isso uma releitura desse material torna-se, no presente momento, indicado para este tipo de análise.

Quando a divisão ocorreu, foi realizado um relatório que determinava para o governo estadual e federal algumas diretrizes administrativas a cumprir que tivessem o objetivo de buscar a revitalização da economia do Estado remanescente como uma compensação de possíveis perdas que a divisão poderia vir a proporcionar para Mato Grosso. Há outro trabalho de extrema relevância a ser averiguado e refletido, trata-se do livro de BORGES, intitulado, “Prosas com Governadores de Mato Grosso 1966 - 2006”. Nele encontram-se entrevistas com personagens centrais da política mato-grossense não só no período em que ocorreu a divisão, mas também no período anterior e posterior a mesma. O tema divisão de Mato Grosso é abordado de forma direta, e ali os ex-governadores expressam a sua opinião, e adicionam informações para a compreensão de alguns pormenores que até o momento não havia sido ainda bem esclarecidos.

Há também um documento datado de 1934 realizado pela liga sul mato-grossense que expressa a revolta pela situação política em que os sulistas se encontravam. No documento reclamam do descaso dos políticos cuiabanos que, segundo eles, usurpavam de toda a verba que o sul destinava ao Estado, e nem ao menos tinham representação significativa na Assembléia Legislativa de Mato Grosso. Chegam a apresentar algumas conseqüências que poderiam vir a ocorrer se caso a divisão não ocorresse, entre os quais, o não pagamento de imposto e a ameaça de revoltas não pacíficas contra os políticos do norte residentes em Cuiabá.

Somente a partir da apresentação desses documentos torna-se possível a realização de algumas reflexões acerca da influência da divisão na economia do Estado nesses últimos trinta anos.

---

<sup>68</sup> Camargo (1986).

### 2.3.1. Relatório da divisão de Mato Grosso

Esse relatório, como descrito em sua primeira página, tem o objetivo de orientar e conduzir as ações preliminares à divisão do Estado. Nele estão contidos alguns pormenores interessantes que contribuiriam para o entendimento das influências que a divisão exerceu sobre algumas ações do Governo Federal em Mato Grosso. O documento é datado de 19/07/1978.

Entre suas atribuições, o relatório trás para Mato Grosso a seguinte perspectiva:

O estado de Mato Grosso, particularmente, deverá merecer atenção mais prolongada por parte da união, em face da precária infraestrutura física existente (viária, energética e sanitária) em razão da sua ainda imensa dimensão territorial, e cujo processo de desenvolvimento se assenta na expansão da fronteira agrícola e incipiente industrialização. (RELATÓRIO DA DIVISÃO DE MATO GROSSO, 1978, p. 2).

Outra preocupação da comissão que elaborou o relatório foi em dar mais atenção para a situação econômica e social da capital do Estado, Cuiabá. Veja o que diz no item 7 do documento, sobre a capital mato-grossense:

A situação de Cuiabá, que suportará maior ônus, decorrente da retração das atividades administrativas em favor da nova capital do sul, deverá constituir motivo de atenta preocupação, com o sentido de fortalecer-lhes os laços de polarização com o norte e extremo oeste brasileiro, e adequação de sua deficiente estruturação urbana. (RELATÓRIO DA DIVISÃO DE MATO GROSSO, 1978, p. 3)

No item 11 do relatório, relatou-se a importância da participação dos programas desenvolvidos pelo Governo Federal como parte do processo de reestruturação da infraestrutura do Estado como uma iniciativa para a efetivação do desenvolvimento regional.

Na parte referente à programação regional, dando cumprimento ao dispositivo da lei complementar 31/77 relativo aos programas especiais para os dois estados, com duração de dez anos, entendeu a comissão, dada a limitação de tempo disponível para a sua completa elaboração propor, para 1979, o início dos programas decenais, com base na indicação de projetos de alta prioridade para os dois estados, alguns dos quais envolvendo financiamentos internos e externos, a par da continuidade dos atuais programas especiais em execução – POLAMAZÔNIA, POLOCENTRO, PRODEPAN E PRODEGRAN. (RELATÓRIO DA DIVISÃO DE MATO GROSSO, 1978, p. 3)

Outro detalhe de relevância significativa foi que a divisão trouxe a necessidade de intervenção da União no pagamento da dívida consolidada do Estado de Mato

Grosso. Diga-se de passagem, que tal compromisso que o Governo Federal assumiu não haveria se o Estado não tivesse sido dividido. Assim diz o item 8:

No que respeita a dívida consolidada do estado de Mato Grosso, o seu montante atinge Cr\$ 732,8 milhões de compromissos no exercício de 1979, sendo Cr\$ 322,8 milhões relativos à administração direta e Cr\$ 410,0 milhões, referentes à administração indireta. O volume desses comprometimentos, principalmente no caso da administração direta, já computados nos levantamentos de despesas realizadas pela comissão, representam fator de agravamento do déficit previsto em 1979, para aquele estado. Considerando-se, por outro lado, no caso da administração indireta, as dificuldades de distribuição equânime dos comprometimentos, tendo em vista a virtual indivisibilidade dos investimentos realizados nos dois estados, cujo ônus recairia, inevitavelmente, sobre o estado de Mato Grosso, recomenda a comissão, com respaldo na lei complementar nº 31/77, em seu artigo 22, sejam esses compromissos transferidos a conta do governo federal, mediante dotação específica a ser incluída nos orçamentos anuais da união. (RELATÓRIO DA DIVISÃO DE MATO GROSSO, 1978, p. 4)

Foi também especificado no item 20, o quanto o Governo Federal se dispôs a disponibilizar em cruzeiros para ambos os Estados, especificando o valor destinado ao Estado de Mato Grosso. Segundo a lei complementar 31/77 acerca da divisão do Estado, foi previsto no art. 38 “uma dotação mínima de Cr\$ 2.000 milhões de cruzeiros, provenientes do orçamento da União, em 1979, para a cobertura dos programas especiais dos dois estados, dos quais Cr\$ 1.400 milhões para o Mato Grosso”. (RELATÓRIO DA DIVISÃO DE MATO GROSSO, 1978, p. 5)

### **2.3.2. Opinião dos ex-governadores**

A opinião dos ex-governadores, principalmente aqueles que estavam no executivo na época da divisão, são de oportuna importância para o presente trabalho. Alguns pormenores importantes que poderiam ser vítimas do esquecimento foram recentemente levantados e registrados no livro “Prosas com Governadores de Mato Grosso (1966-2006)”, enfatizado anteriormente.

O primeiro ex-governador a ser entrevistado foi Pedro Pedrossian. Ele governou Mato Grosso de 15/03/1966 a 15/03/1971, época anterior a divisão. É Engenheiro Ferroviário e também exerceu o mandato de Senador da República por Mato Grosso do Sul. Na época da entrevista, 16 de maio de 2000, segundo BORGES, residia em Campo Grande. Ao responder a pergunta se era a favor ou contra a divisão ocorrida em 1977, assim ressaltou:

Eu sou o único sulista que nunca falou em divisão do Estado. Eu era um apaixonado pelo Estado de Mato Grosso todo, era um apaixonado pelo norte, o norte para mim era uma regra de três compostos, era solo, subsolo, era desafio, enfim, uma série de fatores que desafiavam toda a consciência de uma geração que eu tinha prazer de representar naquela época. O sul era uma regra de três simples, um prolongamento natural de São Paulo, era só se afastar, retirar o rio Paraná, e Mato Grosso do Sul seria uma parte realmente de São Paulo, uma parte menos desenvolvida, mais a oeste, e é claro que, com esses sonos, eu nunca admiti a divisão, aliás, esse meu terceiro governo tem uma publicação e, na mensagem inicial desse meu álbum, eu deixo muito claro ali que eu fui o único sulista que nunca falou em divisão, que eu entendia que as duas regiões unidas seriam muito fortes e chamariam a atenção de todo o país pelo seu potencial e a capacidade de ajudar a resolver problemas nacionais. Mas a divisão acabou ocorrendo, é uma pressão da própria sociedade, o sul tinha os seus propósitos, seus sonhos, seus projetos que não estavam muito de acordo com a formação da sociedade cuiabana que foi sedimentada através de cursos, de dificuldades, de muita tradição, de muita luta eram aspectos diferentes. Eu entendi isso e daí, no momento oportuno, com a implantação das duas universidades, eu acelerei esse processo. Então, essas duas divergências, as divergências fundamentais mais acentuadas dessas duas regiões acabaram se caracterizando mais ainda, e a divisão se tornou um fato inevitável. (BORGES, 2007, p. 20 e 21)

Apesar de afirmar que a divisão se tornou um fato inevitável, Pedro Pedrossian declara que sempre foi contra a divisão do Estado, algo que causa estranheza diante do propalado em relação as suas convicções, e que acabou beneficiado como político, aliás, o mais interessante é que ele se declara o único sulista que nunca falou em divisão. Isso nos faz lembrar que as regiões sul e norte, apesar de terem suas convicções bem definidas, não impediam que tivessem pessoas com posições contrárias a sua região, digo, sulistas contra a divisão, ou mesmo, nortistas favoráveis a mesma. O ex-governador, no entanto, entende que por ser algo tão almejado, a divisão, mais cedo ou mais tarde deveria acontecer para realizar o sonho tão almejado pelos habitantes daquela região e acabar com os conflitos políticos que não colaboravam em nada no desenvolvimento de ambas as regiões.

Outro ex-governador entrevistado foi José Manoel Fontanillas Fragelli, que governou Mato Grosso entre 15/03/1971 e 15/03/1975. Foi deputado estadual e deputado federal por Mato Grosso e Senador da República por Mato Grosso do Sul. Por duas vezes substituiu o Presidente da República José Sarney na qualidade de presidente em exercício, já que assumia o cargo de presidente do Senado Federal. A entrevista foi

concedida a BORGES em 14 de maio de 2000. Ao responder se Mato Grosso deveria ter sido dividido mesmo, ele afirmou o seguinte:

Bom, olha aqui, eu acho que sim, que deveria. E eu lhe falei na nossa extensão territorial longínqua... Agora que o norte cresceu e que, a meu ver, deve ter um eleitorado igual ou superior ao sul, ou equilibrado, eu acho que iria surgir uma rivalidade tão grande entre o sul e o norte que, realmente, a divisão seria a solução... Sob o ponto de vista administrativo, não, foi um desastre, principalmente para Mato Grosso do Sul... Agora qual foi a outra grande desvantagem? É porque o governo é uma máquina muito cara, caríssima, e eu acho que isso desestabilizou financeiramente tanto o norte quanto o sul, quer dizer, politicamente, deveria haver a solução; a divisão do Estado é boa, administrativamente está sendo um desastre, e seria um desastre por isso, porque governo não é cargo, governador, secretarias de Estado, esse mundo de pequenas organizações do Estado e aquilo ou outro, não é? A Assembléia Legislativa, o Tribunal de Contas, que hoje pesa duro em cima do povo, quer dizer, hoje o governo, qualquer governo, é muito caro para o povo. Então, a divisão do Estado, eu acho, que politicamente, pela rivalidade que iria surgir entre o sul e norte. Estariam duas posições politicamente equilibradas, e surgiria daí, às vezes, um impasse, não é? Mas, sob o ponto de vista administrativo, a divisão está sendo muito pesada para o povo dos dois Estados e não aconselharia que acontecesse a divisão, mas eu acho que, sob o ponto de vista político seria muito difícil, hoje, harmonizar sul e norte, se nós estivéssemos num só Estado. (BORGES, 2007, p. 55 e 56)

José Manoel Fontanillas Fragelli, favorável a divisão, se apóia também nos problemas administrativos entre os políticos do sul e do norte como uma justificativa para o ato em si. Segundo ele, se o Estado não tivesse sido dividido, atualmente, essas lutas políticas seriam muito mais acirradas, devido também ao eleitorado do norte ter crescido o que colaboraria para o fortalecimento dessa rivalidade. No entanto, a divisão trouxe custos altíssimos devido à manutenção de duas máquinas administrativas ao qual ele considera como não sendo bem administrada, o que até poderia residir motivos a não divisão de Mato Grosso.

José Garcia Neto, que governou Mato Grosso de 15/03/1975 a 15/08/1978, é Engenheiro Civil e foi professor na Escola Técnica Federal de Mato Grosso. Exerceu o cargo de Prefeito de Cuiabá, Vice-Governador de Mato Grosso e Deputado Federal. A entrevista foi realizada a BORGES em 21 de fevereiro de 2000. José Garcia Neto governou exatamente à época da divisão, sua fala é emblemática e importante para a reconstituição dos reais motivos que levaram à divisão de Mato Grosso. A seguir, José Garcia Neto:

Olha, eu sou suspeito para falar em divisão, porque eu fui contra a divisão... Eu achava que o Estado, com toda a potencialidade que tinha, não devia ser dividido. Por que não poderia ser dividido? Primeiro, porque o grande argumento que se lançou é que Mato Grosso era muito grande. No mês seguinte à minha posse no Governo do Estado, em abril de 1975, perguntei ao presidente Geisel se ele pretendia dividir Mato Grosso, medida que estava sendo divulgada com grande relevo pela imprensa nacional... “Não pensei no assunto e, se um dia for pensar, o senhor será o primeiro a saber”... Se é grande, o que é mais difícil governar: Mato Grosso, que naquele tempo tinha cinquenta e poucos municípios, ou Minas, que tinha seiscentos e tantos municípios?... Dois anos após, em audiência com o presidente Geisel, ele me informou que ia começar a pensar na possibilidade da divisão do Estado. Respondeu-me: “Como não, pode falar, governador”. Disse-lhe: “É muito mais difícil governar Minas Gerais, que tem mais de 600 municípios, do que Mato Grosso, que tem 59... Presidente, poderei trazer os meus argumentos por escrito para V. Exa? Respondeu-me: “Como não, traga logo”. Com esta resposta do presidente, senti que a decisão já estava tomada. Regressando a Mato Grosso, reuni-me com os secretários de Estado e escrevemos um relatório com as justificativas contrárias a divisão. Cerca de trinta dias após, em nova audiência com o presidente, fui comunicado da sua decisão de criar um novo Estado no território mato-grossense. (BORGES, 2007, p. 69)

O ex-governador, Garcia Neto, foi uma das testemunhas que puderam comprovar que a divisão de 1977 foi fruto de uma decisão pessoal do presidente Ernesto Geisel. Ele diz ter sido contra a divisão, e tentou até argumentar com o presidente, preparando um documento, com posições contrárias à mesma. A argumentação de distância, segundo ele, não fazia sentido, pois o que mais importa não é a dificuldade dada pela distância, mas, quantos municípios eram governados à época. Mas, o ex-governador percebeu que a decisão do presidente já estava tomada e não havia muito que fazer, o que acabou se concretizando. José Garcia Neto herda até os dias de hoje críticas fortes por não ter reagido mais enfaticamente contra a divisão.

Dois anos após a divisão de Mato Grosso, assume o governo Frederico Carlos Soares de Campos. Ele é Engenheiro Civil, governou Mato Grosso de 15/03/1979 a 15/03/1983. Foi também prefeito de Cuiabá por duas vezes e secretário de Viação e Obras Públicas do Estado de Mato Grosso. Esta entrevista foi concedida a BORGES no dia 21 de fevereiro de 2000. Observe a opinião de Frederico Carlos Soares de Campos:

Eu acho que, para Mato Grosso, foi um processo que deu resultados. Mato Grosso do Sul já era uma região consolidada economicamente, só faltava a estrutura administrativa, assim mesmo em partes, porque o executivo já tinha lá quase todos os setores implantados, faltava era o legislativo e o judiciário em parte, o que foi feito com facilidade. Na realidade, eu acredito que foi útil, foi benéfico para o Estado dividido

este processo de desenvolvimento que nós estamos vendo agora. (BORGES, 2007, p. 80)

A maioria das afirmações dos que consideraram a divisão de Mato Grosso como benéfica para o Estado, buscam sempre fundamentar a opinião no crescimento econômico que o Estado durante o período pós-divisão. Moisés Feltrin, por exemplo, afirma o seguinte: “Se você fizer uma análise do que era o Mato Grosso do Sul, para o que ele é hoje, o que o Mato Grosso do Norte e o que ele é hoje, você vai ver que o desenvolvimento se acentuou depois da divisão”. Para BORGES (2007, p. 186), poucos são os que de fato fazem alguma ligação entre a decisão política de dividir o Estado, e conseqüentemente a criação de políticas em função da divisão, e o crescimento econômico. Mas Frederico Carlos Soares de Campos, além de expressar sua opinião, faz um relato peculiar sobre a situação econômica do Estado no período pós-divisão. Ele aborda a respeito dos repasses de recursos que o Governo Federal havia prometido para o Estado.

Em março do ano que pretendia o presidente Geisel deixar o governo, eu deveria estar no palácio em Brasília... Lá um belo momento, conversa daqui e dali, o presidente Geisel estava satisfeito, já ia deixar o governo, ele bate a mão na mesa como quem diz: “Está na hora de ir embora”. Aí eu falei: “Presidente, dá licença, um aparte”. Ele falou: “Como não”. “Presidente, a respeito da EEM que vossa excelência assinou designando recursos para Mato Grosso, Mato Grosso vai passar dificuldades porque esses recursos não existem”. Ele falou: “Mas como? Os senhores já trataram o problema com o ministro do planejamento e o ministro do interior?” “Já, Excelência, mas eles são unânimes em nos dizer que nós devemos tratar do assunto com o futuro presidente, o futuro ministério, porque eles não têm mais como interferir no processo, e os recursos não existem, e o pior, presidente, é que nós vamos passar por uma crise econômica, social e política muito grave em Mato Grosso, e o pior, infelizmente, o governo que deixa o poder é que será responsabilizado por isso”. O presidente Geisel encerrou o cenho, fechou a testa e disse: “Eu vou tomar providências”. Eu falei: “Obrigado, presidente, agora vou tranquilo para esperar o melhor”. E foi o que aconteceu, ele se reuniu com o presidente substituto, presidente Figueiredo, e determinaram as primeiras providências para socorrer Mato Grosso, e as primeiras providências saíram a título de empréstimos através do Banco do Brasil, só no mês de agosto, quando já estávamos asfixiados com a solução dos problemas financeiros que não tinham como serem pagos. Aí é que começou o grande processo da corrida e Mato Grosso para o desenvolvimento, graças a essas medidas e graças aos brasileiros que correram para esse Mato Grosso; hoje, Mato Grosso é um Estado digno de ser apontado como um Estado de progresso e de felicidade para toda a nação. (BORGES, 2007, p. 81)

Júlio José de Campos governou o Estado de 15/03/1983 a 15/03/1986. É Engenheiro Agrônomo, foi prefeito de Várzea Grande, deputado federal por duas vezes, senador da república e conselheiro no Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso. A entrevista foi concedida a BORGES em 24 de fevereiro de 2000. Sobre a divisão Júlio José de Campos disse o seguinte:

Eu acho que Mato Grosso cresceu, a divisão foi benéfica para ambos os lados... Acho que o Brasil ganhou com a divisão do Estado, Mato Grosso, que era um território, quando dividiu em 1977, tido como um problema, todo mundo acreditava que seria um Estado problema, tornou-se um Estado solução. Nós, com a divisão, que tínhamos setenta e poucos municípios, oitenta... noventa... oitenta e poucos municípios, acho, ficamos com trinta e dois municípios, e os mais pobres. Com exceção de Cuiabá, todas as cidades de Mato Grosso eram muito pequenas, a população nossa, que ficava com sessenta por cento dos habitantes, nós ficamos com quarenta, ou menos de quarenta. Hoje é o contrário: nós temos praticamente dois milhões e meio de habitantes, eles têm dois milhões, ou menos de dois milhões de habitantes. Nós temos, hoje, a arrecadação de Mato Grosso, que na época era um terço, e lá eram dois terços do que arrecadavam no velho território, hoje, é o contrário: nós arrecadamos bem mais que Mato Grosso do Sul, temos uma receita mais forte, a produção agrícola nossa é o dobro de Mato Grosso do Sul quase, a produção agropecuária nossa é o dobro de Mato Grosso do Sul quase, a produção agropecuária nossa, agroindustrial. (BORGES, 2007, p. 106 e 107)

É importante salientar que o ex-governador Júlio José de Campos, foi um dos primeiros governadores de Mato Grosso no período pós-divisão, portanto, ele, teve a oportunidade de conhecer bem a evolução do Estado nesse período, comparando-se com o período pré-divisão, no entanto, deve-se ressaltar que, ao afirmar que a divisão foi benéfica para o Estado, não significa que a divisão tenha “causado” esse benefício, mas, pode ter sido uma das variáveis, que, combinadas com outras (a colonização, por exemplo), tenha contribuído para o crescimento econômico no período pós-divisão.

Wilmar Peres de Farias, que governou o estado entre maio de 1986 e março de 1987, afirmou o seguinte: “Eu sempre fui a favor da divisão, porque, com a divisão de Mato Grosso, a nossa região passou a ter participação ativa no contexto estadual”. Conforme BORGES (2007, p. 125), suas palavras refletem a satisfação de ver o seu município de origem, da qual foi prefeito, Barra do Garças se integrar a Mato Grosso a partir da divisão, no entanto, fica a indagação se Barra do Garças realmente integrou-se definitivamente ao cenário mato-grossense.

Em se tratando de opinião pessoal, nota-se a divergência entre os ex-governadores. Um bom exemplo é a afirmação de Roberto Cruz, governador de Mato Grosso de novembro a dezembro de 1986, onde ele expressa que é a favor da divisão. Segundo ele, “a divisão facilita a administração, e acho que Mato Grosso é um Estado ainda muito grande, quanto menor o espaço para você administrar, com mais tranqüilidade você poderá fazê-lo”. Por outro lado, o ex-governador, José Rogério Salles, afirma que “Se Estado pequeno fosse sinônimo de Estado desenvolvido, Sergipe, lá seria o Estado mais desenvolvido do Brasil”.

#### **2.4. Reflexões Parciais**

Tendo como base as informações apresentadas neste capítulo podemos levantar algumas reflexões acerca das iniciativas que propiciaram o crescimento econômico de Mato Grosso no período pós-divisão. Primeiramente fica evidente a contribuição da colonização ocorrida num período que se inicia em 1943, mas que toma corpo apenas na década de 70, ao menos no que tange ao crescimento demográfico da região norte do Estado. Esse crescimento trouxe alguns benefícios, mas também trouxe alguns problemas que até hoje permanecem sem solução. Entre elas podemos destacar a luta do povo indígena contra a violação de seus direitos sobre as terras nas quais eles vivem, os investimentos cada vez maiores em criação de gado e tecnologia na agricultura, aumento a concentração fundiária, a luta entre os garimpeiros e empresas mineradoras pelo direito de exploração do ouro da terra, os conflitos de terra cada vez mais intensos, o dinamismo na produção em função da diversificação produtiva, as melhorias no transporte rodoviário e o aumento do número de municípios no Estado.

Os programas de governo implantados no Estado no período da década de 70 foram em sua maioria responsáveis pela elevação da produtividade agrícola de Mato Grosso, e contribuíram de forma decisiva para o aumento populacional em função do constante crescimento da imigração nesse período, e não apenas a divisão ocorrida em 1977.

Quanto à contribuição do Estado para o crescimento econômico, as opiniões se divergem. Alguns ex-governadores afirmam que a divisão foi benéfica por um lado, mas foi um desastre do outro. Esse conflito entre os políticos do sul e do norte segundo opinião demonstrada, iria se intensificar cada vez mais se o Estado não tivesse sido dividido, portanto, analisando por esse aspecto, parece ter sido benéfica a divisão de

Mato Grosso, porém, por outro lado, quanto à situação administrativa, principalmente de Mato Grosso do Sul, segundo alguns não muito tinha para ser feito. Mesmo que o relatório sobre a divisão tenha apresentado dados sobre investimentos dos programas do governo e também as iniciativas administrativas a serem tomadas dali para frente, continua não havendo meios de se afirmar de forma clara e concisa que apenas a divisão contribuiu para o crescimento de Mato Grosso.

Apesar da maioria se expressar favorável à divisão do Estado, ainda persiste a dificuldade de se ligar o crescimento econômico no período pós-divisão com a divisão em si. Mas é inegável que em alguns aspectos, a divisão de fato tenha sido um dos fatores propulsores, e que parece ter colocado um ponto final a disputa pelo poder entre as duas regiões: Norte e Sul.

### Capítulo III - Desenvolvimento econômico no período pós-divisão e sua relação com o crescimento econômico

O tema desenvolvimento econômico, não deve ser encarado como um tema simples, pois, trata-se de um processo que geralmente é longo, portanto, não há desenvolvimento em curto prazo e geralmente é um processo que nunca ocorre da mesma forma seja quais forem as regiões em que se possa compará-las. Comentando sobre essa dificuldade KINDLEBERGER (1976, p. 391), afirma que “não é fácil traçar um rumo e dirigir o processo de desenvolvimento, depois que este teve o impulso inicial. há também dificuldade em se pôr em movimento o processo inicial.” Em concordância, VIANA (1968, p. 47), acrescenta que “o desenvolvimento econômico é um processo complexo de mudanças e transformações sociais.”<sup>69</sup>

Há autores que, conceitualmente, consideram o crescimento e o desenvolvimento como sinônimos, no entanto, o conceito de desenvolvimento econômico atualmente é tido como uma evolução mais abrangente que o crescimento econômico em si. Enquanto o crescimento econômico é tido como uma evolução de caráter puramente quantitativa, o desenvolvimento se evolui, através de suas variáveis e indicadores, de forma qualitativa.

Para demonstração do crescimento econômico de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, recorreu-se naturalmente as variáveis que melhor descreviam a economia de ambas as regiões.<sup>70</sup> São elas, população, produção agropecuária, produção industrial, arrecadação estadual<sup>71</sup>, PIB e PIB *per capita* estadual. Todos esses indicadores, sem exceção, possuem características quantitativas o que fazem deles, excelentes variáveis para demonstrar a evolução da economia de determinada região. No entanto, o crescimento dessas variáveis, não implica necessariamente em crescimento do bem-estar social, conceito demonstrado por outras variáveis de caráter qualitativo, geralmente denominado de indicadores sociais.

---

<sup>69</sup> O autor, porém, pertence à classe de intelectuais que consideram o crescimento e o desenvolvimento econômico como sinônimo. Ele descreve o desenvolvimento afirmando o seguinte: “em termos mais simples, podemos dizer que o desenvolvimento econômico é o processo de crescimento da economia de uma nação”. Em outra passagem, ele afirma que: “Uma nação desenvolve-se, progride economicamente, quando a taxa de aumento de seu produto líquido excede a taxa de incremento populacional”. VIANA, C. da R. *A dinâmica do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968, p. 47. A conceituação de desenvolvimento como sinônimo de crescimento é considerada defasada para os parâmetros utilizados atualmente (2009) dentro da teoria econômica.

<sup>70</sup> Optou-se por evitar a utilização do termo “em ambos os estados” devido a pesquisa abranger um período em que Mato Grosso e Mato Grosso do Sul eram apenas regiões norte e sul de Mato Grosso.

<sup>71</sup> Apenas para o período pré-divisão (1970 a 1977).

Portanto, o crescimento econômico de determinada região possuirá um valor social se o crescimento dessa economia gerar alguma melhoria no bem-estar de sua população. Neste caso, os indicadores sociais são os mesmos que vão medir o nível do desenvolvimento econômico da região. Tendo como fato o crescimento de Mato Grosso no período pós-divisão, pergunta-se, teria esse crescimento influenciado de alguma forma os indicadores de desenvolvimento econômico? Para responder essa questão, serão descritos os principais indicadores sociais de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e após essa descrição será realizada uma análise correlacional entre o PIB *per capita* (indicador de crescimento econômico) e o desenvolvimento econômico através da utilização do Coeficiente de Correlação de Pearson.

Os autores econômicos costumam definir como o principal indicador de crescimento econômico, o PIB e o PIB *per capita*. WONNACOTT (1982, p. 128), por exemplo, afirma que “uma das maneiras de se avaliar o desempenho da economia é através da medição da produção agregada de bens e serviços”. Sobre a conceituação do PIB, Pereira (2001, p.76) relata que, “Por definição, o Produto Interno Bruto (PIB)... Expressa a estimativa do fluxo total de bens e serviços finais produzidos por dado sistema econômico, em determinado período”. Quanto às definições de crescimento e desenvolvimento, e também quanto aos seus indicadores, VASCONCELLOS (2004, p. 210) define sucintamente o crescimento econômico da seguinte maneira:

Crescimento econômico é o crescimento contínuo da renda *per capita* ao longo do tempo. O desenvolvimento econômico é um conceito mais qualitativo, incluindo as alterações da composição do produto e a alocação dos recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia)

Dentro dessa perspectiva de VASCONCELLOS (2004), a utilização do indicador PIB *per capita* (razão do PIB estadual total com a população daquele território), seria mais viável para a presente análise, tendo em vista que o PIB estadual *per capita*, leva em conta também o crescimento populacional frente ao crescimento da renda. Quanto aos indicadores apresentados pelo autor (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia, Nali de Jesus Souza acrescenta também outros indicadores que também são da mesma importância na análise da situação social de uma sociedade ou de um país. São elas: declínio da

mortalidade infantil, liberdade política e individual, aumento da expectativa de vida, redução da taxa de natalidade e redução da mortalidade infantil.<sup>72</sup>

Em se tratando de desenvolvimento econômico, não é prudente focar a análise apenas em um indicador que agregue os valores de outros indicadores como é o caso do PIB e o PIB *per capita*. Isso porque a análise pura e simples de um indicador que agrega dados sociais pode acabar distorcendo ou ocultando aspectos importantes de uma realidade social de determinada população. Os indicadores sociais são dotados de peculiaridades intrínsecas que não são passíveis de uma agregação como é o caso dos indicadores de crescimento econômico. Neste caso estamos tratando com dados quantitativos, ao agregar valores da produção agrícola, pecuária e industrial num indicador apenas, pode ser algo plausível e aceitável, fato conflitado quando se agrega indicadores de desenvolvimento econômico devido ao seu caráter qualitativo.

Mesmo assim há um indicador de desenvolvimento econômico que possui essa característica, o IDH<sup>73</sup>. Conforme o IPEADATA (2008), “é obtido pela média aritmética simples de três sub-índices, referentes às dimensões Longevidade, Educação e Renda”. Assim como o PIB estadual, que mesmo descrevendo a economia mato-grossense, não foi o único indicador analisado no capítulo 1, também, não focalizaremos apenas o IDH como único parâmetro de análise do desenvolvimento econômico das regiões. Mas, também serão analisados outros indicadores que consideramos serem os mais relevantes para a economia de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul no período pós-divisão: os indicadores do bem-estar social.

Neste capítulo, portanto, é feita uma breve descrição, e apresentando uma conceituação dos principais indicadores de bem-estar social de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul no período pós-divisão, e posteriormente correlacionaremos esses dados com o PIB *per capita* dos Estados para averiguação do grau de influência que o crescimento no período pós-divisão tenha exercido sobre o bem-estar da população no mesmo período.

---

<sup>72</sup> SOUZA, N. de J. *Desenvolvimento Econômico*. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2005.

<sup>73</sup> Índice de Desenvolvimento Humano.

### **3.1. Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)**

Os dados recolhidos no IPEADATA sobre o IDH de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul foram disponibilizados de dez em dez anos. Então, baseados nos dados censitários realizados em 1970, 1980, 1991 e 2000, reconstituiu-se a tabela 12. Cabe lembrar que o IDH varia de 0 a 1, na qual, quanto mais próximo de zero significa menos desenvolvimento e quanto mais próximo de um, significa mais desenvolvimento.

Tendo como base essa classificação, podemos considerar que tanto Mato Grosso, quanto Mato Grosso do Sul possuem um IDH baixo caracterizando-os como sociedades “subdesenvolvidas”, na qual Mato Grosso (na época apenas região norte de Mato Grosso) se destacava por ter um IDH pior que a região sul, com um índice de apenas 0.396, contra 0,437 de Mato Grosso do Sul. Mas a notícia a ser considerada é que tanto os Estados quanto a nação tiveram seus índices alavancados devido a tamanhas transformações infra-estruturais ocorridas nesse período na sociedade brasileira como a redução da taxa de natalidade, redução da taxa de mortalidade e a elevação positiva de outros indicadores sociais que podem ser vistos com mais detalhes na seqüência desta dissertação.

Comparando-se apenas a evolução do IDH de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, percebe-se um nivelamento entre as regiões com leve superioridade da região sul, o que de antemão já revela que apesar de ter possuído um crescimento econômico significativo e maior que Mato Grosso do Sul, o Estado de Mato Grosso não teve o mesmo desempenho em se tratando de desenvolvimento econômico. Veremos com mais detalhes posteriormente qual o grau de correlação entre crescimento e desenvolvimento econômico de ambos os Estados, mas, esses dados, já demonstram que há certa dificuldade em Mato Grosso transformar o crescimento ocorrido no período pós-divisão em melhoria do bem-estar da população.

**Tabela 12**

**IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Brasil no período de 1970 a 2000. Unidade: (%)**

<b>Anos</b>	<b>Mato Grosso</b>	<b>Mato Grosso do Sul</b>	<b>Brasil</b>
<b>1970</b>	0.396	0.437	0.462
<b>1980</b>	0.618	0.69	0.685
<b>1991</b>	0.702	0.702	0.742
<b>2000</b>	0.773	0.778	0.766

Fonte: IPEADATA, elaboração própria.

### **3.2. Outros indicadores sociais**

Entre os indicadores considerados, foram relacionados para a presente análise os seguintes:

- Indicador de renda (representado pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a linha de pobreza);
- Indicador de desigualdade (representado pelo Índice de Gini);
- Indicador de educação (representado pelo percentual de analfabetos);
- Indicador de saneamento (representado pelo percentual de domicílios que disponibilizam de rede de esgoto ou fossa séptica);
- Indicador de emprego (representado pelo percentual de pessoas ocupadas em relação à população total).

#### **3.2.1. Renda**

O indicador de renda contempla a proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a linha de pobreza. Foram coletados dados dos anos pares de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul no período de 1982 a 1998<sup>74</sup>.

<sup>74</sup> Quanto à metodologia na determinação das linhas de pobreza, segundo o IPEADATA (2008), “são estimadas a partir da metodologia desenvolvida pela comissão IBGE-IPEA-CEPAL para se definir uma cesta básica de alimentos que satisfaça os requisitos nutricionais em cada região brasileira. Para tanto, a CEPAL realizou em 1996 uma pesquisa sobre conteúdo nutricional dos alimentos brasileiros e requisitos nutricionais da população brasileira com base na POF (Pesquisa de Orçamento Familiar) 1987/88 e nos preços agregados dos alimentos provenientes do SNIPC. Foram definidas categorias de alimentos que compõem a cesta básica em cada região metropolitana. A presença da categoria “outros produtos” em cada grupo alimentar e o número elevado de produtos (cerca de 150 produtos) não só dificultariam a compreensão do conteúdo da cesta pela população como poderiam prejudicar a sua atualização. Definiu-se, portanto, uma cesta básica simplificada reduzindo-se o número de produtos e eliminando-se a categoria “outros”. O valor da cesta simplificada define a linha de pobreza extrema. Essa metodologia foi aplicada às onze áreas metropolitanas cobertas pela POF. Para se construir a cesta básica simplificada com base no POF 87/88 é necessária definir os produtos para compor a cesta e determinar as quantidades e os preços destes produtos. Na seleção dos produtos foram incluídos, em princípio, todos os alimentos

Na tabela 13 pode-se constatar que o percentual de pessoas com renda abaixo da linha da pobreza tem caído levemente durante o período pós-divisão em ambos os Estados. Comparando-se Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, percebe-se semelhança entre os dados, já que ambos se alternam na quantidade de pessoas abaixo da linha da pobreza. Como o crescimento do PIB *per capita* e a proporção de pessoas abaixo da linha da pobreza são indicadores inversamente proporcionais, é natural que esse crescimento tenha impulsionado a redução da pobreza desde que o modelo de crescimento implantado na região tenha características voltadas para a implantação da justiça social.

No entanto, como esse indicador de renda apresentou uma variação tão baixa comparando-se com a variação do PIB *per capita*, parece ter havido pouca influência desse crescimento sobre a redução da proporção de pessoas abaixo da linha da pobreza. Em 1982, Mato Grosso tinha 3,4% de pessoas abaixo da linha da pobreza contra 2,9% de Mato Grosso do Sul. Em 1998, Mato Grosso baixou para 2,0% e Mato Grosso do Sul para 2,3%. Ou seja, Mato Grosso que possuía mais pobres no início do período pós-divisão, vê esse percentual se reduzir mais que o percentual de Mato Grosso do Sul. Mesmo que esse crescimento do PIB *per capita* tenha exercido alguma influência sobre a redução da pobreza, acabou não sendo suficiente para acarretar impactos mais significativos.

---

que satisfazem pelo menos um dos três critérios: i. Representar mais de 10% das despesas do grupo alimentar a que pertencem; ii. Representar mais de 1% da despesa total, incluindo-se a despesa com alimentação fora de casa; iii. Pelo menos 20% das famílias consomem este produto. Para se obter representatividade nos grupos alimentares onde o consumo encontrava-se muito disperso, numa segunda etapa, foram observados os seguintes critérios: i. Cálculo para cada grupo alimentar segundo os critérios acima; ii. Identificação dos grupos alimentares onde esta participação não atingiu 60%; iii. Para os grupos alimentares que não atingiram esta meta, foram incluídos seqüencialmente os produtos alimentares ainda não incluídos, dando prioridade àqueles com maior participação na despesa. Este procedimento prosseguiu até que a meta de 60% pudesse ser atingida, ou quando todos os produtos no grupo que aparecem na cesta completa fossem incluídos. Se, por exemplo, na cesta completa a contribuição conjunta de todos os alimentos já incluídos não tivessem atingido 60% da despesa do grupo, então todos os produtos explicitamente incluídos na cesta completa fariam parte também da cesta simplificada. A partir das informações sobre total de calorias por dia, a quantidade consumida e o preço unitário foram calculados a despesa para cada produto e a soma dessa despesa resultando na linha de pobreza extrema por pessoa. A linha de pobreza é definida como sendo duas vezes a linha de extrema pobreza”.

**Tabela 13**

**Proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a linha de pobreza de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul no período de 1982 a 1998.**

**Unidade: (%)**

<b>Anos</b>	<b>Mato Grosso do Sul</b>	<b>Mato Grosso</b>
<b>1982</b>	0.29	0.34
<b>1984</b>	0.35	0.38
<b>1986</b>	0.11	0.12
<b>1988</b>	0.36	0.37
<b>1990</b>	0.32	0.3
<b>1992</b>	0.32	0.36
<b>1996</b>	0.27	0.27
<b>1998</b>	0.2	0.23

Fonte: Ipeadata, elaboração própria.

O crescimento econômico de uma região não resultará em redução da pobreza a menos que atinja todas as classes sociais de forma proporcional. Essa redução será possível quando o crescimento proporcionar mais empregos e salários melhores. Além disso, o governo precisa se preocupar com os indivíduos que estão na situação de extrema-pobreza, tendo em vista que uma melhoria no mercado de trabalho e no salário do trabalhador poderia não beneficiá-los, considerando, que as maiorias deles não estão inseridos no contexto. Em Mato Grosso, há a necessidade de orientação dos agentes econômicos para que o crescimento verificado no Estado venha de fato a beneficiar a camada mais pobre da sociedade mato-grossense. O Estado tem tido um crescimento acima da média nacional, no entanto, mantêm o percentual de pessoas com renda abaixo da linha de pobreza na mesma média de Mato Grosso do Sul que não obteve o mesmo crescimento econômico que Mato Grosso.

### **3.2.2. Desigualdade**

O indicador de desigualdade selecionado foi o Índice de Gini. De acordo com o Índice de Gini, quanto mais próximo de um, mais elevada a concentração da renda, quanto mais próximo de zero, o indicativo de que a sociedade tem uma renda bem distribuída. Mato Grosso e Mato Grosso do Sul apresentam números próximos não evidenciando qual Estado tenha sua renda mais concentrada. Em 1982, Mato Grosso apresentou uma taxa de 0.52 enquanto que Mato Grosso do Sul 0.54. Em 1998 Mato Grosso apresentou 0.576 e Mato Grosso do Sul 0.541, portanto, Mato Grosso apresentou uma concentração de renda pouco maior que Mato Grosso do Sul nesse ano.

**Tabela 14****Índice de Gini de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul no período de 1982 a 1998**

<b>Anos</b>	<b>Mato Grosso do Sul</b>	<b>Mato Grosso</b>
<b>1982</b>	0.54	0.52
<b>1984</b>	0.553	0.554
<b>1986</b>	0.548	0.595
<b>1988</b>	0.639	0.624
<b>1990</b>	0.586	0.562
<b>1992</b>	0.585	0.517
<b>1996</b>	0.587	0.574
<b>1998</b>	0.541	0.576

Fonte: Ipeadata, elaboração própria.

Os indicadores de crescimento econômico e desigualdade costumam ser inversamente proporcionais em função da elevação da renda promover cada vez mais a concentração da mesma<sup>75</sup>, já que são poucos os que auferem os grandes lucros provenientes das grandes produções. Não foi diferente em Mato Grosso, que no período em análise também apresentou elevação na concentração da renda até o ano de 1988, reduzindo nos anos posteriores, e chegando a 57% em 1998. Quanto à Mato Grosso do Sul, o índice sofreu uma significativa elevação, onde de 54% em 1982, obteve um pico de 63% em 1988, mas, com o passar dos anos, voltou a reduzir a taxa se mantendo em 1998, quase no mesmo patamar que aquele registrado no ano inicial, ou seja, de aproximadamente 54%.

As reduções no Índice de Gini de ambos os Estados a partir de 1988, mostra que o indicador não necessariamente tenha que ser inversamente proporcional ao crescimento da renda.

No entanto, percebe-se que esse tipo de ação não foi considerado prioridade pelo Governo Federal da década de 1990. Isso porque o grande vilão da história, a inflação, segundo eles, deveria ser combatida a qualquer custo, incluindo até a elevação da carga tributária regressiva, na qual a renda do trabalhador das classes sociais mais baixas seria transferida para as classes médias e altas que possuísem capacidade financeira para

---

<sup>75</sup> O Índice de Gini se eleva quando há elevação da concentração de renda, portanto, desse ponto de vista, o indicador de desigualdade tende a ser diretamente proporcional à elevação da renda agregada, no entanto, considerando que o indicador é um meio de medir a qualidade do bem-estar da sociedade, conclui-se que o crescimento do PIB per capita estadual é inversamente proporcional ao fator que produz de fato o bem-estar social que é a distribuição da renda.

realizarem seus investimentos que por sua vez seriam responsáveis pela dinamização da economia. Quanto a essa questão, na visão de MALAGUTI (2006, p. 195)<sup>76</sup>,

A carga tributária cresceu e atingiu um patamar jamais observado, muito acima inclusive do período do Estado desenvolvimentista em que era necessário alavancar uma elevada quantia de recursos para os inúmeros investimentos realizados na área de infra-estrutura, pesquisa e desenvolvimento. Essa carga foi elevada basicamente sobre as classes mais baixas da população, enquanto as classes mais altas foram privilegiadas com isenções, estancamento da progressividade na tributação e diferenciação de alíquotas, ou seja, alíquotas mais baixas como pode ser visto na tributação sobre os rendimentos sobre o capital.

Segundo a perspectiva apresentada, o governo optou por uma política de caráter regressiva, porém, com o intuito de impulsionar setores da economia que favorecessem a elevação da dinamização da economia brasileira, fazendo retornar o crescimento econômico e o controle do processo inflacionário. MALAGUTI (2006, p. 196) ainda acrescenta que “dessa maneira o orçamento público passou a servir não apenas como suporte à valorização do capital, mas de instrumento de transferência de renda das classes mais baixas, particularmente da classe trabalhadora, para as classes de rentistas”. Assim, a política orçamentária regressiva adotada, dificultou uma redução maior do Índice de Gini de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul nos anos 90.

MALAGUTI (2006, p. 198), tem uma visão bem pessimista quanto a este cenário ao afirmar que “o estado não deve mais agir como agente de diminuição das desigualdades sociais e garantidor do bem-estar de todos, dando lugar a um receituário perverso em termos de equidade social, mas importante na exploração e, portanto, na valorização do capital”. No entanto, talvez ainda seja cedo para chegar a uma conclusão tão radical, mesmo que seja uma tendência verificada nos governos atuais. No caso de Mato Grosso, não há apenas a dependência única e exclusiva do Governo Federal nesse sentido, pois, o Governo Estadual pode e deve, desde que compromissado com os interesses da população mato-grossense, estar tomando medidas progressivas que contribuam para uma distribuição de renda mais digna para o Estado. Mas de que maneira o governo mato-grossense pode estar contribuindo para a redução da concentração de renda? Segundo MOREIRA (2007, p. 18 e 19), “os investimentos em

---

<sup>76</sup> MALAGUTI, M. *A política orçamentária no período de 1995-2005: Suas origens e seus impactos sobre a distribuição de renda no Brasil*. Dissertação (Ms) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

infra-estrutura pública e em educação podem ajudar na redução das desigualdades regionais”.<sup>77</sup>

Outro fator a ser digno de maiores explicações é o seguinte: Tendo em vista que a política do governo federal nos anos 90 foi de caráter regressivo, o que explica o fato de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul ter apresentados leves reduções no Índice de Gini nos últimos anos da década de 90, como mostra a tabela 13? Pois bem, MOREIRA (2007, p. 21), sugere que “a redução... se deve, principalmente, a mudanças no mercado de trabalho, além do desenvolvimento de redes efetivas de proteção social”. Se isso for mesmo verdade, então, é possível que o Governo Federal atue, mesclando as políticas de proteção social com a política orçamentária regressiva de modo que ao mesmo tempo em que a economia se dinamiza, a população dos estados pelo menos tenham mais oportunidades de trabalho e de renda. Além disso, há outro fator que contribuiu na diferença dos números de desigualdade dos anos 80 e 90. Segundo MOREIRA (2007, p. 21),

Nas décadas de 70 e 80, a piora é acompanhada por um aumento na renda das pessoas, com os mais ricos tendo maiores aumentos de renda que os mais pobres. A partir de 1990, a situação é bem diferente, tendo havido concentração de renda em um momento em que o PIB *per capita* caía, isto é, a média dos rendimentos das pessoas diminuía em termos reais.

Ou seja, uma redução na desigualdade verificada no fim dos anos 90 é mais fruto de mudanças estruturais na sociedade do que qualquer política que tenha sido adotada em favor do trabalhador, pois, com um ambiente de hiperinflação registrado na década de 80, as grandes elevações salariais dos mais ricos permitiam que os índices de desigualdade apresentassem números mais robustos dando uma falsa aparência de que houve melhora nos tempos atuais. Segundo GALÍPOLO (2008), a concentração de renda pode ser considerada como o principal problema do desenvolvimento econômico brasileiro em função das claras evidências demonstradas na contradição verificada pelo crescimento econômico expressivo do país frente a um parco progresso na distribuição de renda.<sup>78</sup>

---

<sup>77</sup> MOREIRA, G. R. C. *Políticas sociais, desigualdades pessoais e regionais da renda no Brasil: Uma análise de insumo-produto*. Dissertação (Ms) Universidade de São Paulo. Piracicaba, 2007.

<sup>78</sup> GALÍPOLO, G. M. *A lei do valor como limite ao desenvolvimento da economia brasileira*. Dissertação (Ms) PUC-SP, São Paulo, 2008.

### 3.2.3. Educação

O nível do bem-estar da população de uma região está diretamente relacionado à qualidade de educação oferecida pelo governo. Portanto, entre os indicadores de educação, escolheu-se para análise, o percentual de analfabetismo entre as pessoas com mais de 15 anos de idade, pois, conforme VIANA (1968, p. 54), “há um extenso labor a ser realizado por qualquer comunidade que aspire a alcançar estágios mais adiantados de progresso, por via da elevação do nível da capacidade técnica de sua população ativa, a começar pelo combate ao analfabetismo tanto no meio dos jovens como entre os adultos.”

Nesse quesito, Mato Grosso ainda tem apresentado de forma constante, uma porcentagem mais elevada de analfabetos na idade adulta que Mato Grosso do Sul. Mas mesmo que apresente uma taxa elevada em relação à Mato Grosso do Sul, sua queda se mostra significativa durante o período pós-divisão. Em 1982, 27% das pessoas com mais de 15 de idade eram analfabetas, em 1998 essa taxa se aproximava dos 10%. O Estado de Mato Grosso do Sul que tinha uma porcentagem menor em 1982 de aproximadamente 20% de analfabetos, também reduziu para quase 10% em 1998. Considerando que em 1982, Mato Grosso chegou a ter quase 30% de analfabetos com mais de 15 anos de idade, seus dados mostram que há uma relação inversa entre o crescimento econômico e a taxa de analfabetismo.

No entanto, não há muito que comemorar, considerando que a redução do analfabetismo, fenômeno verificado em todo o país, não parece ter representado exatamente uma melhoria na educação do país. Aliás, em se tratando de melhoria na educação, ARRUDA (2007, p. 40), afirma que “o desafio de ampliar a escolaridade e a qualidade da educação no Brasil ainda se coloca de forma marcante, sobretudo em virtude da persistência de problemas como a má qualidade do ensino no Brasil”<sup>79</sup>. O autor também reconhece que os números que indicam redução do analfabetismo são insuficientes para descrever uma melhora da educação não só em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, mas, em todo o Brasil. Acerca disso, FRANÇA (2005, p. 85) acrescenta que,

---

<sup>79</sup> ARRUDA, C. da S. *Pobreza, crescimento econômico e acesso à educação: Uma avaliação econométrica dos estados brasileiros em painéis de dados*. Dissertação (Ms) Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2007.

[...] A melhoria dos níveis educacionais historicamente sofríveis, posta em prática desde longa data, deveria refletir, dentro da conjuntura de aumento da eficiência econômica do país, em maior remuneração do fator trabalho. A não verificação deste fato levou-nos à hipótese de... as políticas educacionais não terem sido adequadamente implementadas, pois priorizaram a expansão quantitativa da educação em detrimento da melhoria de sua qualidade<sup>80</sup>.

Assim como o Brasil, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul também carecem de qualidade em sua estrutura educacional, e, o que poderia solucionar esse tipo de problema, seria uma conscientização do governo acerca da busca pela qualificação da educação tendo em vista a necessidade de dois objetivos serem alcançados nesse processo, que, conforme FRANÇA (2005, p. 87), é:

Primeiro o de que ela (a educação) é importante por si só, portanto um fim em si mesma. Um cidadão “pseudo-escolarizado” pode se tornar também um “pseudo-cidadão”. Segundo, o de que a qualidade da educação tem fundamental importância no sentido de prover o indivíduo de condições para assegurar-lhe renda, o que é afinal seu objetivo conforme a teoria do capital humano.

Além do analfabetismo, há outros problemas estruturais de seriedade equivalente que infelizmente contribuem na lentidão para a melhoria do ensino no país, e entre os principais destacam-se a porcentagem significativa de evasão escolar bem como as elevadas taxas de reprovação. Por outro lado, esses dois fatores certamente são influenciados pela falta de uma política mais consistente e agressiva junto à educação básica. ARRUDA (2007, p. 41), endossa essa idéia afirmando que, “vários são os problemas da educação brasileira, e entre elas está a baixa qualidade da educação básica”.

Mas deve-se reconhecer que esse não é o único problema, aliás, não é tão simples separar o que é causa e o que é consequência acerca da má qualidade de ensino, pois, a falta de motivação pode-se dar em função da má remuneração dos profissionais e as vezes devido à péssima infra-estrutura no ambiente de trabalho, que dificultam o aprendizado do aluno e o ensino do professor.

Portanto, se o governo estadual e federal se preocupassem mais com a educação no país, haveria conseqüentemente, uma redução da pobreza no país, como demonstrado pelo trabalho de ARRUDA (2007). Para ele, “[...] em relação à melhoria da educação, verificou-se que tanto a escolaridade média da educação, quanto a frequência escolar,

---

<sup>80</sup> FRANÇA, G. N. *Relação entre escolaridade e renda no Brasil na década de 1990*. Dissertação (Ms). Universidade Católica de Brasília. Brasília, 2005.

foram no período analisado, variáveis de suma importância para a redução da pobreza.” (ARRUDA 2007, p. 80).

**Tabela 15**

**Percentual de analfabetismo entre as pessoas com mais de 15 anos de idade em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul no período de 1982 a 1998.**

<b>Anos</b>	<b>Unidade (%)</b>	
	<b>Mato Grosso do Sul</b>	<b>Mato Grosso</b>
<b>1982</b>	20.23	27.41
<b>1984</b>	17.15	23.13
<b>1986</b>	15.84	22.38
<b>1988</b>	17.56	22.44
<b>1990</b>	15.12	19.89
<b>1992</b>	13.79	15.81
<b>1996</b>	12.4	11.93
<b>1998</b>	11.8	11.22

Fonte: Ipeadata, elaboração própria.

Voltando a questão específica do analfabetismo, no período em análise, vários foram os projetos que buscavam a erradicação do mesmo. Entre eles podemos citar os seguintes: Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) de 1968 a 1978, Fundação Nacional de Educação de Jovens e Adultos (EDUCAR) em 1985 no Governo Sarney, Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC) em 1990 no Governo Collor, Declaração Mundial de Educação para Todos (assinada pelo Brasil em Jomtien, Tailândia), Plano Decenal de Educação para Todos, em 1993, no Governo Itamar Franco, e o Programa de Alfabetização Solidária, em 1997, instalado no Governo Fernando Henrique Cardoso. Segundo o MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2009, p. 12), “Esse grande número de experiências nos indica que a erradicação do analfabetismo é uma meta factível, mas que exigirá em grande esforço nacional, a exemplo do que ocorreu em outros países, inclusive mais pobres que o Brasil e que conseguiram extingui-lo”.

### **3.2.4. Saneamento**

Atualmente (2008), existe uma lei, denominada Lei 11.445 que regula o saneamento básico no Brasil, mas que estabelece também a participação de operadores regionais e locais, públicos e privados, no entanto, não é feita qualquer referência sobre quem seria o responsável máximo desse setor, se o Governo Estadual ou se o Governo

Municipal. Até os anos 70, eram os municípios que detinham toda a responsabilidade pela operação, mas, segundo GRIGOLIN (2007, p. 28),

Pela primeira vez, foi instituída no país uma política nacional de saneamento – Planasa. Essa política consistiu num programa de financiamento com base em recursos públicos que foi responsável pela expansão de investimentos fundamentais para garantir a infraestrutura urbana de apoio ao processo de industrialização da economia brasileira. Foram criados fundos de água e esgoto estaduais, além de programas estaduais trienais. O financiamento aos municípios passou a ser realizado conjuntamente pelo BNH e pelos governos estaduais, com a contrapartida obrigatória dos municípios e com a obrigação de que estes organizassem os serviços na forma de autarquia ou sociedades de economia mista.<sup>81</sup>

O indicador social de saneamento escolhido é o percentual de pessoas com domicílios instalados com rede de esgoto ou fossa séptica<sup>82</sup>. Mato Grosso apresentou uma elevação desse percentual maior que Mato Grosso do Sul. Em 1982 apenas 6% das pessoas tinham instalação de esgoto e fossa séptica, número que aumenta em 1998 para 33%, enquanto que Mato Grosso do Sul que já possuía em 1982, 8% de pessoas com rede de esgoto, mas em 1998 elevou apenas para 24%. O saneamento básico é um dos indicadores que normalmente mais sofrem influência de um crescimento econômico em determinada região. No caso de Mato Grosso, o crescimento do percentual de pessoas com rede de esgoto e fossa séptica foi maior que Mato Grosso do Sul no período pós-divisão devido principalmente a um significativo investimento em infra-estrutura realizado na região, em função do processo de colonização verificado nesse período.

O intenso fluxo migratório verificado no final do período pré-divisão e no início do período pós-divisão, principalmente no início dos anos 80.

---

<sup>81</sup> GRIGOLIN, R. *Setor de água e saneamento no Brasil: Regulamentação e eficiência*. Dissertação (Ms). Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2007.

<sup>82</sup> As fossas sépticas segundo a conceituação da WIKIPÉDIA são unidades de tratamento primário de esgoto doméstico nas quais a separação e a transformação físico-química da matéria sólida contida no esgoto. É uma maneira simples e barata de disposição dos esgotos indicada, sobretudo, para a zona rural ou residências isoladas. Todavia, o tratamento não é completo como numa Estação de Tratamento de Esgotos.

**Tabela 16**

**Percentual de pessoas com domicílios instalados com rede de esgoto ou fossa séptica em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul no período de 1982 a 1998. Unidade (%).**

<b>Anos</b>	<b>Mato Grosso do Sul</b>	<b>Mato Grosso</b>
<b>1982</b>	0.08	0.06
<b>1984</b>	0.08	0.11
<b>1986</b>	0.11	0.14
<b>1988</b>	0.07	0.2
<b>1990</b>	0.08	0.26
<b>1992</b>	0.06	0.21
<b>1996</b>	0.14	0.22
<b>1998</b>	0.24	0.33

Fonte: Ipeadata, elaboração própria.

### **3.2.5. Emprego**

Segundo FURTADO (2000, p. 206), “para fins de análise, pode-se admitir a hipótese de que, inexistindo limitações de recursos naturais, sempre que a procura externa se expandir suficientemente o excedente de mão-de-obra referido tenderá a ser absorvido.” No entanto, para que isso de fato ocorra, é preciso haver infra-estrutura na região em que esses recursos são abundantes. Mato Grosso possui esse perfil, pois, mesmo após a divisão, permaneceu como o terceiro maior Estado do Brasil, tem uma variedade em seu ecossistema imenso e seus recursos naturais permanecerão abundantes por muitos e muitos anos. No entanto, a ausência de infra-estrutura e investimentos externos fez com que essa região permanecesse estagnada economicamente no período pré-divisão.

O mais importante é que nessa descrição de Furtado acerca da relação entre abundância dos recursos naturais, procura externa e mão-de-obra, percebe-se que Mato Grosso possui um grande potencial em proporcionar emprego de mão-de-obra para a sua sociedade. Se bem que, no período pós-divisão Mato Grosso foi se tornando cada vez mais urbanizado e a referência feita por Furtado é de uma utilização cada vez maior de mão-de-obra no setor agropecuário, pois, é ali que está a abundância dos recursos naturais. Não significa que isso não proporcione elevação do emprego nas cidades, pois, a atividade no campo gera conseqüentemente um efeito multiplicador que abrange todos os outros setores da região, como indústria e serviços.

Portanto, o indicador de emprego refere-se ao percentual de pessoas ocupadas na semana em que a pesquisa foi realizada pelo IPEADATA. Esses números foram disponibilizados pelo IPEADATA em quantidade de pessoas e posteriormente calculou-se o percentual de pessoas em relação à população total tendo como base as estimativas populacionais de ambos os estados no período em análise. Nota-se na tabela abaixo, que tanto Mato Grosso, quanto Mato Grosso do Sul apresentam elevações no percentual de pessoas ocupadas. Nos primeiros anos da análise, há uma leve superioridade de Mato Grosso do Sul em relação à Mato Grosso, mas, nos dois últimos anos da análise, 1996 e 1998, Mato Grosso obteve respectivamente 43,6 e 46,7% de pessoas ocupadas contra 45,3 e 45,3% de Mato Grosso do Sul.

A diferença é muito pequena para se considerar que algum Estado tenha tido alguma vantagem em relação ao emprego no período pós-divisão, mas, o que mais importa nesta análise refere-se ao fato de, apesar de não crescer com a mesma proporção que os dados do PIB e PIB *per capita* de Mato Grosso, o emprego tem-se elevado com o passar dos anos, e eleva-se diretamente em relação ao indicador de crescimento econômico. Contudo, mesmo que o crescimento econômico ocorrido no período tenha influenciado nesses dados, podem ter existido também outras variáveis, como o número de pessoas ocupadas em Mato Grosso.

**Tabela 17**

**Percentual de pessoas ocupadas na semana de entrevista em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul no período de 1982 a 1998.**

<b>Anos</b>	<b>Mato Grosso do Sul</b>	<b>Mato Grosso</b>
<b>1982</b>	36.1	36.9
<b>1984</b>	34.9	37.9
<b>1986</b>	34.4	40.1
<b>1988</b>	39.3	39.7
<b>1990</b>	41.1	41.0
<b>1992</b>	45.2	45.9
<b>1996</b>	43.6	45.3
<b>1998</b>	46.7	45.3

Fonte: IPEADATA, elaboração própria.

**3.3. Correlação entre o PIB *per capita* estadual e os indicadores de desenvolvimento econômico**

Mesmo que visualmente seja possível levantar algumas colocações acerca da pouca influência que o crescimento econômico exerceu sobre os dados sociais de Mato

Grosso no mesmo período, é necessário realizar um cálculo mais preciso que mostre isso com mais saliência para tecer conclusões firmes sobre o assunto. Como já descrito anteriormente, o Coeficiente de Correlação de Pearson fornece uma idéia mais precisa. Os dados são apresentados na tabela 18.

Baseado nos dados da tabela 18 pode-se observar que o indicador de renda (pobreza) e saneamento (domicílios com esgoto e fossa séptica) praticamente não foi influenciado pelo PIB *per capita* em nenhum dos estados. Os dados que mais se correlacionam com o PIB per capita de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul é o indicador de desigualdade, índice de Gini, que chega aos 70%, inversamente proporcional em Mato Grosso, e 64%, também inversamente proporcional em Mato Grosso do Sul, ou seja, infelizmente, o indicador social que mais acabou sendo influenciado pelo crescimento econômico do Estado, foi justamente o indicador que demonstra uma redução na qualidade de vida da população, em outras palavras, o crescimento econômico dessas regiões, além de não ter influenciado na maioria dos indicadores sociais dos estados, ainda contribuiu para que a renda fosse cada vez mais concentrada no período em análise.

**Tabela 18**

**Correlação entre o indicador de crescimento econômico (PIB *per capita* Estadual) e os indicadores de desenvolvimento econômico (Renda, desigualdade, analfabetismo, saneamento) de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul no período pós-divisão (1980-2000)**

	<b>PIB <i>per capita</i> de MT</b>	<b>PIB <i>per capita</i> de MS</b>
<b>Renda</b>	-0,31	-0,25
<b>Desigualdade</b>	-0,70	-0,64
<b>Analfabetismo</b>	-0,45	-0,25
<b>Saneamento</b>	0,06	0,22
<b>Emprego</b>	0,46	- 0,0006

Fonte: IPEADATA, elaboração própria.

### **3.4. Reflexões Parciais**

Fundamentado na análise empírica realizada neste trabalho, considera-se que o crescimento econômico ocorrido não levou ao desenvolvimento da região. Nesse período de intenso crescimento do Estado, verifica-se que os indicadores sociais não evoluíram na mesma intensidade, apesar de apresentar correlação entre os dados, os mesmos são tidos como inexpressivos.

O que se pode fazer nesse momento é estar de alguma maneira, investindo esse capital em políticas públicas que venham a atingir diretamente o bem-estar da sociedade em geral. Infelizmente o percentual de pessoas com renda abaixo da linha da pobreza, apesar de ter reduzido nesse período, não reduziu mais que Mato Grosso do Sul que apresentou crescimento econômico menor que Mato Grosso. Com relação à desigualdade, apresentada com o indicador denominado Índice de Gini, os números de Mato Grosso não diferem tanto dos de Mato Grosso do Sul, o mesmo ocorre com os dados da educação, saneamento básico e emprego.

## Considerações Finais

Mato Grosso tem um marco em sua economia, a divisão de 1977. Na análise realizada do período pré-divisão, de 1970 a 1977, percebeu-se que a região norte era economicamente menos dinâmica que a região sul. A arrecadação do sul mantinha-se mais favorável, tal como os divisionistas argumentavam, e as produções tanto agrícolas, quanto pecuárias, também eram mais proeminentes no Sul do que no Norte. Mesmo a demografia do Norte mato-grossense apresentava-se menor que o do Sul nesse período. De fato, o Norte de Mato Grosso pré-dividido configurava-se como o “patinho feio” conforme havia sido chamado à época pela imprensa nacional.

No período pós-divisão, nota-se que houve um grande crescimento econômico em Mato Grosso, agora dividido, e atualmente em quase todas as variáveis econômicas, Mato Grosso supera Mato Grosso do Sul, como se de fato a divisão do Estado tivesse contribuído para esse crescimento. A produção agrícola se alavancou ao ponto de ter a soja como a maior produção do país. A produção pecuária tem em seu principal rebanho, o bovino, também o maior rebanho do Brasil (2006). Seu PIB cresce cada vez mais, sua população, já no início do período conseguiu ultrapassar a de Mato Grosso do Sul, e na economia, supera em quase todas as áreas.

Tendo esse crescimento econômico como fato, seria de vital importância apontar as iniciativas que contribuíram para que Mato Grosso se tornasse um Estado tão promissor. A colonização que se efetivou nos anos 70 em Mato Grosso não pode ser descartada, apesar da forma e dos interesses em torno. Isso proporcionou uma migração de pessoas com o sonho de terem lucro com a posse de terras baratas (houve muita decepção pelo caminho), na maioria das vezes financiadas pelo Estado ou por empresas particulares de crédito e subsídios (as dificuldades para saldar as dívidas também não foram fáceis). A outra iniciativa foi a implantação de políticas federais como o POLAMAZÔNIA, POLOCENTRO, POLONOROESTE, PODREGRAN e outros que investiram no melhoramento da infra-estrutura das regiões em que foram implantadas (o governo federal levou à frente um projeto de internacionalização da economia brasileira).

A divisão propriamente dita não deixou de exercer influência nesse crescimento por permitir que de forma deliberada houvesse aplicação de recursos vindos da União

que tinham o objetivo de contrapor possíveis perdas que a divisão poderia proporcionar para a parte Norte do Estado.

Por fim, apesar de ter havido crescimento econômico no Estado no período pós-divisão, não há forte correlação com os indicadores de desenvolvimento regional. Indicadores como IDH, renda, educação, saneamento e emprego têm uma evolução semelhante com o Estado de Mato Grosso do Sul, Estado que não teve o mesmo crescimento que Mato Grosso, evidenciando a fraca influência do forte crescimento econômico de Mato Grosso no período pós-divisão.

Fica a sugestão de continuidade deste tema numa futura pesquisa que busque demonstrar quanto custou a divisão de Mato Grosso para a União, e que também verifique se os resultados corresponderam aos propósitos. Por fim, acreditamos que mesmo não tendo abordado essa última sugestão, a presente dissertação contribuiu para manter vivo o debate acadêmico sobre um tema tão interessante como a divisão de Mato Grosso. .

## REFERÊNCIAS

- A DIVISÃO DE MATO GROSSO. *Resposta ao General Rondon*. 1934.
- ABREU, S. de. *Intervenção e Gerenciamento Espacial: O caso do PRODEPAN*. III Simpósio sobre Recursos Naturais e Sócio-econômicos do Pantanal. “Os desafios do Novo Milênio”. Disponível em: <www.cpap.embrapa.br>. Acesso em: 20/03/2009.
- ANDRADE, A. *Erros da federação*. São Paulo: [s.n.], 1934.
- ANDRADE, M. C. de. *Geografia Econômica*. 8ª Ed. São Paulo: Atlas, 1986.
- ARRUDA, C. da S. *Pobreza, crescimento econômico e acesso à educação: Uma avaliação econométrica dos estados brasileiros em painéis de dados*. Dissertação (Ms) Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2007.
- BAENINGER, R. *A população do Centro-Oeste segundo o Censo 2000*. In: Daniel Joseph Hogan; Roberto Luiz do Carmo; José Marcos Pinto da Cunha; Rosana Baeninger. (org.). *Migração e Ambiente no Centro-Oeste*, 2002, p. 133 – 146.
- BANDEIRA, M de L. SODRÉ, T. de V. *O Estado Novo, a reorganização espacial de Mato Grosso e a expropriação de terras de negros (o caso de Mata-Cavalos)*. ????
- BRANDÃO, S. L. e LIMA, S. do C. *Espaço da Produção Agrícola no Centro-Oeste brasileiro, uma paisagem em questão*. Revista CAMINHOS DE GEOGRAFIA. São Paulo, 2003.
- CADERNOS DE NERU/ Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos – ICHS – UFMT, n. 2 Cuiabá: Ed. UFMT, 1993.
- BARATA, T. S. Arroz em Foco: *Arroz irrigado predomina no Mato Grosso do Sul*. 30/04/2004. Disponível em:<www.arroz.agr.br/site/arrozemfoco/040430.php>. Acesso em: 06/10/2008
- BARBOSA, E. G. *Os Barbosas em Mato Grosso, estudo histórico*. Campo Grande: Ed. Empresa Correio do Estado Ltda., 1961.
- BITTAR, M. *Geopolítica e separatismo na elevação de Campo Grande a capital*. Campo Grande: Ed. UFMS, 1999.

BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. *Do extrativismo à pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso: 1870 a 1930*. São Paulo: Scortecci, 2001.

\_\_\_\_\_. *Esperando o Trem: Sonhos e Esperanças de Cuiabá*. São Paulo: Scortecci, 2005.

\_\_\_\_\_. *Prosas com Governadores de Mato Grosso 1966 – 2006*. Cuiabá: Carlini & Caniato Editorial, 2007.

BUAINAIN, A. M., & BATALHA, M. O. (2007). *Cadeia Produtiva do Algodão* (Vol. 4). Brasília: IICA:MAPA/SPA.

CAMARGO, E. J. de C. *Estudos de problemas brasileiros*. 9ª Ed. Ver. Edição Atualizada. São Paulo: Atlas, 1986.

CAMPOS, F. C. S. *Considerações sobre a possível divisão territorial do estado de Mato Grosso*. 1977. (Mimeo)

CARVALHO, F. *Colonização de Mato Grosso*. Disponível em: <[www.coladaweb.com/geografia/matogrosso.htm](http://www.coladaweb.com/geografia/matogrosso.htm)>. Acesso em: 06/10/2008.

COUTINHO, R. e BELLUZZO, L. G. *Desenvolvimento Capitalista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CRESPO, A. A. *Estatística Fácil*. 17. Ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

DAEMON, D. *Desenvolvimento das áreas marginais latino-americanas*. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Marka Internacional, 1974.

FERREIRA, J. C. V. *Mato Grosso e seus municípios*. Cuiabá: Secretaria de Educação, 2001.

FIGUEIREDO, A. M. R. e MARTA, J. M. C. *Uma interpretação política da introdução da soja no cerrado de Mato Grosso*. Núcleo de Pesquisas Econômicas e Sociais (NUPES), Cuiabá, 2007.

FIGUEIREDO, M. G. de *Agricultura e Estrutura produtiva do Estado de Mato Grosso: Uma análise insumo-produto*. Dissertação (mestrado). Piracicaba, 2003.

- FRANÇA, G. N. *Relação entre escolaridade e renda no Brasil na década de 1990*. Dissertação (Ms). Universidade Católica de Brasília. Brasília, 2005.
- FREIRE, E. C. (2007). *História do algodão no cerrado*. In: E. C. FREIRE, *Algodão no cerrado do Brasil* (pp. 21-52). Brasília: Associação Brasileira dos Produtores de Algodão.
- FURTADO, C. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- GOBBI, W. A. O. *Modernização agrícola no cerrado mineiro: os programas governamentais da década de 1970*. *Caminhos de Geografia – revista on line*. Disponível em: <[www.ig.uf.br/caminhosdegeografia](http://www.ig.uf.br/caminhosdegeografia)>. Acesso em: 17/10/2008.
- GRIGOLIN, R. *Setor de água e saneamento no Brasil: Regulamentação e eficiência*. Dissertação (Ms). Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2007.
- HECK, C. R. *A Relação agricultura e desenvolvimento sob a ótica da geração de renda: o caso do município de Sorriso/MT*. Dissertação de Mestrado, UNIJUI, Rio Grande do Sul, 2006. Disponível em: <[www.dominiopublico.com.br](http://www.dominiopublico.com.br)>. Acesso em: 10/01/2009.
- HOFFMANN, R. *Estatística para Economistas*. São Paulo: Pioneira, 1998.
- IBGE. *Estimativas projeções população 1980 a 2010*. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 01/10/2008.
- IPEADATA. *Base de dados de 1980 a 2004*. Disponível em: <[www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br)>. Acesso em: 01/10/2004.
- KINDKEBERGER, C. P. *Desenvolvimento Econômico*; tradução de Sonia Schwartz; revisão técnica de Luiz Roberto Azevedo Cunha. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1976.
- LIGA SUL-MATOGROSSENSE, *A divisão de Mato Grosso*. 1933.
- MADUREIRA, E. *História de Mato Grosso, da ancestralidade aos dias atuais*. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

MALAGUTI, M. *A política orçamentária no período de 1985-2005: Suas origens e seus impactos sobre a distribuição da renda no Brasil*. Dissertação (Ms.) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MARCHA PARA O OESTE (*Serviço de documentação municipal da agricultura*) R. J. BRASIL (1939 – 1943) I Vol., p. 161.

MARTA, J. M. C. *Energia e Liberdade: Aspectos de economia política e energia na região da Amazônia Meridional de Mato Grosso*. Revista de Estudos Sociais/ Universidade Federal de Mato Grosso, Faculdade de Administração, Economia e Ciências Contábeis - Ano 08 N. 01 e 02 (2006). Cuiabá: Ed. UFMT, 2008.

MARTINS, G. A. *Manual para elaboração de monografias e dissertações*. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MARTINS, O. B. *Pela defesa nacional: estudos sobre redivisão territorial do Brasil*. Rio de Janeiro: Gráf. Barbero, 1944.

MENDES, M. A. *História e Geografia de Mato Grosso*. Cuiabá: ABDR, 2006.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Mapa do analfabetismo no Brasil. Disponível em: <[www.publicacoes.inep.gov.br](http://www.publicacoes.inep.gov.br)>. Acesso em: 08/01/2009

MOREIRA, G. R. C. *Políticas sociais, desigualdades pessoais e regionais da renda no Brasil: Uma análise de insumo-produto*. Dissertação (Ms) Universidade de São Paulo. Piracicaba, 2007.

NETO GUIMARÃES, Regina Beatriz. *A Lenda do Ouro Verde: política de colonização no Brasil contemporâneo*. Cuiabá: Unicen, 2002.

NETTO PANOSSO, ALEXANDRE. *Geopolítica, Agricultores e Madeiros na Frente Oeste de Colonização*. Campo Grande: UCDB, 2002.

NEVES, M. M. R. de N. *Relatos políticos (entrevistas: memória divisionista – MT)*. Rio de Janeiro: Mariela Editora, 2001.

OLIVEIRA, A. de. *Agricultura Camponesa no Brasil*. 4. Ed. São Paulo: Contexto, 2001.

PEREIRA, B. D. *Carga Tributária: Mato Grosso, Goiás, Mato Grosso do Sul e Rondônia: Comparação e Comentários*. Revista de Estudos Sociais / Universidade Federal de Mato Grosso, Faculdade de Administração, Economia e Ciências Contábeis – Ano 3, n. 6 (2001). Cuiabá: Ed. UFMT, 2001.

\_\_\_\_\_. ET ALL. *Reflexões sobre efeitos sociais da modernização da agricultura de Mato Grosso*. Revista de Estudos Sociais / Universidade Federal de Mato Grosso, Faculdade de Administração, Economia e Ciências Contábeis – Ano 8, n. 1 e 2 (2006). Cuiabá: Ed. UFMT, 2008.

PEREIRA, L. C. B. *Desenvolvimento e Crise no Brasil 1930 – 1983*. Ed. Brasiliense. 4ª Ed. São Paulo, SP 1985.

PIAIA, I. I. *Geografia de Mato Grosso*. 2. Ed. rev. Atual. Cuiabá: Ed. UNIC, 1999.

PRADO JUNIOR, C. *História e Desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1972.

DOCUMENTOS AVULSOS ACERCA DA DIVISÃO DE MATO GROSSO. *Relatório sobre a divisão de Mato Grosso*. Arquivo Público de Mato Grosso, 1978.

RABELLO, A. C. e FERREIRA, L. F. *(Re) colonizando o Sudoeste da Amazônia – Corumbiara/RO (1975 – 2005)*. Universidade Federal de Rondônia. Disponível em: <[www.anpuh.urpg.br](http://www.anpuh.urpg.br)>. Acesso em: 20/03/2009.

RONDON, C. M. da S. *Conferências Realizadas pelo Exmo. Snr. General Candido Mariano da Silva Rondon: perante a Sociedade Rural Brasileira*. São Paulo, 1920.

SEPLAN/MT. *Anuário Estatístico de MT 1970 a 2004*. Disponível em: <[www.seplan.mt.gov.br](http://www.seplan.mt.gov.br)>. Acesso em: 15/09/2008.

SILVA, J. A. *Crescimento Populacional e Ocupação Recente em Mato Grosso*. In: CADERNO DE ESTUDOS SOCIAIS; Recife v. 13 (1): 127 – 142, jan./jun. 1997 NEPO Id 3832.

SILVA, J. V. *A divisão do Estado de Mato Grosso: (uma visão histórica 1892 – 1977)*. Cuiabá: Ed. UFMT, 1996.

SOUSA, S. S. S. ET ALL. *Análise da competitividade do algodão mato-grossense no cenário internacional: 1999 a 2005*. Revista de Estudos Sociais / Universidade Federal

de Mato Grosso, Faculdade de Administração, Economia e Ciências Contábeis - Ano 08 N. 01 e 02 (2006). Cuiabá: Ed. UFMT, 2008.

SINGER, P. *O Milagre Brasileiro – Causas e Conseqüências*, Caderno CEBRAP, nº 6, São Paulo, 1972.

SOUZA, N. J. *Introdução à Economia / Nali de Jesus Souza (coordenador)*. São Paulo: Atlas, 1996.

SOUZA, N. J. *Desenvolvimento Econômico*. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

URI, P. *Desenvolvimento Sem Dependência*. Rio de Janeiro: Atlântida. 1976.

VASCONCELOS, L. C. da S. ET ALL. *A Produção Agrícola do Estado de Mato Grosso: Um Levantamento Estatístico da Produção Regional, Norte e Sul, dentro da proposta de Divisão do Estado*. Disponível em: <[www.geografia.ufmt.br](http://www.geografia.ufmt.br)>. Acesso em: 02/10/2008.

VASCONCELLOS, M. A. S. de. *Fundamentos de Economia*. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

VIANA, C. da R. *A dinâmica do desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

VICENTINO, C. *História do Brasil*. São Paulo: Scipione, 1997.

VIEIRA, S. HOFFMANN, R. *Elementos de estatística*. São Paulo: Atlas, 1986.

WEINGARTNER, A. A. dos S. *Movimento Divisionista em Mato Grosso do Sul (1889-1930)*. Porto Alegre: Edições Est. 1995.

WONNACOTT, p. *Economia* /Paul Wonnacott e Ronald Wonnacott, Yeda Rorato Crusius e Carlos Augusto Crusius, coordenadores da edição em português; tradução, revisão e adaptação Yeda Rorato Crusius ... ET all. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)